



PREFEITURA DE
SÃO PAULO



PLANCLIMASP

Plano de Ação Climática do Município de São Paulo

VERSÃO ORIGINAL PRÉ-PUBLICAÇÃO



NOTA

Este documento corresponde a uma versão prévia, anterior à publicação oficial, da primeira revisão do Plano de Ação Climática da Cidade de São Paulo (PlanClima SP). A atualização do Plano foi desenvolvida ao longo de 2025, com a participação de mais de 20 secretarias municipais e por meio de processo participativo, e ainda passará por validação oficial da rede C40.

A C40 Cities Climate Leadership Group (C40) é uma rede global que reúne grandes cidades e seus prefeitos para o enfrentamento da crise climática por meio de ações urbanas concretas e colaborativas. A C40 colaborou na elaboração da primeira versão do PlanClima SP e segue oferecendo suporte técnico não apenas ao Plano, mas também à implementação e ao planejamento de diversos projetos setoriais relacionados à gestão climática municipal.

Além disso, o documento ainda passará por aprimoramento de design e diagramação, sendo a versão final disponibilizada conjuntamente com a validação oficial pela referida rede.

A publicação desta versão prévia se justifica pelo compromisso com a transparência, especialmente em relação às metas que serão assumidas e que entrarão em vigor a partir de 2026.

SUMÁRIO DE CAPÍTULOS

PALAVRA DO PREFEITO	2
PALAVRA DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	3
1. APRESENTAÇÃO	4
1.1 Contextualização e marco legal e institucional.....	4
2. VISÃO, OBJETIVOS E METAS.....	6
3. CONTEXTO DA CIDADE DE SÃO PAULO	7
3.1 Papel das cidades na mudança do clima.....	7
3.2 Características demográficas, econômicas e socioambientais.....	7
3.3 Dados de precipitação.....	10
3.4 Dados de temperatura	11
3.5 Outros registros de extremos climáticos	14
4. SÍNTESE ATUALIZADA DO INVENTÁRIO DE GASES DE EFEITO ESTUFA.....	15
4.1 Distribuição setorial das emissões	15
4.2 Metas de redução de emissões.....	16
4.3 Emissões projetadas e observadas	19
4.4 Considerações complementares.....	22
5. AVALIAÇÃO DOS RISCOS CLIMÁTICOS DA CIDADE	24
6. JUSTIÇA CLIMÁTICA.....	30
7. BALANÇO 2021-2024	32
7.1 Geral	32
7.2 Balanço do 4º relatório de acompanhamento por estratégia	33
8. METODOLOGIA E PROCESSOS DE ATUALIZAÇÃO	36
8.1 Abordagem geral de revisão e nova estrutura	36
8.2 Construção da revisão	37
8.2.1 Interlocução com as Secretarias Municipais	37
8.2.2 Processo participativo	38
8.3 Contribuições recebidas e como foram incorporadas	39
9. PLANO DE AÇÃO- NOSSO CAMINHO ATÉ 2050	39
9.1 Rumo Ao Carbono Zero	44

9.2 Adaptar a cidade de hoje para o amanhã	87
9.3 Proteger Pessoas e Bens	132
9.4 Cuidar dos Biomas, fortalecer a cidade	160
9.5 Gerar trabalho e riqueza sustentáveis	167
10. GOVERNANÇA PARA A AÇÃO CLIMÁTICA.....	187
10.1 Instâncias de governança para ação climática.....	187
10.2 Orçamento Climático	188
10.3 Atores externos.....	188
10.4 Sistema de Monitoramento e Reporte	189
10.5 Plataformas de visualização e reporte de dados do Município de São Paulo	189
11. EQUIPE TÉCNICA	191
12. REFERÊNCIAS.....	198

ABREVIAÇÕES E SIGLAS

- ANP** - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- ANTF** – Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários
- APAS** - Associação Paulista de Supermercados
- BAU (Business-as-usual)** – Negócios como de costume
- C40 (C40 Cities Climate Leadership Group)** – Rede C40 de Cidades
- CET** – Companhia de Engenharia de Tráfego
- CGE** – Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas
- CGIRS** – Conselho de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
- COMFROTA** – Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frotas por Alternativas Mais Limpas
- CO2** – Dióxido de Carbono
- CO2e** – Dióxido de Carbono Equivalente
- COP 30** – 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
- COHAB** – Companhia de Habilitação Popular
- EIV** – Estudo de Impacto de Vizinhança
- ETE** - Estação de Tratamento de Esgoto
- EMAE** – Empresa Metropolitana de Águas e Energia
- Fema** – Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- FMSAI** – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura
- Fundação SEADE** – Sistema Estadual de Análise de Dados
- Fundurb** – Fundo de Desenvolvimento Urbano
- GEE** – Gases de Efeito Estufa
- GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol)** – Protocolo de Gases de Efeito Estufa
- GLP** – Gás Liquefeito de Petróleo
- GN** – Gás Natural
- GPC (Global Protocol for Community Scale Greenhouse Inventories)** – Protocolo Global para Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa na Escala da Comunidade
- GTI** – Grupo de Trabalho Intersecretarial
- GTP** – Grupo de Trabalho Participativo
- GWP** – Potencial de Aquecimento Global
- HIS** - Habitação de Interesse Social
- IAG** – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG/USP)
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives)** – Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais

- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- INMET** – Instituto Nacional de Meteorologia
- IPCC** – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPVS** - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
- MP** – Material Particulado
- MTL** – Miniterminais logísticos
- NDCs** – Contribuições Nacionalmente Determinadas
- NDVI** – Índice de Vegetação por Diferença Normalizada
- NOx** - Óxido Nitroso
- NUDEC** – Núcleo Comunitário de Defesa Civil
- NUPDEC** – Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil
- OCMSP** – Orçamento Climático do Município de São Paulo
- OD** – Pesquisa Origem-Destino
- ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OMM** – Organização Meteorológica Mundial
- OMS (World Health Organization)** – Organização Mundial da Saúde
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PAVS** – Programa Ambientes Verdes e Saudáveis
- PdM** – Programa de Metas
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PLANPAVEL** – Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
- PMSP** – Prefeitura Municipal de São Paulo
- PMEA** – Plano Municipal de Educação Ambiental
- POT** – Programa Operação Trabalho
- PPA** – Plano Plurianual
- RMSP** – Região Metropolitana de São Paulo
- SABESP** – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
- SbN** - Soluções Baseadas na Natureza
- SECLIMA** – Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas
- SEGES** – Secretaria Municipal de Gestão
- SEHAB** – Secretaria Municipal de Habitação
- SELIMP** – Secretaria Executiva de Limpeza Urbana
- SESANA** – Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento
- SEPE** – Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos
- SEPLAN** – Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência
- SEPM** – Secretaria Executiva do Programa Mananciais
- SETRAM** – Secretaria Executiva de Mobilidade e Trânsito
- SGM** – Secretaria de Governo Municipal
- SIURB** – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
- SIN** – Sistema Interligado Nacional

SMAE – Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Estratégico

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMDHC – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

SMDET – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

SME – Secretaria Municipal de Educação

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana

SMSUB – Secretaria Municipal das Subprefeituras

SMT – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte

SMUL – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento

SP REGULA – Agência Reguladora de Serviços Públicos

SPTRANS – São Paulo Transporte

TEG – Transporte Escolar Municipal

UBS – Unidade Básica de Saúde

UN-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

USP – Universidade de São Paulo

UVIS – Unidades de Vigilância em Saúde

VIGIAR – Programa de Vigilância em Saúde Ambiental Relacionado a Populações Expostas à Poluição do Ar do Município de São Paulo

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1: Cobertura Vegetal do Município de São Paulo (2020)

Figura 2: Chuvas acima de 80 mm e 100 mm (estação meteorológica do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG/USP)

Figura 3: Temperaturas médias máximas e mínimas na cidade de São Paulo entre 1933-2024 - estação IAG USP

Figura 4: Temperatura média na cidade e temperatura média por distrito (2017-2023)

Figura 5: Horas consecutivas com rajadas de vento acima de 72 km/h na estação Mirante de Santana

Figura 6: Distribuição setorial das emissões

Figura 7: Gráfico Eletricidade – fator de emissão do SIN (tCO2e/MWh)

Figura 8: Emissões anuais 2010 – 2050

Figura 9: Curvas de variação das emissões de GEE para cada setor de emissão

Figura 10: Ameaça de ondas de calor (1981-2010) e Projeção da ameaça de ondas de calor para 2050

Figura 11: Vulnerabilidade da população às ondas de calor

Figura 12: Ameaça de seca meteorológica na RMSP (série histórica 1981 – 2020)

Figura 13: Análise da seca meteorológica projetada (2050)

Figura 14: Percentual de ações em andamento por estratégia do PlanClima SP

Figura 15: Avanço dos indicadores do PlanClima SP

TABELAS

Tabela 1: Dados de área e população de São Paulo

Tabela 2: Dados referentes à economia de São Paulo

Tabela 3: Dados de clima e temperatura de São Paulo

Tabela 4: Dados referentes ao meio ambiente e arborização de São Paulo

Tabela 5: Diferença entre as médias de temperatura máxima e mínima entre 1933 e 2024

Tabela 6: Emissões de GEE contabilizadas por setor atualizadas até dezembro 2025

Tabela 7: Recordes diários de temperaturas máximas e mínimas e as respectivas datas de observação (1933-2024)

Tabela 8: Emissões de GEE por setor conforme compromisso assumido para 2030 e 2050 atualizadas até dezembro 2025

Tabela 9: Percentuais de emissões contabilizadas relativos ao ano base 2017 atualizadas até dezembro 2025

Tabela 10: Ações para redução de emissões por setor de emissão

Tabela 11: Contribuição dos diferentes tipos de ação na redução de emissões no cenário ambicioso

Tabela 12: Percentual de indicadores com avanço para estratégias do PlanClima SP

Tabela 13: Estruturas do PlanClima SP

Tabela 14: Classificação dos prazos do PlanClima SP

Tabela 15: Metas gerais de mitigação

Tabela 16: Metas gerais de adaptação

Tabela 17: Metas gerais transversais

PALAVRA DO PREFEITO

A cidade de São Paulo se consolidou nos últimos anos como referência global em sustentabilidade urbana. Foi reconhecida pela ONU como “Cidade Modelo de Desenvolvimento Sustentável” e “Cidade Árvore do Mundo”, em razão do conjunto de políticas de arborização, mobilidade limpa e recuperação de áreas verdes.

Ponto importantíssimo dessa cruzada foi a criação do Plano de Ação Climática de São Paulo (PlanClima SP), em sintonia com o compromisso global de conter o aumento da temperatura média do planeta.

E agora, em 2025, reforçamos nosso empenho fazendo, além das avaliações anuais, a revisão estrutural do PlanClima SP, que define os próximos passos da transição ecológica, com metas até 2050 para neutralização de emissões e resiliência urbana.

Nessa revisão, merece destaque o ineditismo do Orçamento Climático, que passa a integrar o Orçamento Geral do Município de São Paulo, conferindo maior gestão, monitoramento e avaliação das ações climáticas.

Não dá para falar em preservar o meio ambiente sem falar de recursos. E é com foco nisso que se insere o Orçamento Climático. Afinal, para transformar a frota a diesel em frota elétrica, levantamos R\$ 6,5 bilhões. Em outro exemplo, estamos investindo R\$ 14 bilhões na construção de quatro Ecoparques e quatro Unidades de Recuperação Energética (UREs), que vão gerar 250 mil megawatts cada, o suficiente para abastecer 75% da energia pública da cidade. É o Orçamento Climático em ação.

Outra novidade trazida pela revisão do PlanClima SP foi o foco na Justiça Climática, incluindo metas que se destinam a grupos prioritários e vulneráveis, concentrando o olhar para além das vulnerabilidades socioeconômicas e contemplando, por exemplo, a primeira infância e outros segmentos sensíveis aos impactos climáticos.

Finalmente merece destaque a ampliação do número de secretarias envolvidas no PlanClima SP, de 13 para 24, com a inclusão de novas pastas responsáveis por metas específicas, que vão ampliar ainda mais o comprometimento da cidade com a questão climática. Em meio aos desdobramentos da COP30, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, quando governos e a sociedade civil mostraram o que pretendem fazer para combater as mudanças climáticas, São Paulo dá o exemplo e mostra o que já está fazendo. Ações concretas como, por exemplo, o plantio de 150 mil árvores somente em 2025, a coleta seletiva em todas as ruas da cidade, entre tantos outros avanços.

Ricardo Nunes

Prefeito do Município de São Paulo.

PALAVRA DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O Plano de Ação Climática de São Paulo, fruto de visionária Gestão Municipal, entra em nova e promissora fase. A vertente da variável climática foi absorvida por todas as Secretarias Municipais e um trabalho coeso e firme evidenciou que a maior cidade do Brasil lidera o protagonismo ecológico e promove ações concretas que a convertem num padrão de resiliência.

Além das avaliações anuais, a revisão estrutural em 2025 mantém as diretrizes rumo à descarbonização total em 2050, fiel ao compromisso brasileiro firmado no Acordo de Paris em 2015 e mantém a meta de transição energética, avançando na eletrificação de sua frota de ônibus.

Adquiriu-se expertise suficiente para aprimorar suas métricas e monitoramento, mediante análise técnica primorosa, conduzida, prioritariamente, por zelosa equipe de especialistas. A comunidade foi ouvida e participou com sugestões válidas e efetivamente aproveitadas, inclusive ofertadas pelo prestimoso Legislativo Paulistano.

Destaca-se o pioneirismo do Orçamento Climático, a integrar o Orçamento Geral do Município de São Paulo, de maneira a propiciar a execução de tudo aquilo que interfere com os fenômenos extremos, cada vez mais intensos e frequentes.

Na versão inicial, eram treze as Secretarias diretamente envolvidas e a versão revisitada incluiu mais onze, a evidenciar o empenho desta gestão no adequado trato de uma questão que é o maior desafio já enfrentado pela humanidade.

Enfatizou-se o tema “Justiça Climática”, para melhor tutela dos vulneráveis e para a conscientização da cidadania quanto à responsabilidade partilhada em relação à adaptação da metrópole para o que ainda há de vir.

Cumpre agora implementar as estratégias atualizadas e conamar a população a colaborar, pois a execução do PlanClima SP, por sua dimensão e abrangência, é tarefa de todos.

José Renato Nalini

Secretário Executivo de Mudanças Climáticas do Município de São Paulo.

1. APRESENTAÇÃO

Este documento refere-se à revisão do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima SP), que busca orientar a atuação do governo municipal, incorporando de forma sistemática a variável climática aos processos de tomada de decisão. O PlanClima SP surge em um contexto de ação imediata, uma vez que as mudanças climáticas já estão em curso e vêm impondo novas formas de viver e de organizar a cidade. Nesse sentido, é fundamental que o Município de São Paulo acompanhe essas transformações. Assim, o Plano apresenta-se não apenas como um avanço no campo ambiental, mas também como um instrumento estratégico de grande relevância para a administração municipal, ao direcionar e qualificar as políticas climáticas da cidade.

Para assegurar o alinhamento contínuo, o acompanhamento das transformações em curso e a incorporação de novos conhecimentos e diretrizes, o PlanClima SP deve ser revisado, no mínimo, a cada novo ciclo de governo. Dessa forma, a revisão do Plano tem como propósito fortalecer seus mecanismos de acompanhamento e governança, bem como ampliar a integração com metas e compromissos nacionais e internacionais, como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo de Paris. A Prefeitura reconhece que este é um momento para agir, que a frequência e a intensidade dos eventos climáticos tendem a aumentar, e que é necessário estar cada vez mais preparada para enfrentar esses desafios.

A revisão, iniciada em janeiro de 2025, pela Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas, contou com o apoio técnico das secretarias municipais, por meio do Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI), e da sociedade civil, por meio dos processos participativos estabelecidos, como a criação de um Grupo de Trabalho Participativo (GTP) e Consulta Pública.

1.1 Contextualização e marco legal e institucional

A elaboração da primeira versão do Plano contou com o apoio da rede de cidades C40, bem como a participação ativa da sociedade civil, da academia e de diversas secretarias e órgãos municipais. Em 2021, o PlanClima SP foi oficialmente publicado por meio do Decreto nº 60.289, de 3 de junho de 2021.

De acordo com o Decreto, cabe à Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas (SECLIMA), vinculada à Secretaria de Governo Municipal (SGM), acompanhar a implementação do PlanClima SP, a partir da elaboração do Relatório de Acompanhamento, bem como a realização de sua revisão.

HISTÓRICO DAS AÇÕES QUE LEVARAM ATÉ A VERSÃO ATUAL

ANO	AÇÃO
1991	São Paulo foi uma das cidades fundadoras do ICLEI.
2005	São Paulo associou-se a outras 17 cidades na criação daquilo que viria a ser o Grupo C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática.
2005	Criado o Comitê Municipal de Mudanças Climáticas e Ecoeconomia Sustentável.
2009	Promulgada a Política Municipal de Mudança do Clima, através da Lei 14.933/2009. Consolidação do antigo Comitê criado em 2005 como Comitê de Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia.
2011	Publicado o documento Diretrizes para o Plano de Ação da Cidade de São Paulo para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas.
2012	Publicado o resultado inicial do inventário de Gases de Efeito Estufa 2003-2009 + 2010-2011.
2018	PMSP assina o compromisso Deadline 2020, proposto pela C40.
2019	Iniciada a elaboração do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo, o PlanClima SP.
2019	É publicado o terceiro inventário de emissões de gases de efeito estufa, período 2010 – 2017.
2021	Decreto nº 60.289/2021: Institui o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo – PlanClima SP.
2021	Decreto nº 60.290, de 4 de junho de 2021: Dispõe sobre as atribuições da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas – SECLIMA.
2022 a 2025	Publicação anual dos Relatórios de Acompanhamento do PlanClima SP.
2022 a 2025	Publicação dos inventários de Emissão de Gases de Efeito Estufa, período 2018 – 2022.
2025	Primeira revisão do PlanClima SP.

2. VISÃO, OBJETIVOS E METAS

O PlanClima SP busca o atingimento da neutralidade de emissões de gases de efeito estufa até 2050, contribuindo para o cumprimento do Acordo de Paris, com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo de 2 °C e, preferencialmente, abaixo de 1,5 °C. Dessa forma, apresenta como Visão para 2050:

“Uma cidade menos desigual e mais preparada para responder aos impactos da mudança do clima, neutra em carbono e que promova acesso a serviços públicos de qualidade, proporcionando bem-estar e desenvolvimento econômico, inclusivo e sustentável para todos”.

Para alcançar essa visão climática, o PlanClima SP apresenta os seguintes objetivos gerais, metas incondicionais (que dependem exclusivamente da gestão municipal) e metas condicionadas (que dependem da cooperação de atores externos à administração pública):

1. Empreender a ação política necessária para a redução, até 2030, de 50% das emissões de gases de efeito estufa do Município de São Paulo, em comparação aos níveis de 2017.
 - **Meta incondicional:** até 2030, o Município de São Paulo deverá reduzir em 20% suas emissões de gases de efeito estufa em relação ao ano-base de 2017.
 - **Meta condicionada:** até 2030, o Município de São Paulo reduzirá em 50% suas emissões de gases de efeito estufa em relação ao ano-base de 2017, caso sejam realizadas ações de descarbonização que não estão sob controle direto do Município.
 - **Meta condicionada:** até 2050, o Município de São Paulo reduzirá a zero suas emissões líquidas de gases de efeito estufa, caso sejam realizadas ações de descarbonização que não estão sob controle direto do Município.
2. Implementar as medidas necessárias para fortalecer a resiliência do Município, reduzindo as vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais da população paulistana e ampliando sua capacidade de adaptação.

3. CONTEXTO DA CIDADE DE SÃO PAULO

O PlanClima SP foi elaborado para o Município de São Paulo, o maior e o mais rico do país, com as oportunidades inerentes a essas condições, mas que enfrenta grandes desafios para reduzir desigualdades e vulnerabilidades, de modo a aumentar sua capacidade adaptativa.

3.1 Papel das cidades na mudança do clima

Em 2025, a realização da 30^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), em Belém, na região amazônica, reposicionou o debate sobre as mudanças climáticas no centro da agenda pública brasileira, mobilizando diferentes escalas de governo e diferentes setores. Nesse contexto, a agenda climática do Município de São Paulo, em paralelo ao processo de atualização do PlanClima SP, mostrou-se particularmente oportuna e alinhada às discussões centrais da Conferência.

O ano de 2024 foi, o primeiro ano civil em que a temperatura média global ultrapassou 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais (OMM, 2025), evidenciando a intensificação dos impactos climáticos. Neste cenário, as cidades assumem papel central tanto na adaptação aos efeitos já observados, como ondas de calor e chuvas intensas, quanto na mitigação das causas das mudanças climáticas, uma vez que concentram a maior parte da população mundial e respondem por parcela significativa das emissões globais de gases de efeito estufa.

Segundo a UN-Habitat (2024), mais de 2 bilhões de pessoas que atualmente vivem em áreas urbanas poderão estar expostas, até 2040, a um aumento adicional de temperatura de pelo menos 0,5 °C, com impactos diretos sobre a saúde pública, a infraestrutura urbana, a segurança hídrica e energética e a qualidade de vida nas cidades. A centralidade do espaço urbano na agenda climática é tamanha que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) decidiu, em sua 43^a Sessão, incluir no Sétimo Ciclo de Avaliação a elaboração de um Relatório Especial sobre Mudanças Climáticas e Cidades, reforçando o reconhecimento internacional do papel dos governos locais no enfrentamento do desafio climático.

Nesse mesmo sentido, a rede C40 Cities destaca que, mais do que nunca, lideranças municipais e regionais têm demonstrado sua responsabilidade na implementação e na integração da ação climática em seus territórios, articulando políticas de mitigação, adaptação e justiça climática de forma cada vez mais estruturada e baseada em evidências (C40, 2025).

3.2 Características demográficas, econômicas e socioambientais

A cidade encontra-se junto ao Trópico de Capricórnio e foi construída sobre parte do Planalto Atlântico, nas chamadas terras altas, em que predominam altitudes entre 720 e 850 metros. Embora passe despercebido no dia a dia, São Paulo detém uma extensa rede hídrica, 287 cursos d'água distribuídos em 103 sub-bacias.

Tabela 1: Dados de área e população de São Paulo

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO				
Área	População	Densidade demográfica	Ranking de município mais populoso	Número de subprefeituras e distritos
1.521,202 km ² (IBGE, 2024)	11.451.999 pessoas (IBGE, 2022)	7.528,26 hab/km ² (IBGE, 2022)	Cidade mais populosa do Brasil e da América Latina	32 subprefeituras e 96 distritos

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Tabela 2: Dados referentes à economia de São Paulo

ECONOMIA				
PIB nacional	PIB per capita	IDHM	Índice de Gini da renda domiciliar per capita	Salário médio formal
828 bilhões em 2021 (IBGE, 2021)	66.872,84 (IBGE, 2021)	0,805 (PNUD, 2010)	0,504 (IBGE, 2025)	4,1 salários-mínimos (IBGE, 2023)

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE

Tabela 3: Dados de clima e temperatura de São Paulo

CLIMA E TEMPERATURA				
Temperatura média anual ¹	Média máxima ²	Média mínima ³	Clima	Índice pluviométrico:
20°C	25°C	14,6°C	Tropical de altitude	2000 mm

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Infocidade – Prefeitura de São Paulo.

Tabela 4: Dados referentes ao meio ambiente e arborização de São Paulo

MEIO AMBIENTE				
Cobertura vegetal ⁴	Cobertura vegetal por habitante	Esgotamento sanitário por rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede	Arborização de vias públicas	Bioma predominante
Entre 48,18% e 54,13%	62,01 m ² /hab em 2020	94,67% (IBGE, 2022)	68,22% (IBGE, 2022)	Mata Atlântica

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE.

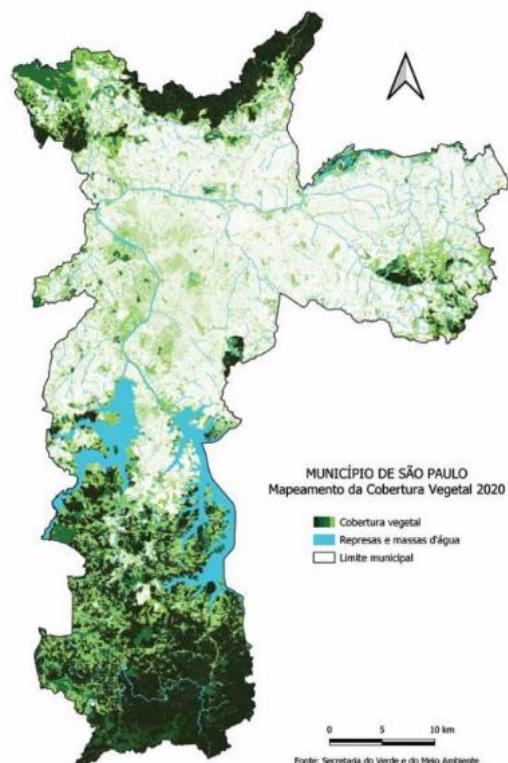
¹Média entre 1933 e 2023

² Média entre 1933-2024

³ Média entre 1933-2024

⁴ Embora os dados de NDVI estejam disponíveis para a série histórica de 2010 a 2023, eles ainda não foram consolidados para o mapeamento da cobertura vegetal nesse mesmo período, diferentemente do mapeamento consolidado e publicado em 2020, que se obteve 48,18%.

Figura 1: Cobertura Vegetal do Município de São Paulo (2020)

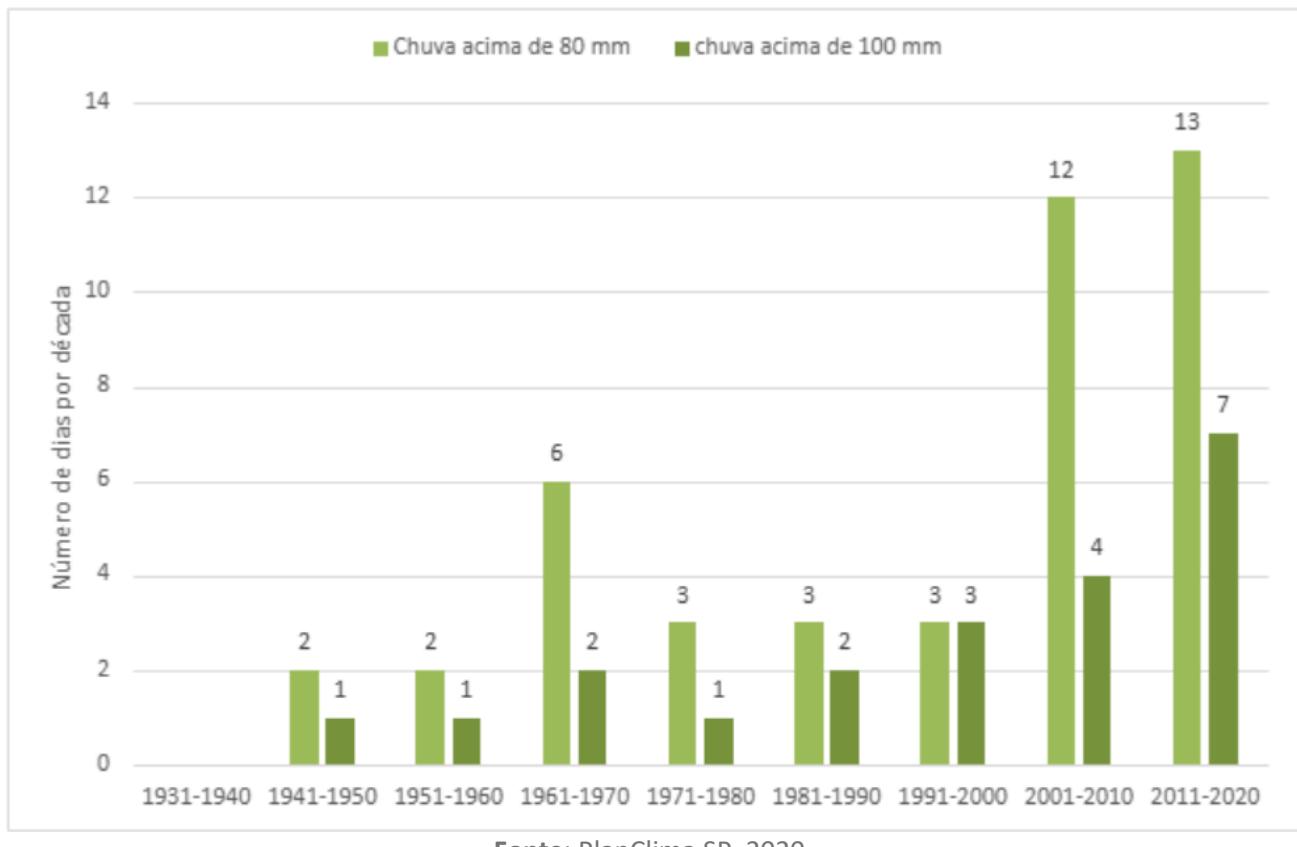


Fonte: SVMA, 2020.

3.3 Dados de precipitação

De acordo com Marengo et al. (2020), o número de chuvas intensas e volumosas acima de 100 mm/dia nos últimos 20 anos superou o acumulado dos registros das seis décadas anteriores na cidade de São Paulo (Figura 2).

Figura 2: Chuvas acima de 80 mm e 100 mm (estação meteorológica do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG/USP)⁵



Fonte: PlanClima SP, 2020.

3.4 Dados de temperatura

Análises estatísticas dos dados históricos de temperatura do Município mostraram que houve um aumento nas temperaturas mínimas e máximas e na precipitação média anual entre 1933 e 2024. A temperatura média máxima aumentou 4°C e a temperatura média mínima 3,4°C.

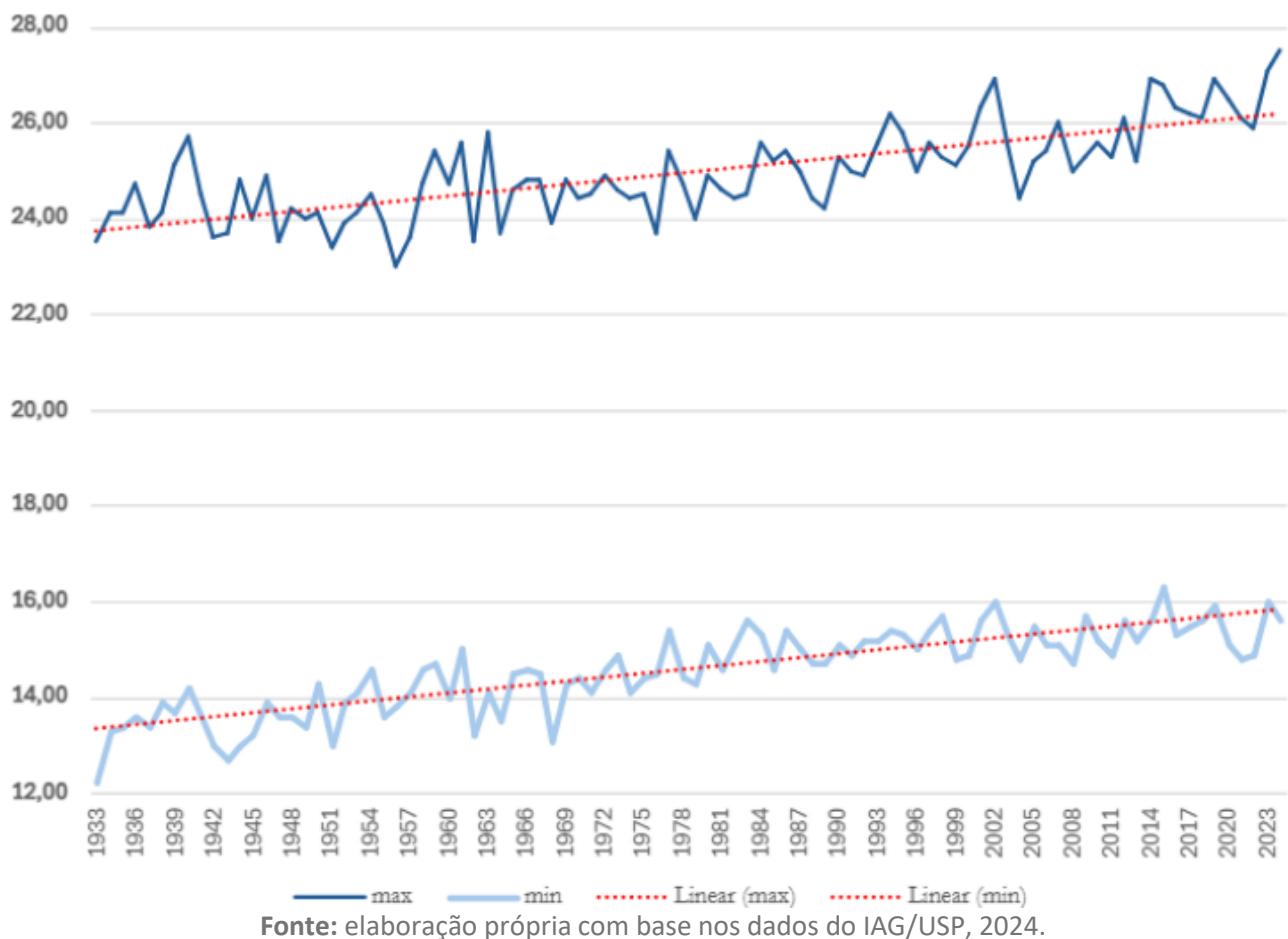
Tabela 5: Diferença entre as médias de temperatura máxima e mínima entre 1933 e 2024

Ano	Média temp. máxima (°C)	Média temp. mínima (°C)
1933	23,5	12,2
2024	27,5	15,6
Diferença	4°C	3,4°C

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IAG/USP, 2024.

⁵ Os boletins climatológicos da estação do IAG ficam disponíveis na plataforma da instituição e entre os anos de 2021 e 2024 ainda não foram registrados registros diários acima de 80 mm e 100 mm.

Figura 3: Temperaturas médias máximas e mínimas na cidade de São Paulo entre 1933-2024 - estação IAG/USP



Entre os recordes diários de temperatura registrados pelo IAG-USP, todos os valores que integram o ranking ocorreram no período de 2014 a 2023, não havendo registros de temperaturas máximas anteriores a 2014. Destaca-se que, apenas em 2023, foram registrados cinco novos recordes de temperatura, incluindo o valor mais elevado já observado na estação desde o início das medições, em 1933, como é possível visualizar na Tabela 5.

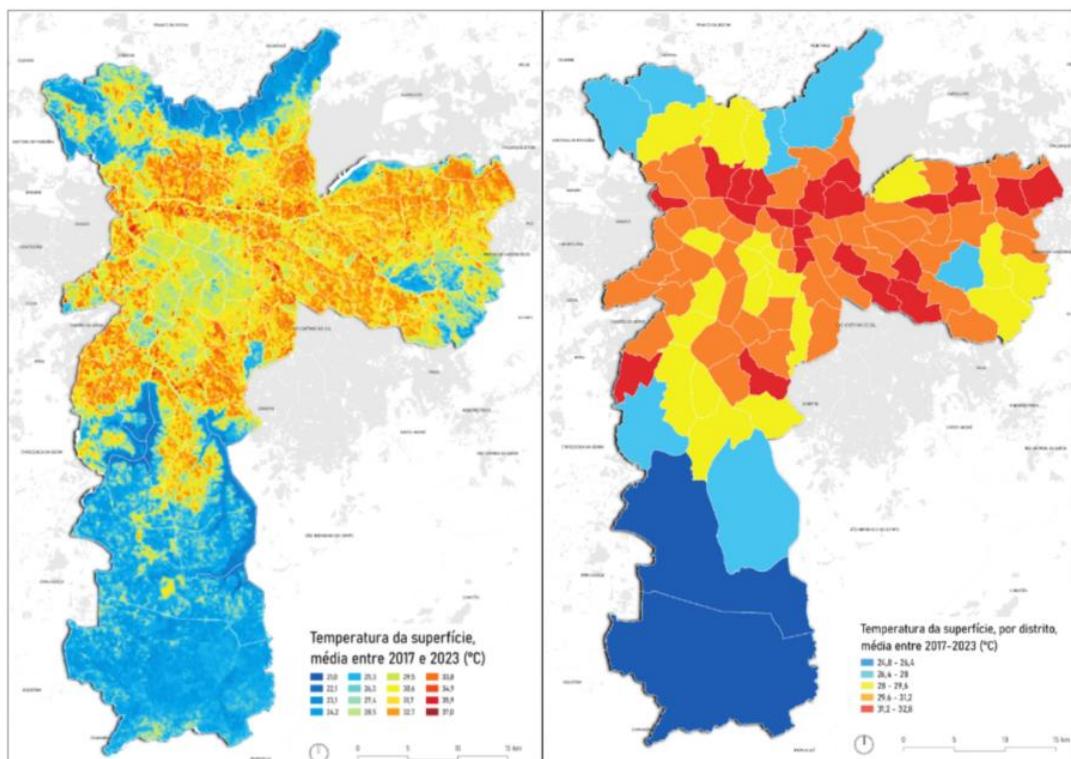
Tabela 6: Recordes diários de temperaturas máximas e mínimas e as respectivas datas de observação (1933-2024)

Rank	Temperatura máxima (°C)	Data
1	38,3	13/11/2023
2	38,2	14/11/2023
3	37,7	02/10/2020
4	37,6	12/11/2023
5	37,3	07/10/2020
6	37,3	24/09/2023
7	37,2	17/10/2014
8	37,2	01/10/2020
9	37,1	30/09/2020
10	36,7	15/11/2023

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IAG/USP, 2024.

Na média do período entre 2017 e 2023, o distrito de Vila Medeiros, na Zona Norte, apresentou a maior temperatura de superfície, conforme dados divulgados pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente na plataforma SampaClima. A figura 4, além disso, mostra uma concentração de temperaturas mais elevadas na Zona Leste da cidade, enquanto a Zona Sul apresenta temperaturas mais amenas. Dados como esses evidenciam como as mudanças climáticas impactam de forma desigual as populações das distintas regiões do Município, ressaltando também a necessidade de medidas de adaptação e mitigação com enfoque nas populações mais vulneráveis para a promoção da justiça climática.

Figura 4: Temperatura média na cidade e temperatura média por distrito (2017-2023)



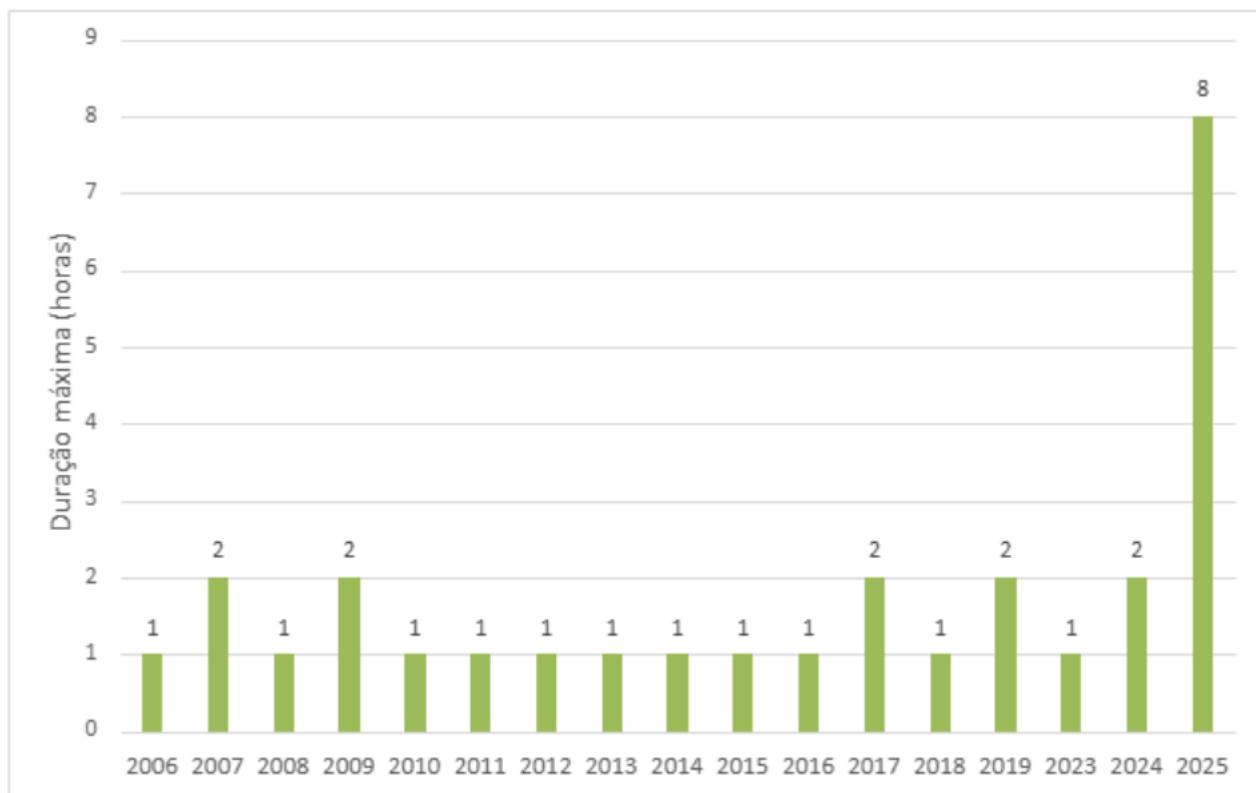
Fonte: Plataforma SampaClima, 2025.

3.5 Outros registros de extremos climáticos

No ano de 2025, houve registro de um novo recorde também associado aos eventos extremos na cidade. Complementar aos dados já expostos anteriormente, em específico no detalhamento do primeiro Plano, há de se notar na cidade a ocorrência de novos registros associados a esses eventos.

A estação do INMET no Mirante de Santana (zona norte de São Paulo) registrou, em 10 de dezembro de 2025, rajadas de vento de até 82,8 km/h. Embora abaixo do recorde histórico da estação (101 km/h, em 2010), o evento se destacou pela persistência: foram oito horas consecutivas com rajadas superiores a 70 km/h, entre 9h00 e 16h00. Trata-se da sequência mais longa desse tipo desde o início das medições, em 2006, superando episódios anteriores, nos quais rajadas acima de 70 km/h ocorreram por, no máximo, dois períodos consecutivos (Figura 1).

Figura 5: Horas consecutivas com rajadas de vento acima de 72 km/h na estação Mirante de Santana



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do INMET, 2025.

4. SÍNTESE ATUALIZADA DO INVENTÁRIO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

A elaboração do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima SP), publicado em 2021, foi fundamentada em um conjunto de estudos técnicos voltados à caracterização das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no território do Município, incluindo a quantificação das emissões, sua distribuição setorial, a análise de emissões observadas e a elaboração de cenários futuros.

A Lei nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que institui a Política Municipal de Mudança do Clima, estabelece a obrigatoriedade de o Poder Executivo do Município de São Paulo publicar, a cada cinco anos, documento contendo os inventários de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa em seu território, elaborados com base em metodologias internacionalmente reconhecidas.

Nesse contexto, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), órgão responsável pela elaboração dos inventários municipais de GEE, realiza esse trabalho de forma sistemática, desde 2003. Para subsidiar a elaboração do PlanClima SP, publicado em 2021, foi utilizada a série histórica 2010-2017 do inventário de GEE, correspondente, à época, à base de informações mais atualizada disponível.

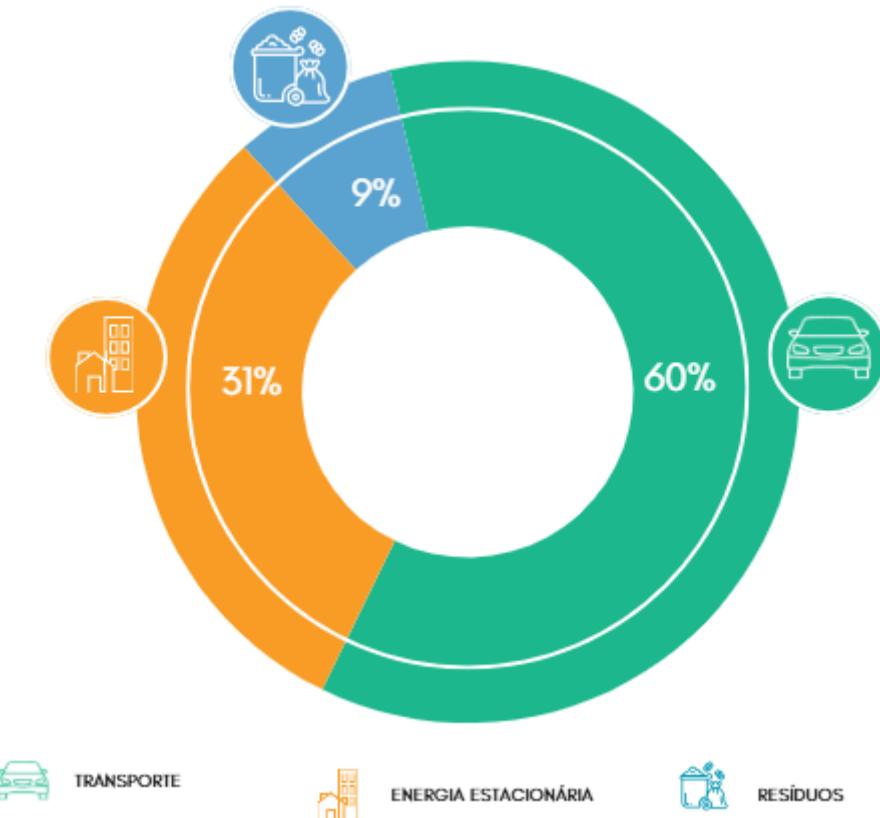
Considerando o processo de revisão do PlanClima SP e as transformações ocorridas desde então, este capítulo apresenta os dados de emissões do Inventário de Gases de Efeito Estufa mais recente, que corresponde ao ano-base de 2022. Este inventário incorpora atualizações metodológicas que resultam em pequenas alterações em relação aos anteriores, inclusive à linha base de 2017. Tais alterações decorrem, principalmente, da incorporação dos dados do Censo Demográfico de 2022 e de projeções populacionais atualizadas, bem como de ajustes na metodologia de cálculo das emissões associadas ao transporte ferroviário.

Dessa forma, apresentam-se a seguir as principais alterações identificadas pela SVMA, a partir da atualização do Inventário de Gases de Efeito Estufa.

4.1 Distribuição setorial das emissões

Em comparação com o período de 2010 a 2017, os dados atualizados apontam para redução da participação do setor de Transportes e aumento do setor de Resíduos nas emissões municipais de 2017 a 2022. Contudo, o setor de Transportes continua sendo o maior emissor do Município, com 60% da emissão de GEE, conforme a figura abaixo:

Figura 6: Distribuição setorial das emissões (2010 – 2022)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de SVMA, 2025.

4.2 Metas de redução de emissões

Com relação às emissões de gases de efeito estufa (GEE), as Tabelas 7, 8 e 9 apresentam as emissões anuais por setor entre 2010 e 2022, emissões projetadas para 2030 e 2050, de acordo com o PlanClima SP, e o aumento ou diminuição das emissões de GEE relativas ao ano-base de 2017. Os dados foram obtidos com base nos Inventários de Gases de Efeito Estufa já publicados.

Tabela 7: Emissões de GEE contabilizadas por setor atualizadas (tCO2e)

Ano	Transporte	Energia Estacionária	Resíduos	Total
2010	8.319.400,00	3.921.776,00	1.106.651,00	13.347.827,00
2011	9.166.029,00	3.366.071,00	1.128.158,00	13.660.258,00
2012	9.764.164,00	4.503.274,00	1.125.134,00	15.392.572,00
2013	9.549.371,00	5.347.208,00	1.207.893,00	16.104.472,00
2014	9.526.108,00	6.417.835,00	1.215.455,00	17.159.398,00
2015	8.761.258,00	5.620.468,00	1.268.261,00	15.649.987,00
2016	8.806.525,00	4.285.111,00	1.275.813,00	14.367.449,00
2017	8.971.264,00	4.562.203,00	1.266.790,00	14.800.257,00
2018	7.837.953,00	3.995.607,00	1.291.794,00	13.125.354,00
2019	7.579.222,00	3.910.576,00	1.335.810,00	12.825.608,00
2020	6.343.678,00	3.361.876,00	1.356.540,00	11.062.094,00
2021	7.214.025,00	4.928.062,00	1.333.573,00	13.475.660,00
2022	7.288.188,00	2.908.423,00	1.239.502,00	11.436.113,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de SVMA, 2025.

Tabela 8: Emissões de GEE por setor conforme compromisso assumido para 2030 e 2050 (tCO2e)

Ano	Transporte	Energia Estacionária	Resíduos	Total
2017	8.971.264,00	4.562.203,00	1.266.790,00	14.800.257,00
2018	8.626.215,00	4.386.733,00	1.218.068,00	14.231.016,00
2019	8.281.167,00	4.211.264,00	1.169.345,00	13.661.776,00
2020	7.936.118,00	4.035.795,00	1.120.622,00	13.092.535,00
2021	7.591.069,00	3.860.325,00	1.071.900,00	12.523.294,00
2022	7.246.021,00	3.684.856,00	1.023.177,00	11.954.054,00
2025	6.210.875,00	3.158.448,00	877.009,00	10.246.332,00
2030	4.485.632,00	2.281.101,00	633.395,00	7.400.128,00
2035	2.691.379,00	1.368.661,00	380.037,00	4.440.077,00
2040	897.126,00	456.220,00	126.679,00	1.480.025,00
2045	448.563,00	228.110,00	63.340,00	740.013,00
2050	-	-	-	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de SVMA, 2025.

Tabela 9: Percentuais de emissões contabilizadas relativos ao ano base 2017 (tCO2e)

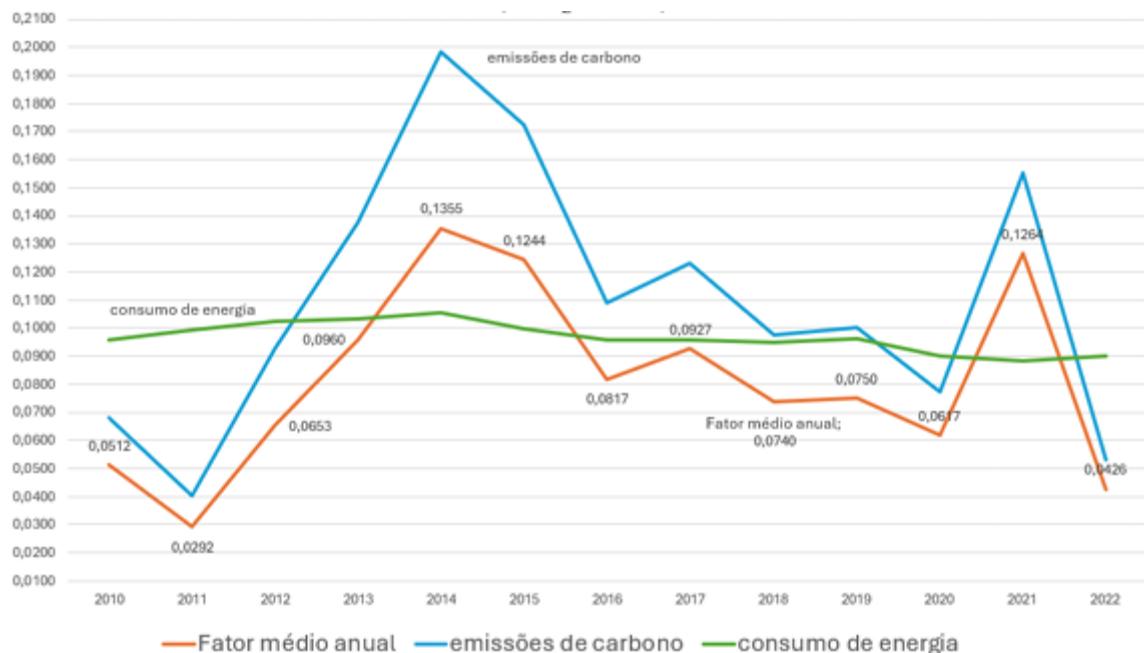
Setor	2018	2019	2020	2021	2022
Transporte	-13%	-16%	-29%	-20%	-19%
Energia Estacionária	-12%	-14%	-26%	+8%	-36%
Resíduos	+2%	+5%	+7%	+5%	-2%
Total	-11%	-13%	-25%	-8%	-23%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de SVMA, 2025.

O último inventário publicado, com dados do ano de 2022, apresenta valores menores do que o ano-base de 2017. Essa redução pode ser explicada por políticas de mitigação implementadas pela PMSP, como a eletrificação da frota de ônibus, mas também por variações sazonais de fatores econômicos e naturais, como o volume de chuvas.

Em Energia Estacionária, o principal impulsionador das fortes alterações anuais é o fator de emissão do Sistema Interligado Nacional (SIN), que varia principalmente em função de eventual seca meteorológica, com baixa disponibilidade de água para geração hidrelétrica, e do consequente acionamento de usinas termelétricas, altamente emissoras de GEE. Embora o consumo apresente pouca variação (linha verde), as emissões variam muito (linha azul) e de acordo com o fator de emissão do SIN (linha marrom). Essa condição se reflete nos picos de emissão de 2014 e 2021, conforme o demonstra a Figura 7 a seguir.

Figura 7: Gráfico Eletricidade – fator de emissão do SIN (tCO2e/MWh)



Fonte: SVMA, 2025

No setor de Transporte, o maior responsável pelas variações é o preço dos combustíveis utilizados nos veículos flex. Quando o etanol está com preço vantajoso em relação à gasolina, as emissões são mais baixas, quando o melhor preço é o da gasolina as emissões aumentam. Assim, ocorreu redução de emissões em Transporte entre 2017 e 2020 e crescimento entre 2020 e 2022.

No setor de Resíduos, as emissões seguem o padrão do crescimento populacional. Na Tabela 9, é possível observar um aumento nas emissões deste setor de 2% (2018), 5% (2019), 7% (2020) e 5% (2021) com relação ao ano-base (2017). Em 2022, notou-se uma redução de 2% em relação ao ano base.

A variação em Energia Estacionária atingiu um aumento de 8% das emissões do ano-base em 2021, passando para uma redução de 36% em 2022. A variação do setor de Transporte foi menor, embora se tenha observado contínuo aumento desde o ano 2020, ano marcado pela pandemia de Covid19.

4.3 Emissões projetadas e observadas

A Figura 8 mostra o gráfico comparativo entre as emissões verificadas nos inventários e as projetadas para 2030, 2040 e 2050, conforme definição adotada no PlanClima SP, enquanto a Figura 9 apresenta as curvas de variação das emissões de GEE para cada setor.

Por meio da análise das figuras 8 e 9, percebe-se que, embora a série histórica seja recente e conte com oscilações sazonais, há uma tendência de redução das emissões verificadas convergente com as projeções, sendo o setor de Resíduos aquele que demanda maior atenção para que se aproxime das projeções realizadas.

Figura 8: Emissões anuais (2010 – 2050)

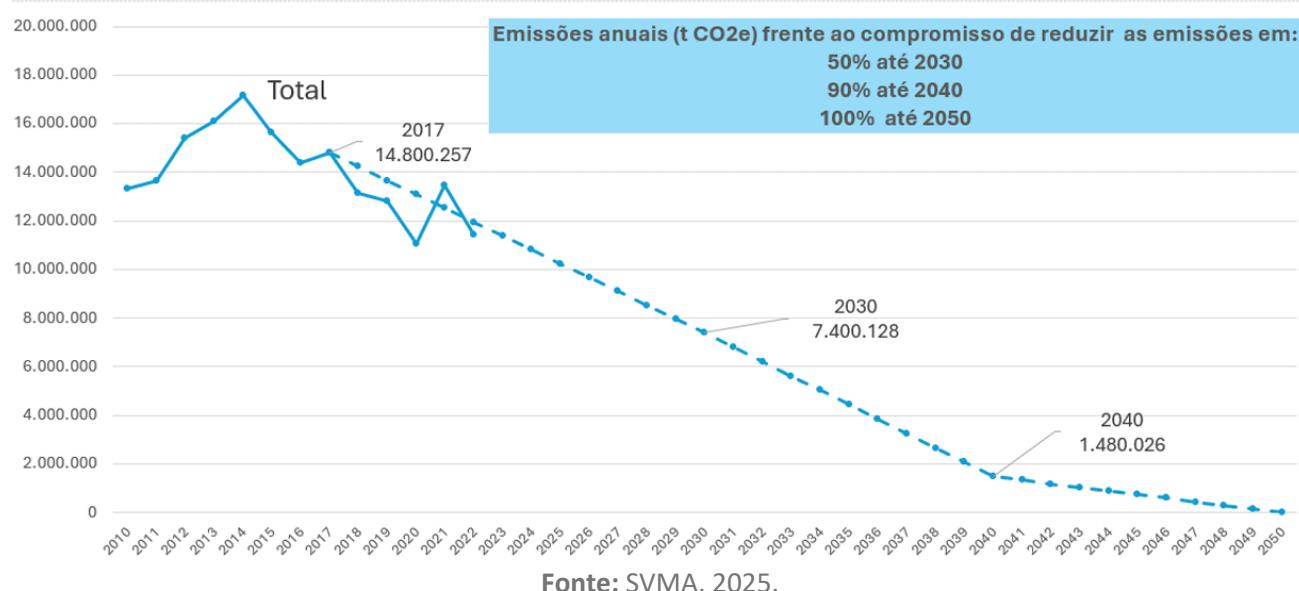
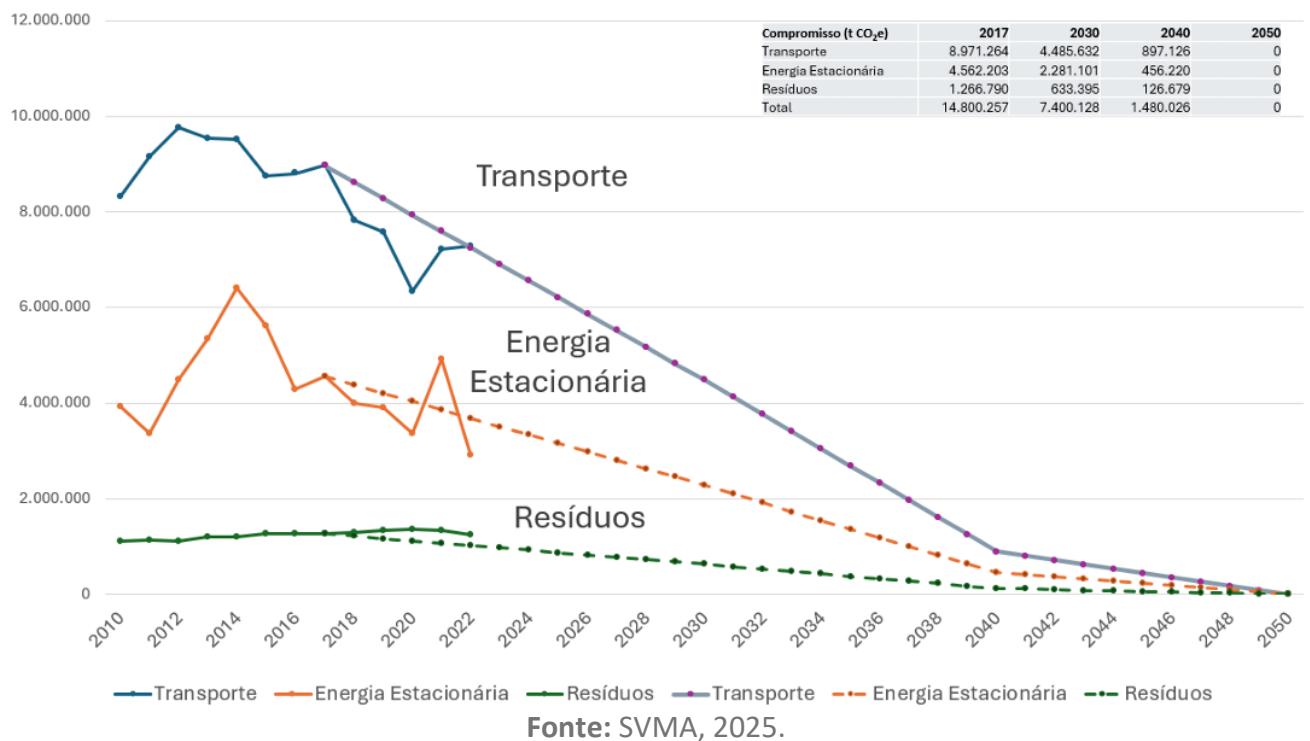


Figura 9: Curvas de variação das emissões de GEE para cada setor de emissão



No PlanClima SP, as ações para redução de emissões focam nos três principais setores identificados:

Tabela 10: Ações para redução de emissões por setor de emissão

ENERGIA ESTACIONÁRIA E EDIFICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da participação de fontes renováveis na matriz elétrica • Geração distribuída fotovoltaica em edifícios • Adoção de tecnologias eficientes para iluminação (edificações e vias públicas) • Adoção de tecnologias eficientes para resfriamento de ambientes • Troca de fontes de energia para o aquecimento de água e cocção
---	---

TRANSPORTE E MOBILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> ● Mudança modal: aumento da participação de modos mais sustentáveis de transporte (caminhada, bicicleta, coletivo movido a tecnologia zero emissões) ● Troca de combustíveis de veículos de passageiros e transporte coletivo ● Ganhos de eficiência no uso de combustíveis nos veículos de passageiros e transporte coletivo
RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumento da reciclagem de resíduos ● Mudança de rotas de tratamento para fração orgânica dos resíduos sólidos urbanos ● Mudanças tecnológicas no tratamento de efluentes líquidos

Tais ações foram simuladas através da ferramenta Pathways. Buscando simular e dimensionar os impactos de tais ações, foram considerados três tipos de cenários:

CENÁRIO TENDENCIAL (também conhecido como business-as-usual - BAU, em inglês): Assume uma situação de “não-ação” e ausência de esforços – pelo Município, demais níveis de governo e atores privados - para a redução de emissões. **O cenário considera apenas o comportamento provável das emissões frente às estimativas de crescimento populacional e econômico da cidade e não considera nenhuma ação de mitigação.** Para elaboração desse cenário, considerou-se a lógica apresentada na identidade de Kaya⁶.

CENÁRIO AMBICIOSO: Contempla o efeito de ações ambiciosas, mas factíveis e viáveis, em anos futuros para que a cidade de São Paulo se aproxime da neutralidade de emissões. **O cenário também considera políticas e ações já previstas em outros planos e políticas municipais ou federais, bem como tendências de mercado** (mudanças tecnológicas, ganhos de eficiência ou de troca de combustíveis).

CENÁRIO ESTENDIDO: Identifica as estratégias necessárias para o atingimento da neutralidade de emissões em 2050, ainda que, atualmente, dependam de ações com altas barreiras políticas, institucionais, técnicas, sociais e econômicas para serem implementadas. **Esse cenário possibilita apontar os principais desafios para que a cidade atinja esse objetivo, assim como caminhos a serem considerados para a atualização e revisão do PlanClima SP.** O cenário parte do entendimento que o município deverá mobilizar os esforços necessários para viabilizar ações que não estão ao seu alcance direto, pois

⁶Equação que relaciona as emissões de CO₂ ao consumo de energia, à produção econômica e à população.

dependem de atores externos à Prefeitura - outros níveis de governo, setor privado e cidadãos.

Dentro dos pressupostos de tais cenários, foram feitos esforços de quantificação das ações pretendidas e seus possíveis impactos. Essas suposições permitiram estimar cenários de redução de emissões. O Cenário Ambicioso do PlanClima SP, por exemplo, projetou que 6,5% da eletricidade do setor comercial seria feita por geração distribuída fotovoltaica (aumento da participação de fontes renováveis na matriz elétrica). Para que essas suposições ocorram na realidade, é necessário o desenvolvimento de programas e políticas focados na mitigação desses três setores principais.

4.4 Considerações complementares

A Tabela 11 apresenta os percentuais de redução de emissões associados a diferentes intervenções no setor Transporte. No entanto, variações observadas nas emissões nem sempre decorrem de ações de mitigação. A pandemia da Covid 19, por exemplo, provocou uma redução das emissões, devido à baixa demanda por serviços de transporte durante 2019 e 2020. No mesmo período, houve queda no consumo de energia no setor Transporte, bem como no setor de Energia Estacionária, especificamente no subsetor Comercial.

Tabela 11: Contribuição dos diferentes tipos de ação na redução de emissões no cenário ambicioso

Tipo de Ação	% Total de Reduções de GEE em 2030	% Total de Reduções de GEE em 2050
Mudança de Combustíveis - transporte privado	44,7%	39,2%
Redução do consumo de combustíveis pelo transporte de carga	16,0%	1,3%
Mudança modal - transferência para o transporte público	0,9%	11,9%
Mudança modal - mobilidade ativa	2,7%	9,4%
Mudança de Combustíveis - transporte público	12,7%	8,8%
Aumento da participação de fontes renováveis de matriz elétrica	9,3%	4,9%
Eficiência energética em novas construções	3,2%	4,2%
Geração distribuída renovável	1,7%	4,0%
Eficiência energética em construções existentes	3,2%	4,2%
Compostagem e biodigestão	2,0%	1,4%
Total	100,0%	100%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do PlanClima SP, 2021.

A estimativa da redução de emissões de gases de efeito estufa deve basear-se na análise das ações efetivamente implementadas no âmbito do PlanClima SP, com a mensuração das emissões associadas a cada estratégia, projeto ou ação, por meio de ferramentas apropriadas, como as do GHG Protocol. Na elaboração do Plano, utilizou-se a ferramenta Pathways, oferecida pela C40 à PMSP, para modelar potenciais de redução de emissões.

5. AVALIAÇÃO DOS RISCOS CLIMÁTICOS DA CIDADE

No contexto da Cidade de São Paulo, os principais riscos climáticos são ondas de calor, inundações e secas meteorológicas. As projeções climáticas para o município até 2050 indicam um cenário de intensificação significativa dos riscos climáticos, de forma heterogênea no território, mas com padrões espaciais bem definidos e condicionados pelas características urbanas, socioambientais e pela dinâmica de ocupação do solo da cidade.



ONDAS DE CALOR

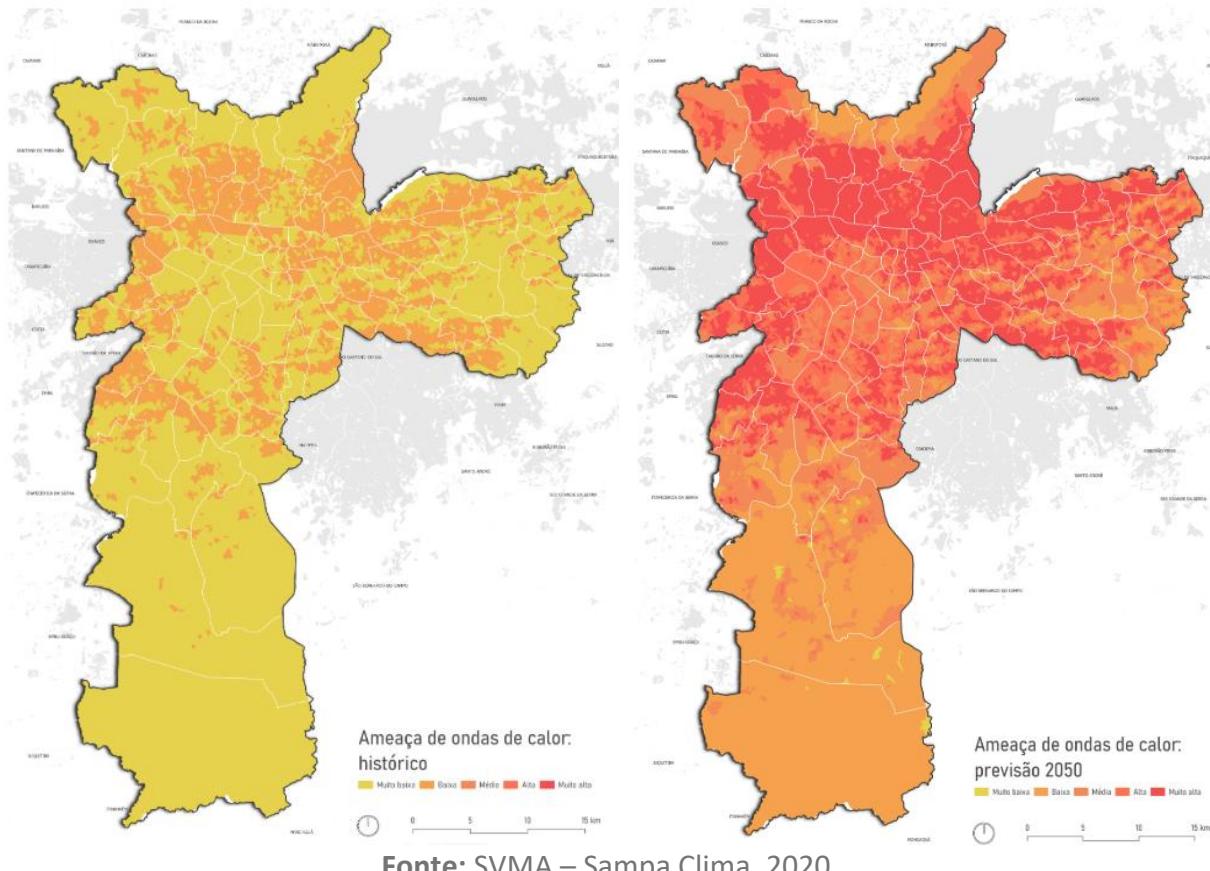
No caso das ondas de calor, a projeção indica um aumento significativo das áreas sob risco térmico elevado até 2050. O aumento da temperatura média, aliado à maior frequência e duração de eventos extremos de calor, tende a intensificar o efeito de ilha de calor urbano, especialmente nas regiões mais densamente edificadas, com baixa cobertura vegetal e alta impermeabilização do solo.

As projeções mostram que distritos localizados nas áreas centrais e em grande parte da Zona Leste, Norte e Sul da cidade concentram os maiores níveis de ameaça, coincidindo com territórios onde há menor presença de áreas verdes e maior concentração populacional. Até 2050, espera-se um aumento no número de dias com temperaturas máximas extremas, ampliando o risco de estresse térmico, sobretudo para populações vulneráveis, como idosos, crianças e moradores de habitações precárias.

A análise integrada dos mapas revela que o risco não decorre apenas do aumento da temperatura, mas da sobreposição entre ameaça climática, vulnerabilidade social e baixa capacidade adaptativa, o que tende a intensificar desigualdades já existentes.

A imagem do lado esquerdo da Figura 15 apresenta um grau de ameaça baixo e muito baixo de forma predominante no território da cidade de acordo com o histórico, enquanto o lado direto revela a predominância de ameaças altas e muito altas às ondas de calor pela maior parte do território, evidenciando a ampliação do risco para a projeção de 2050.

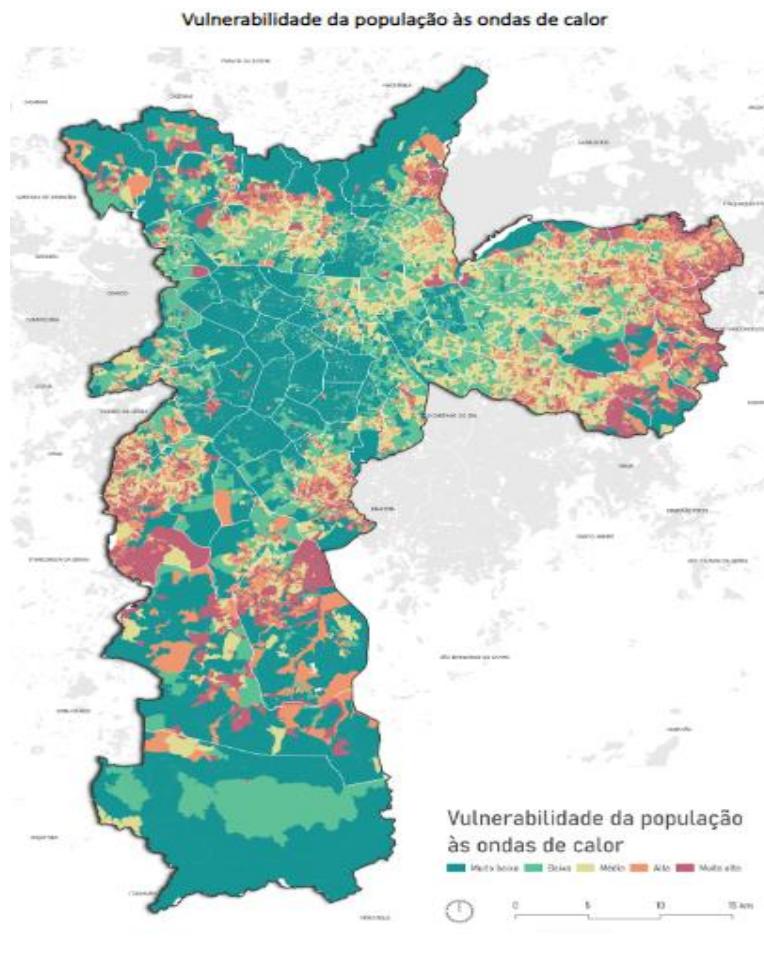
Figura 10: Ameaça de ondas de calor (1981-2010) e Projeção da ameaça de ondas de calor para 2050



Fonte: SVMA – Sampa Clima, 2020.

Entre os demais indicadores disponíveis, destaca-se que o distrito com a maior proporção de população em situação de vulnerabilidade muito alta ao calor é Lajeado, na Zona Leste, com 54% da população nessa condição, seguido por Penha, também na Zona Leste, com 53%. A vulnerabilidade inclui variáveis socioeconômicas e demográficas, como faixa etária, para estimar a capacidade adaptativa da população às ondas de calor. Nesse sentido, a Figura 16 explicita a distribuição desigual de riscos climáticos no Município, com a vulnerabilidade alta se concentrando em regiões periféricas da Zona Leste e Zona Sul, enquanto a Zona Oeste e as regiões da Zona Sul mais próximas ao Centro apresentam vulnerabilidade baixa ou muito baixa. Esses dados reforçam a importância da promoção da justiça climática por meio de ações territorializadas que foquem na ampliação da capacidade adaptativa dos grupos mais vulneráveis.

Figura 11: Vulnerabilidade da população às ondas de calor



Fonte: SampaClima, 2020.

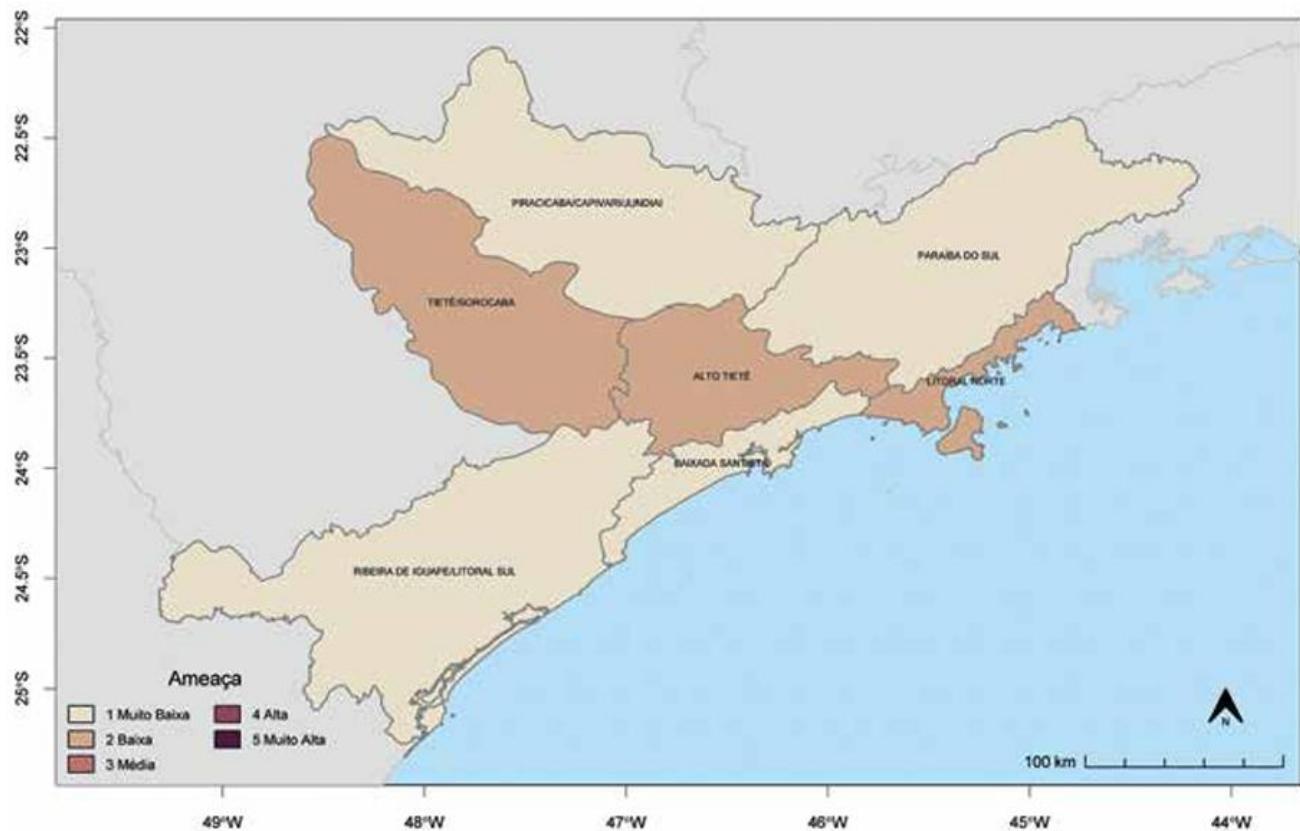
SECAS METEOROLÓGICAS

As secas meteorológicas, por sua vez, apresentam um padrão de risco associado principalmente à mudança no regime de chuvas e ao aumento da evapotranspiração provocado pelas temperaturas mais elevadas. Os mapas de projeção para 2050 indicam uma maior frequência e duração de períodos secos, caracterizados por longas sequências de dias sem precipitação significativa. Embora o volume anual total de chuvas não apresente necessariamente uma redução expressiva, prevê-se alteração na distribuição temporal das chuvas, favorecendo a ocorrência de secas meteorológicas mais intensas.

O cenário apresentado impacta diretamente a segurança hídrica do município e da Região Metropolitana de São Paulo, uma vez que períodos prolongados de estiagem reduzem a recarga dos mananciais e aumentam a pressão sobre os sistemas de abastecimento. As áreas mais críticas coincidem com regiões que já apresentam fragilidades no acesso à água e menor capacidade de adaptação. Até 2050, a combinação entre seca meteorológica e aumento da demanda hídrica,

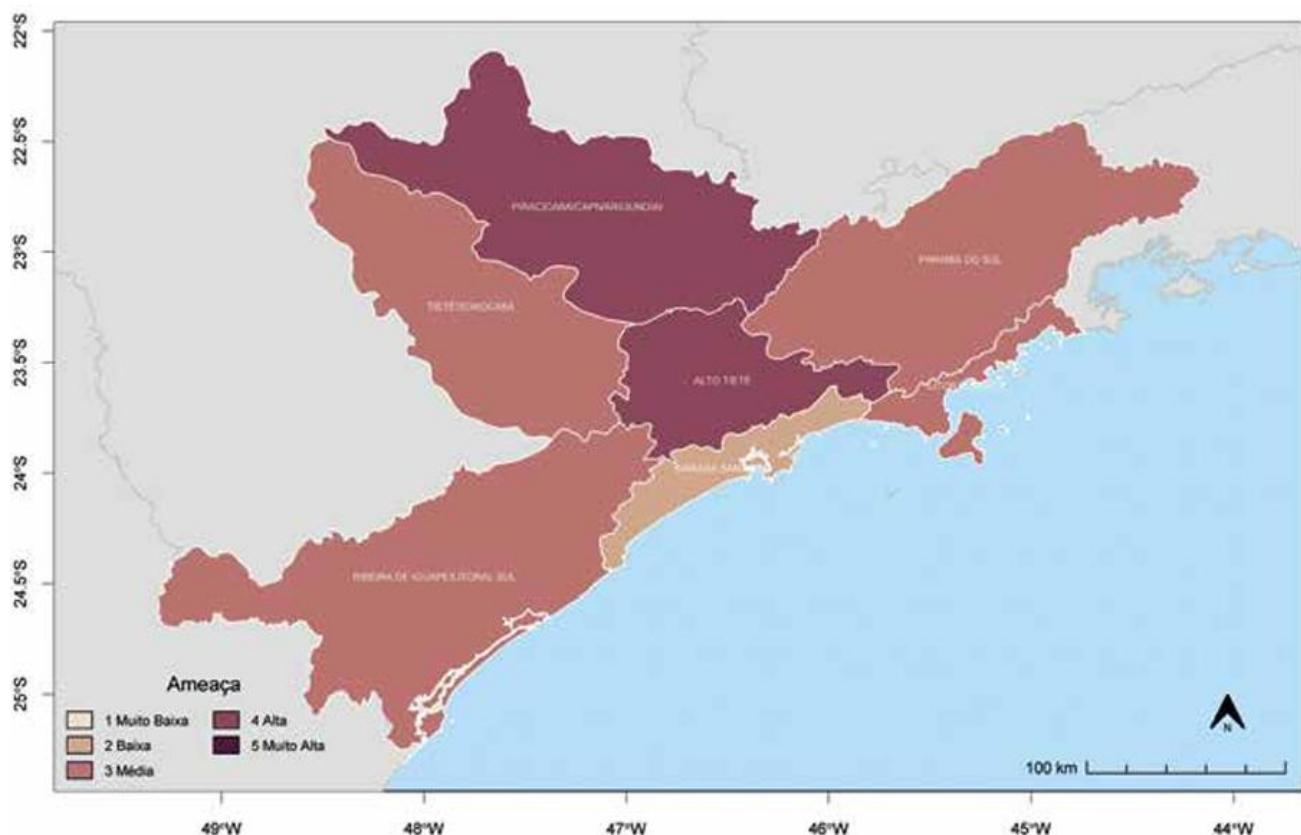
consequência do crescimento populacional e do maior consumo associado ao calor, tende a ampliar os riscos de escassez e redução da qualidade hídrica.

Figura 12: Ameaça de seca meteorológica na RMSP (série histórica 1981 – 2020)



Fonte: PlanClima SP, 2020.

Figura 13: Análise da seca meteorológica projetada (2050)



Fonte: PlanClima SP, 2020.

INUNDAÇÕES

As inundações permanecem como um dos riscos climáticos mais recorrentes e críticos para São Paulo. As projeções para 2050 indicam uma intensificação desse problema. Os mapas de ameaça e risco de inundaçāo mostram uma ampliação das áreas sujeitas a eventos extremos de alagamento, especialmente ao longo das principais bacias hidrográficas urbanas.

As projeções para 2050 apontam para um aumento da frequência e da intensidade das chuvas concentradas em curtos períodos, sobrecarregando os sistemas de drenagem e provocando alagamentos. Os alagamentos tenderão a ocorrer com maior intensidade, afetando áreas tradicionalmente inundáveis, mas, também, regiões que hoje apresentam risco moderado. Os impactos projetados incluem prejuízos à infraestrutura urbana, interrupções na mobilidade, danos econômicos e riscos à saúde pública, especialmente em áreas com saneamento precário e alta vulnerabilidade social.

A análise integrada dos mapas e projeções para 2050 evidencia que esses três riscos climáticos não atuam de forma isolada, mas interagem entre si, ampliando seus efeitos. Períodos prolongados de seca reduzem a umidade do solo e a capacidade de infiltração, o que intensifica o escoamento superficial quando ocorrem chuvas intensas, agravando os episódios de inundaçāo.

Ao mesmo tempo, o aumento das temperaturas intensifica tanto o estresse térmico quanto a evaporação, pressionando os recursos hídricos e reduzindo a resiliência dos sistemas naturais e urbanos. Esse conjunto de fatores aponta para um cenário de maior complexidade e severidade dos riscos climáticos em São Paulo até 2050, reforçando a necessidade de políticas de adaptação climática. Nesse sentido, o presente Plano busca ampliar a resiliência da Cidade de São Paulo aos eventos climáticos extremos, de forma a reduzir as vulnerabilidades.

A análise detalhada dos riscos climáticos que ocorrem na Cidade de São Paulo pode ser vista na primeira versão do PlanClima SP, Capítulo 2, a partir da página 56, publicada em 2021.

6. JUSTIÇA CLIMÁTICA

O processo de urbanização da Cidade de São Paulo ocorreu de maneira desigual ao longo do tempo, produzindo marcantes assimetrias socioespaciais que influenciam diretamente o grau de exposição da população aos riscos climáticos. Com o avanço das mudanças climáticas e a intensificação dos eventos extremos, essas vulnerabilidades estruturais tornam-se mais evidentes.

As análises de riscos climáticos indicam que tais eventos serão, a cada década, mais intensos e frequentes, e seus impactos não ocorrem de forma homogênea. As séries históricas e projeções climáticas demonstram que os efeitos das mudanças climáticas atingem de maneira diferenciada a população, incidindo com maior intensidade sobre grupos vulneráveis. A vulnerabilidade climática não se restringe às condições socioeconômicas, como renda, moradia e acesso a serviços públicos, mas também abrange características demográficas e de saúde. Nesse sentido, destacam-se populações idosas, crianças, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e moradores de áreas de risco, que apresentam maior sensibilidade a ondas de calor, à piora da qualidade do ar, a eventos extremos e a impactos sobre a saúde, a segurança hídrica e alimentar.

Áreas com maior vulnerabilidade social, identificadas por indicadores como o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), concentram assentamentos precários, menor acesso a saneamento e manejo adequado de resíduos sólidos, baixa cobertura vegetal e elevados níveis de impermeabilização do solo. Essas condições estruturais ampliam a exposição a enchentes, ilhas de calor e outros riscos climáticos, além de limitar a capacidade de resposta da população aos eventos extremos. No campo da saúde, os efeitos das mudanças climáticas se expressam no agravamento de doenças respiratórias, cardiovasculares e infecciosas, bem como no aumento do estresse térmico e de impactos diretos sobre a morbidade e a mortalidade, recaindo de forma desproporcional sobre os grupos mais vulneráveis.

Diante desse cenário, o fortalecimento da resiliência urbana e a redução das vulnerabilidades são objetivos centrais no PlanClima SP. A justiça climática orienta a priorização territorial e social das ações de adaptação e mitigação, direcionando esforços para áreas e populações mais expostas aos riscos identificados, por meio de ações capazes de reduzir riscos climáticos e, simultaneamente, promover melhoria da qualidade ambiental, do bem-estar e do acesso a serviços urbanos.

Nesta revisão, o debate sobre justiça climática é ampliado e aprofundado, incorporando de forma mais explícita a diversidade de vulnerabilidades existentes no município e o papel das políticas públicas na sua redução. O processo de revisão envolveu a inclusão de Secretarias municipais e participação de instituições da sociedade civil ligadas ao tema, fortalecendo uma abordagem intersetorial e participativa. A ampliação do diálogo institucional e social se reflete em novos objetivos estratégicos, metas e ações voltados para esta frente, mas, sobretudo, na inclusão da justiça climática de forma transversal em todo o Plano.

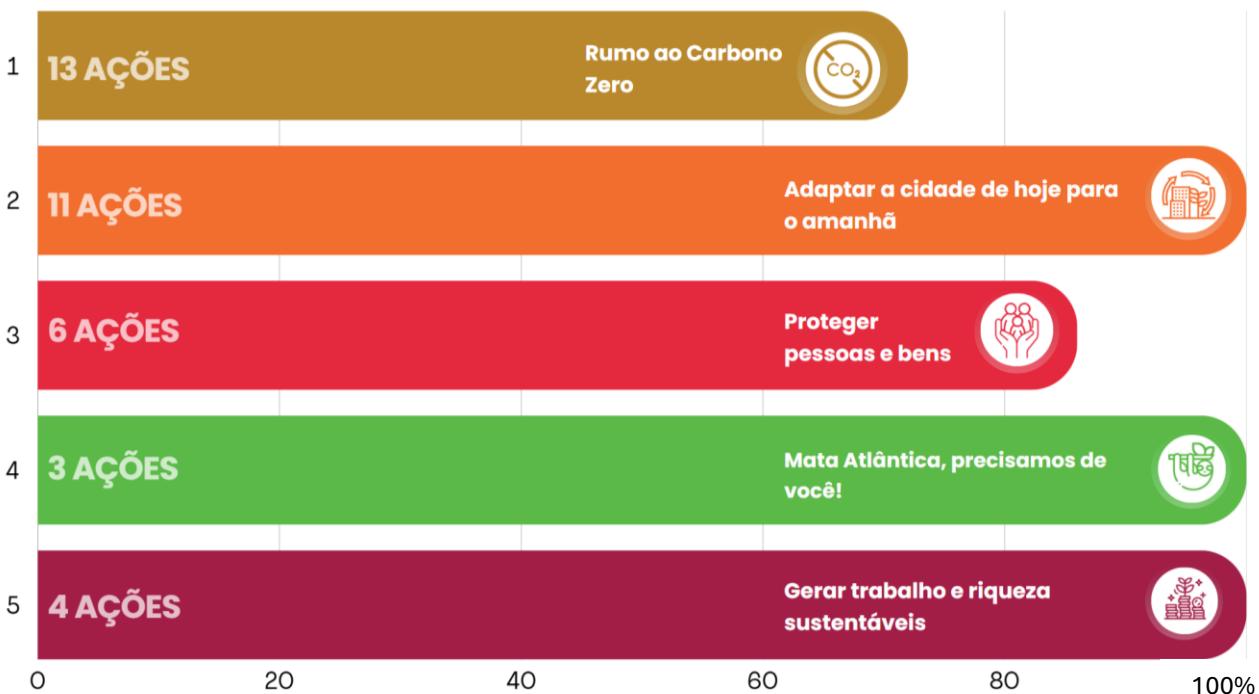
Um tema incluído nesta revisão que reflete a preocupação com a justiça climática é a proteção da primeira infância. As metas 85 e 86 contemplam especificamente a proteção desse grupo, que tem sua saúde muito mais vulnerável às ondas de calor e à baixa qualidade do ar que os adultos.

7. BALANÇO 2021-2024

7.1 Geral

O 4º Relatório de Acompanhamento das Ações do PlanClima SP, publicado em 2025 com dados referentes a 2024, aponta que 86% das ações previstas no plano estão em andamento. Do total de indicadores monitorados, 57% apresentaram avanço, evidenciando progresso superior ao registrado no ano anterior. O relatório também demonstra um aumento significativo na disponibilidade de dados. Enquanto o 3º Relatório contabilizava 95 indicadores disponíveis, o 4º passou a contar com 110. Esse crescimento ocorre de forma contínua e acelerada desde o 1º Relatório, conforme ilustrado na Figura 15.

Figura 14: Percentual de ações em andamento por estratégia do PlanClima SP



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do 4º Relatório de acompanhamento do PlanClima SP.

Figura 15: Avanço dos indicadores do PlanClima SP



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do 4º Relatório de acompanhamento do PlanClima SP.

7.2 Balanço do 4º relatório de acompanhamento por estratégia

A Tabela 12 apresenta os indicadores com avanço - aqueles que apresentaram melhoria com relação ao ano anterior – do 4º Relatório de Acompanhamento do PlanClima SP, publicado em 2025 com referência a 2024. Em todas as estratégias, há, no mínimo, 50% de indicadores com avanço, indicando o progresso na implementação das ações do plano.

Tabela 12: Percentual de indicadores com avanço para estratégias do PlanClima SP

Rumo ao Carbono zero	55%
Adaptar a cidade de hoje para o amanhã	55%
Proteger pessoas e bens	75%
Mata Atlântica, precisamos de você!	50%
Gerar trabalho e riquezas sustentáveis	53%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do 4º Relatório de acompanhamento do PlanClima SP.

Estratégia Rumo ao Carbono Zero

Zerar as emissões de carbono oriundas de combustíveis fósseis, de forma a adotar medidas sustentáveis para os meios de transporte na cidade de São Paulo, e reduzir a geração e adequar os tratamentos de resíduos.

- 18 ações
- 72% das ações em andamento⁷

⁷ Entende-se como ação em andamento aquelas já iniciadas ou que apresentam avanços ao longo dos 4 anos de monitoramento.

- 44 indicadores disponíveis
- 55% dos indicadores com avanço⁸

Estratégia Adaptar a Cidade de Hoje para o Amanhã

Construir uma cidade resiliente, por meio da redução da vulnerabilidade social e de sua infraestrutura, de modo que as funções vitais possam ser mantidas após os impactos de eventos extremos.

- 11 ações
- 100% das ações em andamento
- 29 indicadores disponíveis
- 55% dos indicadores com avanço

Estratégia Proteger Pessoas e Bens

Reducir as vulnerabilidades sociais e econômicas da cidade de São Paulo, contribuindo para o enfrentamento da pobreza e do déficit habitacional e ampliar a preparação da cidade em resposta aos eventos climáticos extremos.

- 7 ações
- 86% das ações em andamento
- 16 indicadores disponíveis
- 75% dos indicadores com avanço

Estratégia Mata Atlântica, Precisamos de Você!

São o Paulo deverá apoiar políticas públicas transversais visando a promover o aumento, a conservação e a preservação de áreas verdes, de modo a manter os serviços ecossistêmicos e favorecer a adaptação a eventos extremos, especialmente para a população mais vulnerável às ameaças da mudança do clima.

- 3 ações
- 100% das ações em andamento
- 6 indicadores disponíveis
- 55% dos indicadores com avanço

Estratégia Gerar Trabalho e Riquezas Sustentáveis

⁸ Entende-se como indicadores com avanço aqueles que apresentam dados com valores superiores ao ano anterior ou, ainda, passaram a apresentar dados que antes não estavam disponíveis.

A cidade deve empreender esforços para buscar a sustentabilidade e reduzir progressivamente externalidades negativas das atividades econômicas, propiciando a melhoria constante das práticas vigentes e implementando novas cadeias de valor.

- 4 ações
- 100% das ações em andamento
- 15 indicadores disponíveis
- 53% dos indicadores com avanço

8. METODOLOGIA E PROCESSOS DE ATUALIZAÇÃO

8.1 Abordagem geral de revisão e nova estrutura

Apesar do processo de revisão ter seu início em janeiro de 2025, como previsto em decreto, o produto da revisão integra as análises técnicas realizadas ao longo dos quatro anos de monitoramento do Plano. A partir da elaboração dos Relatórios de Acompanhamento, publicados anualmente com dados atualizados sobre cada ação, meta e seus indicadores, uma série de análises foram realizadas quanto a implementação e mensuração do Plano, identificando lacunas e novas possibilidades a serem exploradas.

A revisão das metas e ações tem por objetivo aprimorar sua especificidade, aplicabilidade e mensurabilidade, seguindo os critérios da Metodologia SMART (S - específico; M - mensurável; A - atingível; R - relevante; T – temporal). Dessa forma, a nova estrutura do Plano exige metas com objetos claros, valores a serem atingidos de forma factível, grande relevância e prazos definidos.

Somado a isso, o PlanClima SP assume um novo formato, no qual as metas representarão os objetivos a serem efetivamente atingidos, enquanto as ações estratégicas passam a funcionar como meios para a concretização das metas. A tabela abaixo ilustra a mudança da estrutura do Plano, seguido de um exemplo aplicado.

Tabela 13: Estruturas do PlanClima SP

Estrutura - versão de 2021	Estrutura - versão em revisão 2025
Estratégia	Estratégia
-	Objetivo estratégico
Ação	Metas
Meta	Ações

Fonte: elaboração própria, 2025.

Dessa forma, as 5 Estratégias são os eixos norteadores no Plano, compostas por um conjunto de objetivos estratégicos que, por sua vez, se desdobram em metas e ações. Os Objetivos Estratégicos definem aspirações para orientar o direcionamento das metas. São declarações qualitativas e abrangentes do que se deseja alcançar, sem a necessidade de detalhamento quantitativo ou operacional.

As Metas determinam os marcos a serem atingidos, devendo ser mensuráveis, com valores, períodos e produtos definidos. Por fim, as Ações promovem maior detalhamento sobre o caminho necessário para atingir as Metas. O modelo abaixo, referente à Meta 93 do Plano, exemplifica a aplicabilidade da nova estrutura.

ESTRATÉGIA CUIDAR DOS BIOMAS, FORTALECER A CIDADE

Q. OBJETIVO ESTRATÉGICO: Reforçar os ecossistemas e os serviços ambientais como estratégias de adaptação, mitigação e de proteção da biodiversidade no território.

META 93: Até 2032, publicar o Mapeamento de Nascentes do Município de São Paulo.

AÇÕES
93.1 Até 2026, levantar as iniciativas existentes de mapeamento de nascentes no Município.
93.2 Até 2028, desenvolver ferramenta digital para mapeamento participativo de nascentes.
93.3 Até 2032, consolidar as diferentes informações disponíveis em uma base de dados unificada sobre as nascentes no Município.
93.4 Estabelecer diretrizes e critérios para a continuidade do mapeamento.
93.5 Implementar processo participativo, que pode ser intitulado como "guardiões das nascentes", para capacitar e realizar oficinas em escolas públicas, associações comunitárias e coletivos ambientais alimentarem a plataforma.
93.6 Criar um sistema de gamificação ou certificação para engajar voluntários e escolas que participarem ativamente

8.2 Construção da revisão

A revisão do PlanClima SP foi construída a partir de três frentes complementares: (i) avaliação técnica preliminar conduzida pela equipe da SECLIMA; (ii) interlocução com as secretarias responsáveis pela implementação das ações e pelo reporte de dados associados a cada meta; e (iii) contribuições oriundas do processo participativo.

8.2.1 Interlocução com as Secretarias Municipais

A Portaria nº 70/2025 instituiu o Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) para a revisão do PlanClima SP. O GTI foi constituído a partir da indicação de servidores das Secretarias responsáveis pela execução de ações previstas no Plano, bem como daquelas que passaram a integrar o processo

em função de alterações na governança desde 2021 ou da incorporação de novas metas e ações na versão revisada.

Foram realizadas reuniões individuais com cada uma das Secretarias envolvidas no PlanClima SP, reunindo a equipe técnica da SECLIMA e as equipes técnicas das demais pastas que compõem o Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI). Esses encontros tiveram como objetivo apresentar a proposta de revisão do Plano, bem como incorporar novas demandas, contribuições e níveis de ambição setoriais relacionados à agenda de mudanças climáticas.

Em um segundo momento, foi conduzido um novo ciclo de reuniões voltado ao alinhamento de metas e ações intersecretariais, com o objetivo de fortalecer, integrar e aprimorar a governança do PlanClima SP.

8.2.2 Processo participativo

O processo participativo do PlanClima SP foi estruturado a partir da constituição do Grupo de Trabalho Participativo (GTP), da realização de Consulta Pública e uma Audiência Pública.

O GTP foi instituído pela Portaria nº 79/2025 e composto por 42 instituições, reunindo representantes do setor privado, do terceiro setor, de associações da sociedade civil, da academia e do poder público. A participação do grupo teve início com a interlocução junto à academia, que recebeu a versão preliminar da Minuta de Revisão, com abertura para o envio de sugestões e considerações técnicas, conforme as áreas de atuação de cada instituição. As contribuições recebidas foram analisadas pela SECLIMA e, quando pertinentes, incorporadas à primeira versão consolidada da Minuta. Esse procedimento teve como objetivo valorizar e integrar o conhecimento técnico-científico das instituições acadêmicas ao processo de revisão do PlanClima SP.

Na etapa seguinte, as 42 instituições integrantes do GTP foram convidadas a participar de encontros virtuais e presenciais, nos quais foi apresentada a contextualização do processo de revisão e aplicada uma dinâmica propositiva voltada à coleta das percepções e contribuições dos participantes. Durante essas atividades, os membros puderam sugerir alterações de redação, bem como a inclusão ou exclusão de objetivos estratégicos, metas e ações, além de apresentar considerações relacionadas ao horizonte temporal das medidas (curto, médio e longo prazo).

As propostas formuladas durante os encontros, assim como eventuais contribuições adicionais, foram posteriormente submetidas por meio de formulário eletrônico disponibilizado aos representantes das instituições, permitindo o registro sistematizado e a análise técnica das contribuições.

Por fim, a Minuta de Revisão foi submetida à Consulta Pública por meio da Plataforma Participe+, ampliando o processo participativo para a sociedade civil em geral. Durante o período de vigência da Consulta Pública, foi realizada, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, uma Audiência

Pública, constituindo um espaço aberto de escuta das percepções, demandas e necessidades da sociedade em relação ao PlanClima SP.

8.3 Contribuições recebidas e como foram incorporadas

Foram 212 contribuições e 25 novas propostas recebidas a partir da Consulta Pública, além de 326 contribuições recebidas pelo formulário disponibilizado ao Grupo de Trabalho Participativo (GTP). As propostas foram analisadas individualmente pela equipe técnica da SECLIMA, à luz de critérios de viabilidade técnica, coerência estratégica e alinhamento aos objetivos do PlanClima SP.

Essas contribuições, somadas às considerações do Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI), coletadas durante todo o processo de revisão, foram sistematizadas e encaminhadas às Secretarias competentes para avaliação e, quando pertinente, validação das metas e ações propostas.

Após a devolutiva final das Secretarias, foi consolidada a versão final das metas e ações do Plano, incorporando elementos fundamentais para sua implementação e acompanhamento, tais como a descrição detalhada de cada meta e a definição dos indicadores necessários para o monitoramento do PlanClima SP.

9. PLANO DE AÇÃO- NOSSO CAMINHO ATÉ 2050

O PlanClima SP, publicado em 2021, constituiu a principal referência para o redesenho da estrutura do plano, a atualização de metas e ações existentes e a formulação de novas iniciativas, a partir da identificação de lacunas observadas nos diagnósticos de emissões de GEE e de riscos climáticos ainda não traduzidos em metas e ações específicas.

Este capítulo apresenta as cinco estratégias do plano, alinhadas à versão anterior, bem como seus respectivos objetivos, metas e ações, definidos para viabilizar o alcance das metas gerais do PlanClima SP, com foco na neutralidade de emissões e no fortalecimento da adaptação da cidade às mudanças climáticas. Apenas a estratégia “Mata Atlântica, precisamos de você!” teve seu nome alterado, mantendo o contexto original, mas reconhecendo a existência de remanescentes de outros biomas, como o Cerrado.

As definições aqui apresentadas baseiam-se nos resultados dos Inventários de Emissões de GEE da cidade nos riscos climáticos apresentados no capítulo 4, em maiores detalhes na primeira versão do plano e no histórico dos Relatórios de Acompanhamento das ações, publicados no período de 2022 a 2025.

Cada meta foi analisada quanto à sua viabilidade técnica e política, incluindo a avaliação da competência legal do Município para sua implementação, resultando em uma pontuação que orienta sua priorização e operacionalização.

ESTRATÉGIAS

- **Rumo ao Carbono zero em 2050:** orienta as metas e ações integradas de mitigação para reduzir emissões até 2050, promovendo mobilidade sustentável, eficiência energética, energias renováveis, gestão de resíduos e inclusão social, com benefícios econômicos, ambientais e territoriais.
- **Adaptar a cidade de hoje para o amanhã:** tem como foco fortalecer a capacidade de adaptação da cidade aos riscos climáticos, reduzindo vulnerabilidades sociais e da infraestrutura urbana, de modo a assegurar a continuidade das funções essenciais após eventos extremos.
- **Proteger pessoas e bens:** orienta a preparação e a resposta da cidade a eventos climáticos extremos, por meio de ações preventivas, sistemas de alerta, protocolos de atuação e capacitação de servidores, equipes municipais e da população, com atenção especial aos grupos mais vulneráveis.
- **Cuidar dos biomas, fortalecer a cidade⁹:** prioriza a conservação, recuperação e ampliação das áreas verdes como estratégia transversal de enfrentamento das mudanças climáticas, promovendo permeabilidade do solo, conforto térmico e sequestro de carbono, com foco na Mata Atlântica e nos remanescentes de outros biomas, como o Cerrado.
- **Gerar trabalho e riqueza sustentáveis:** busca fortalecer o desenvolvimento econômico da cidade por meio da geração de trabalho e renda de forma equitativa, resiliente aos impactos climáticos e baseada na promoção de atividades e empregos de baixo impacto ambiental e de benefícios socioambientais.

PRAZO

Até o final de sua implementação o plano irá passar, além da gestão atual (2025-2028), por mais 5 gestões e meia, dessa forma os prazos das metas e ações são classificados como:

Tabela 14: Classificação dos prazos do PlanClima SP

Prazo	Período	Relação com a gestão municipal
Curto	até 2028	• Gestão 1 (atual): 2025-2028
Médio	2029 - 2036	• Gestão 2: 2029-2032 • Gestão 3: 2033-2036
Longo	2037 -2050	• Gestão 3: 2037-2040 • Gestão 4: 2041-2044 • Gestão 5: 2045-2048

⁹ Estratégia “**Mata Atlântica, Precisamos de Você!**” passará a ser chamada de “**Cuidar dos Biomas, Fortalecer a Cidade**”, visando ampliar a compreensão de seus objetivos e metas e valorizar a existência de outros biomas paulistanos.

- Gestão 6: 2049-2052 (½ gestão)

Fonte: elaboração própria, 2025.

METAS GERAIS

Além das metas específicas das secretarias municipais apresentadas em cada estratégia, este capítulo destaca, em quadro síntese, as metas gerais que orientam a gestão climática da cidade, considerando seus diferentes setores e riscos.

Essas metas foram definidas majoritariamente a partir da elaboração do Cenário Ambicioso de redução de emissões de GEE, desenvolvido por meio da ferramenta *Pathways* no PlanClima SP publicado em 2021. Também incorporam metas estratégicas assumidas por secretarias municipais, que orientam o plano como um todo e são consideradas prioritárias para o monitoramento, em função da relevância de seus indicadores de resultado.

A construção do Cenário Ambicioso representou o primeiro passo para a definição da meta intermediária de mitigação e para a identificação de ações capazes de conduzir a cidade a uma economia de baixo carbono, alinhada à visão de neutralidade do PlanClima SP. Esse cenário também explicita as principais barreiras que limitam a adoção de premissas mais rigorosas de redução de emissões, previstas no Cenário Estendido.

Na apresentação das estratégias, essas metas gerais são desdobradas em metas específicas para seu alcance ou, quando se trata de responsabilidades diretas da administração pública municipal, em ações.

Tabela 15: Metas gerais de mitigação

MITIGAÇÃO	
SETOR	METAS GERAIS
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Meta incondicional: Até 2030, o Município de São Paulo deverá reduzir em 20% suas emissões de gases de efeito estufa em relação ao ano base de 2017. • Meta condicionada: Até 2030, o Município de São Paulo reduzirá em 50% suas emissões de gases de efeito estufa em relação ao ano base de 2017, caso ações que impliquem descarbonização e que não estão no controle do Município de São Paulo sejam realizadas. • Meta condicionada: Até 2050, o Município de São Paulo reduzirá a zero suas emissões líquidas de gases de efeito estufa, caso ações que impliquem descarbonização e que não estão no controle do Município de São Paulo sejam realizadas.

TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2030, 70% das viagens no município serão feitas em transporte coletivo ou em modos ativos. Em 2040, serão 72% das viagens e, em 2050, 78%. • Até 2030, aumentar participação na matriz modal das viagens realizadas em bicicletas de 0,8% (2017) para 4% (2030), 6% (2040) e 8% (2050). • Até 2038, 100% da frota de ônibus municipal utilizando tecnologia zero emissões. • Até 2030, redução de 25% das viagens realizadas em automóvel individual.
ENERGIA/EDIFÍCIOS	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2050, atingir 13% das edificações residenciais equipadas com sistema de geração distribuída fotovoltaica. • Até 2050, atingir 24% das edificações de uso comercial equipadas com sistema de geração distribuída fotovoltaica. • Até 2050, alcançar 41% das edificações residenciais e 12% das comerciais com aquecimento de água solar.
RESÍDUOS¹⁰	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2050, universalizar a coleta seletiva e garantir que o tratamento de resíduos seja neutro em emissões GEE. • Até 2050, universalizar o tratamento de esgoto e garantir que o tratamento seja neutro em emissões GEE.

Tabela 16: Metas gerais de adaptação

ADAPTAÇÃO	
RISCO	METAS GERAIS
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar no mínimo 1 Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa

¹⁰ O PlanClima SP contempla ações e metas voltadas aos principais setores responsáveis pelas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e importantes para a adaptação climática, incluindo o setor de resíduos sólidos. No entanto, em paralelo à revisão do PlanClima SP, está ocorrendo a revisão do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), que terá sua revisão publicada ainda em 2026. O PGIRS é um plano setorial, alinhado à Política Nacional de Resíduos Sólidos e responsável por estabelecer as metas deste setor dentro do Município de São Paulo. Portanto, buscando manter a coerência das metas de resíduos na cidade, boa parte das metas e ações propostas, incluindo as contribuições realizadas pela sociedade civil durante os processos participativos, foram encaminhados à SVMA, responsável pela revisão do PGIRS, para que o material considerado pertinente seja considerado na nova versão do PGIRS.

	Civil (NUPDEC) por área de risco mapeada na cidade de São Paulo.
INUNDAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2050, proteger a população das inundações, zerando as áreas classificadas como de vulnerabilidade “muito alta” e “alta”.
ONDAS DE CALOR	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2050, proteger a população das ondas de calor, zerando as áreas classificadas como de vulnerabilidade “muito alta” e “alta”.
SECAS	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2032, publicar Plano de Contingência para Secas Meteorológicas, incluindo medidas para assegurar abastecimento em períodos de secas.

Tabela 17: Metas gerais transversais

TRANSVERSAIS	
SETOR	METAS GERAIS
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2050, assegurar o cumprimento de 100% dos padrões anuais de qualidade do ar estabelecidos pela OMS, eliminando a ocorrência de dias classificados como “ruim” ou “muito ruim” para material particulado (MP2,5 e MP10) no município de São Paulo.
EMPREGOS VERDES	<ul style="list-style-type: none"> • Atingir 97% dos locais de agricultura identificados no município com cultivo de base agroecológica e práticas sustentáveis até 2036.

9.1 Rumo Ao Carbono Zero

A. Objetivo estratégico: Promover a transformação sustentável das edificações do município por meio da eficiência energética, uso de fontes renováveis e adoção de materiais sustentáveis.

META 1							
Elaborar segundo estudo de consumo energético das edificações públicas no Município.							
DESCRÍÇÃO							
A meta busca aprimorar a base de dados existente e subsidiar o planejamento de ações de eficiência energética. O estudo deve abordar as lacunas do anterior e identificar metas de redução de consumo por área da administração pública, contemplando Unidades de Saúde, Edificações de Ensino e órgãos da administração direta e indireta.							
INDICADOR							
Estudo elaborado							
PRAZO							
2030							
SECRETARIA RESPONSÁVEL		SECRETARIA DE APOIO					
SIURB		N/A					
SETOR DE MITIGAÇÃO		RISCO CLIMÁTICO					
Energia/Edifícios		N/A					
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL							
ODS 7 – Energia Acessível e Limpa 11 – Cidades e comunidades sustentáveis 13 – Ação Contra a Mudança do Clima							
AÇÕES							
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO			
1.1 Publicar mapeamento de intensidade de uso de energia dos diferentes tipos de edificações, por tipologia (kWh/m ²).	Mapeamento da intensidade do uso de energia publicado	2028	SIURB	N/A			

META 2							
Inserir critérios de eficiência energética nas edificações no Código de Obras e Edificações, de acordo com os programas nacionais de conservação de energia.							
DESCRIÇÃO							
Promover a incorporação de parâmetros técnicos que orientem projetos, construções e reformas para padrões mais sustentáveis de uso de energia, em consonância com diretrizes federais de conservação energética. A iniciativa busca reduzir a demanda energética no setor de edificações, incentivar soluções construtivas mais eficientes e contribuir para a diminuição das emissões associadas ao consumo de energia no ambiente urbano.							
INDICADOR							
Critérios de eficiência energética incluídos no Código de obras.							
PRAZO							
2032							
SECRETARIA RESPONSÁVEL		SECRETARIA DE APOIO					
SMUL		SIURB					
SETOR DE MITIGAÇÃO		RISCO CLIMÁTICO					
Energia/Edifícios		N/A					
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL							
ODS 7 – Energia Acessível e Limpa 11 – Cidades e comunidades sustentáveis 13 – Ação Contra a Mudança do Clima							
AÇÕES							
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO			
2.1 Elaborar documento de critérios de eficiência energética nas edificações, com base nos estudos de consumo publicados pela Prefeitura.	Documento de critérios elaborado	2032	SMUL	SIURB			
2.2 Criar Grupo de Trabalho para definição dos critérios de eficiência energética nas edificações, com base nos estudos de consumo publicados pela prefeitura.	Portaria do Grupo de Trabalho publicada	2028	SECLIMA	n/a			
2.3 Publicar Estudo de Consumo Energético dos Edifícios Públicos Municipais	Estudo publicado	2027	SECLIMA	SVMA			

META 3

Alcançar 100% das edificações públicas municipais equipadas exclusivamente com sistemas de climatização e refrigeração que utilizem gases refrigerantes de baixo Potencial de Aquecimento Global (GWP).

DESCRÍÇÃO

Eliminar progressivamente o uso de gases refrigerantes com alto Potencial de Aquecimento Global (GWP) em edificações que abriguem repartições ou equipamentos públicos municipais, alcançando 100% de substituição por alternativas de baixo GWP (menos de 300¹¹) até 2035, com cronograma antecipado em relação aos prazos da Emenda de Kigali.

INDICADOR

Percentual (%) de edificações públicas municipais com aparelhos dos sistemas de climatização e refrigeração que utilizem gases refrigerantes com valor de GWP menor que 300.

PRAZO

2036

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SECLIMA	TODAS
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Energia/Edifícios	Ondas de Calor

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 7 – Energia acessível e limpa
- 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 – consumo e produção responsáveis
- 13 – Combate às alterações climáticas

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
3.1 Realizar inventário da utilização de gases refrigerantes em aparelhos dos sistemas de climatização e refrigeração de repartições e edifícios públicos municipais.	Inventário realizado	2028	SECLIMA	TODAS
3.2 Estabelecer cronograma de substituição de equipamentos de climatização e refrigeração que utilizem gases de alto GWP, priorizando grandes edificações públicas municipais.	Cronograma publicado	2029	SECLIMA	TODAS
3.3 Definir e publicar normativa com critérios obrigatórios em licitações públicas para aquisição de equipamentos de climatização e	Normativa publicada	2030	SECLIMA	TODAS

¹¹ Montreal Protocol on Substances that Deplete The Ozone Layer - Teap 2010 Progress Report Volume 1: Assessment of HCFs and Environmentally Sound Alternatives

para serviços de manutenção predial, incluindo a exigência de gases refrigerantes de baixo GWP e rotinas de manutenção preventiva para evitar vazamentos.				
3.4 Estabelecer um sistema de recuperação e logística reversa de gases refrigerantes e equipamentos substituídos, assegurando o processamento ambientalmente adequado tanto dos refrigerantes quanto dos demais componentes dos sistemas.	Sistema de recuperação e logística estabelecido	2036	SECLIMA	TODAS

META 4							
Regulamentar o Ambiente de Contratação Livre para compra de energia renovável para consumo em equipamentos públicos.							
Descrição							
A meta busca a regulamentação do Ambiente de Contratação Livre, com o objetivo de ampliar a capacidade de contratação de energia elétrica dos edifícios da Prefeitura, através do Mercado Livre de Energia, de forma a expandir seus fornecedores para além da distribuidora local (Concessionária).							
Indicador							
Ambiente de Contratação Livre regulamentado							
Prazo							
2028							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SEDP		SEGES					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Energia/Edifícios		Secas Meteorológicas					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
7 – Energia acessível e limpa 11 – Cidades e comunidades sustentáveis 12 – consumo e produção responsáveis 13 – Combate às alterações climáticas							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Sec. Responsável	Sec. de Apoio			
4.1 Constituição de Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) para articulação da pauta, levantamento do ambiente regulatório atual e preparação da minuta da regulamentação.	Portaria do GTI publicada	2026	SEDP	SEGES			
4.2 Abrir Consulta Pública, de forma a receber contribuições da sociedade civil sobre possíveis ajustes no texto da minuta	Sugestões incorporadas em relação ao texto original	2027	SEDP	SEGES			
4.3 Estudo de impacto orçamentário e de priorização de equipamentos públicos para aquisição da energia no Mercado Livre.	Estudo elaborado	2027	SEDP	SEGES			

META 5							
Ampliar em 10% a geração de energia fotovoltaica pelo poder público no município.							
DESCRÍÇÃO							
Elevar a participação de fontes de energia solar na matriz energética das instalações públicas municipais, por meio da expansão de sistemas fotovoltaicos em edifícios, equipamentos e áreas sob gestão do poder público, fortalecendo a autonomia energética, reduzindo custos operacionais e contribuindo para a diminuição das emissões associadas ao consumo de eletricidade.							
INDICADOR							
Percentual de ampliação da geração de energia fotovoltaica pelo poder público							
PRAZO							
2040							
SECRETARIA RESPONSÁVEL		SECRETARIA DE APOIO					
SIURB		N/A					
SETOR DE MITIGAÇÃO		RISCO CLIMÁTICO					
Energia/Edifícios		N/A					
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL							
7 – Energia acessível e limpa 11 – Cidades e comunidades sustentáveis 12 – consumo e produção responsáveis 13 – Combate às alterações climáticas							
AÇÕES							
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO			
5.1 Realizar estudo sobre a potência total instalada no Município de São Paulo em energia fotovoltaica (kW)	Estudo publicado	2028	SIURB	N/A			
5.2 Realizar projeto-piloto de instalação de sistemas de energia solar em Prédios Públicos Municipais.	Projeto-piloto realizado	2032	SIURB	N/A			
5.3 Monitorar e mensurar os impactos de economia e eficiência energética gerados pelos projetos pilotos.	Geração específica de energia fotovoltaica (kWh/m ²)	2030	SIURB	N/A			

META 6

Elaborar mecanismo de incentivo de adoção de medidas de eficiência energética nos edifícios públicos municipais.

Descrição

Elaborar e implementar mecanismos de incentivo à adoção de medidas de eficiência energética nos edifícios públicos municipais, com vistas à redução do consumo de energia elétrica, à otimização do desempenho energético das edificações e à diminuição das emissões de gases de efeito estufa associadas às atividades da administração pública, por meio da promoção de boas práticas, da modernização de sistemas e da incorporação de critérios técnicos de eficiência energética na gestão e operação dos imóveis públicos.

Indicador

Mecanismo de incentivo elaborado

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SIURB

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

Energia/Edifícios

RISCO CLIMÁTICO

N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 7 – Energia Acessível e Limpa

11 – Cidades e comunidades sustentáveis

Ações

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SEC. RESPONSÁVEL

SEC. DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 7

<p>Estruturar e consolidar a organização institucional fomentando práticas sustentáveis no âmbito das ações da política habitacional municipal e de urbanização de favelas.</p>								
DESCRIÇÃO								
<p>A meta visa implantar diretrizes, rotinas e instrumentos internos que permitam à SEHAB, COHAB e SEPM incorporar, de forma progressiva, critérios de sustentabilidade, adaptação climática e soluções sustentáveis nos projetos, execução de obras e no trabalho social desenvolvido para construção de comunidades resilientes, capazes de compreender e enfrentar os efeitos das mudanças climáticas no território, sejam estas através da provisão habitacional e/ou urbanização de favelas.</p>								
INDICADOR								
<p>Percentual de instrumentos da política habitacional e de urbanização de favelas que incorporam critérios de sustentabilidade (%)</p>								
PRAZO								
2050								
SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO							
SEHAB e SEPM	N/A							
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO							
Energia/Edifícios	Ondas de Calor Inundação Secas meteorológicas							
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL								
<p>11 – Cidades e comunidades sustentáveis 10 – Redução das Desigualdades 13 – Combate às alterações climáticas 16 – Paz, justiça e instituições fortes</p>								
AÇÕES								
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO				
7.1 Implantar Grupo Técnico multidisciplinar para propor, revisar e acompanhar diretrizes ambientais e climáticas aplicadas, em concordância ao disposto no Decreto Federal nº 12.705/2025.	Grupo de Trabalho criado	2026	SEHAB e SEPM	n/a				
7.2 Publicar, por meio do Grupo de Trabalho, ato normativo com diretrizes ambientais e climáticas aplicadas para projetos relacionados a política de habitação municipal.	Publicação de ato normativo	2026	SEHAB e SEPM	n/a				
7.3 Realizar capacitações	Número de equipes	2028	SEHAB e SEPM	SVMA e				

com ao menos 50% das equipes de SEHAB, COHAB e SEPM em temas relacionados à Infraestrutura Verde, Educação Ambiental, Soluções Baseadas na Natureza e Adaptação Climática.	capacitadas (un)			SECLIMA
7.4 Incluir critérios técnicos, cláusulas contratuais e incentivos que promovam práticas ambientais e sustentáveis em, no mínimo, 50% dos contratos de projetos, obras, serviços técnicos e aquisição de imóveis habitacionais.	Porcentagem de contratos com cláusulas sustentáveis (%)	2028	SEHAB e SEPM	n/a
7.5 Elaborar orientação metodológica para atividades socioambientais nas fases de obra e pós-obra, a ser aplicada em, no mínimo, 50% das obras de urbanização e provisão.	Porcentagem de obras com orientação metodológica aplicada (%)	2028	SEHAB e SEPM	n/a
7.6 Formalização de ato normativo que estabeleça cooperação técnica para validação e monitoramento de critérios de sustentabilidade nos projetos e obras de provisão habitacional, urbanização de favelas e demais demandas socioambientais da Política Habitacional do Município de São Paulo.	Publicação dos atos normativos	2032	SEHAB e SEPM	SVMA, SIURB, SMUL, SECLIMA, SMSUB
7.7 Buscar, por meio de programas e instituições nacionais e internacionais, a captação de recursos e incentivos financeiros para projetos sustentáveis em editais de fomento.	Captação de recursos adquirida	2035	SEHAB e SEPM	SGM, SF e SEPLAN
7.8 Submeter ao menos 10% dos projetos e obras com foco em sustentabilidade e adaptação climática.	Porcentagem de projetos e obras voltadas para adaptação climática (%)	2035	SEHAB e SEPM	SGM, SF e SEPLAN

META 8							
Desenvolver instrumento de certificação de empresas que adotem a substituição de combustíveis fósseis como fonte de energia dos equipamentos utilizados nas obras.							
Descrição							
Estruturar um mecanismo de certificação voltado a reconhecer e incentivar empresas do setor de obras e infraestrutura que utilizem fontes energéticas de menor impacto ambiental em seus equipamentos, promovendo a transição para alternativas mais limpas, a modernização tecnológica do setor e a redução das emissões associadas às atividades de construção.							
Indicador							
Instrumento de certificado elaborado							
Prazo							
2030							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SMUL		SIURB					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Energia/Edifícios		N/A					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
7 – Energia Acessível e Limpa 9 – Indústria, inovação e infraestrutura 12 – Consumo e Produção Responsáveis 11 – Cidades e comunidades sustentáveis 13 – Ação contra a mudança do clima							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Sec. Responsável	Sec. de Apoio			
8.1 Criar comissão com as entidades representativas dos incorporadores, construtores, fornecedores de equipamentos e demais envolvidos para definição dos incentivos.	Comissão criada	2028	SMUL	N/A			

META 9

Estabelecer critérios de sustentabilidade e controle de emissões de GEE para a execução de obras públicas de infraestrutura urbana.

Descrição

Institucionalizar diretrizes técnicas e procedimentos obrigatórios que orientem o planejamento, a contratação e a execução de intervenções de infraestrutura urbana, incorporando práticas de menor impacto ambiental, eficiência no uso de recursos e redução da intensidade de carbono, em consonância com os compromissos climáticos do município.

Indicador

Critérios de sustentabilidade e controle de emissões de GEE estabelecidos

Prazo

2040

Secretaria Responsável

SIURB

Secretaria de Apoio

N/A

Setor de Mitigação

Energia/Edifícios

Risco Climático

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

11 – Cidades e comunidades sustentáveis

12 – Consumo e Produção Responsáveis

13 – Combate às alterações climáticas

Ações**Ação****Indicador****Prazo****Sec. Responsável****Sec. de Apoio**

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 10							
Elaborar instrumento normativo para definir a adoção de critérios de sustentabilidade e eficiência energética nos contratos para a realização de eventos promovidos ou apoiados pela Prefeitura.							
Descrição							
A meta objetiva tornar os eventos promovidos pela Prefeitura de São Paulo mais sustentáveis por meio da criação de instrumento normativo que defina critérios de sustentabilidade a serem seguidos pelas Secretarias, tais quais: redução do uso de geradores a diesel, reciclagem e destinação adequada de resíduos, utilização prioritária de fontes de energia limpa e adoção de sistemas de compensação das emissões de carbono geradas.							
Indicador							
Lei 17.260/2020 alterada							
Prazo							
2028							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SEGES		SECLIMA					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Energia		N/A					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
ODS 7 – Energia Acessível e Limpa 11 – Cidades e comunidades sustentáveis 12 – consumo e produção responsáveis							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Sec. Responsável	Sec. de Apoio			
10.1 Instituir Grupo de Trabalho Intersecretarial, com participação de órgãos que atuam na realização de eventos, para definir os critérios de sustentabilidade e eficiência energética a serem incluídos no instrumento normativo.	Grupo de Trabalho Intersecretarial instituído	2026	SECLIMA	N/A			
10.2 Elaborar minuta de instrumento normativo que defina critérios de sustentabilidade e eficiência energética nos contratos de eventos do Município	Minuta elaborada	2027	SECLIMA SEGES	N/A			

B. Objetivo estratégico: Promover a migração modal dos modos motorizados individuais de transporte para modos coletivos e ativos.

META 11							
Assegurar que 80% das viagens dos ônibus municipais que operam no Subsistema Estrutural cumpram os horários previstos de passagem nos pontos de parada, garantindo a regularidade entre os serviços e a pontualidade entre pontos intermediários.							
DESCRIÇÃO							
A melhoria da pontualidade dos ônibus municipais funciona como incentivo para a migração modal para o transporte coletivo, tornando o transporte mais regular e confiável para os cidadãos. Assim, contribui para a mitigação das emissões no setor de transportes, o de maior emissão da cidade.							
INDICADOR							
Percentual de viagens das linhas do Subsistema Estrutural que cumpriram os horários previstos de passagem nos pontos de parada (%)							
PRAZO							
2032							
SECRETARIA RESPONSÁVEL		SECRETARIA DE APOIO					
SMT		SPTrans					
SETOR DE MITIGAÇÃO		RISCO CLIMÁTICO					
Transportes		N/A					
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL							
9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura							
AÇÕES							
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO			
11.1 Aumentar em 10% a velocidade comercial média dos ônibus que circulam em corredores exclusivos	Velocidade comercial média das linhas nos corredores exclusivos (km/h)	2032	SMT/SPTrans	SMT/CET			
11.2 Implantar o Novo Centro de Operações do Sistema de Transporte da Capital, para monitoramento e controle operacional, aumentando a qualidade do serviço prestado.	COP em operação	2028	SMT/SPTrans	n/a			
11.3 Ampliar os corredores de ônibus em 35 km.	Extensão de corredores implantados	2032	SMT/SPTrans	SIURB/SPObras			

	(km)			
11.4 Implantar o Sistema de Monitoramento e Gestão Operacional (SMGO), permitindo uma gestão mais eficiente da rede de transportes, que oferecerá mais segurança, confiabilidade, rapidez e comodidade aos passageiros.	Sistema de Monitoramento e Gestão Operacional (SMGO) em operação	2028	SMT/SPTrans	n/a

META 12

Oferecer ao cidadão informação em tempo real sobre lotação dos ônibus municipais em 50 % da frota até 2028, alcançando 100% até 2032.

Descrição

A meta de oferecer ao cidadão informação em tempo real sobre a lotação dos ônibus municipais será viabilizada de forma estruturada e integrada por meio do Sistema de Monitoramento e Gestão Operacional (SMGO) e da implantação da plataforma Mobilidade como Serviço (MaaS). O SMGO é responsável por coletar, processar e consolidar, em tempo real, os dados operacionais da frota — como localização dos veículos, cumprimento de viagens e indicadores de ocupação — garantindo a confiabilidade e a atualização contínua das informações sobre a operação dos ônibus.

Essas informações, uma vez tratadas e qualificadas pelo SMGO, são disponibilizadas ao usuário por meio das plataformas de MaaS, que funcionam como a interface de relacionamento com o cidadão. O MaaS permite apresentar de forma clara e acessível o nível de lotação dos veículos, apoiar o planejamento das viagens e possibilitar escolhas mais informadas, como a seleção de horários ou rotas alternativas. Dessa forma, a integração entre SMGO e MaaS fortalece a transparência, melhora a experiência do usuário e contribui para uma utilização mais equilibrada e eficiente do sistema de transporte coletivo.

Indicador

Percentual da frota municipal que oferece informação em tempo real (%)

Prazo

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SMT	SPTrans
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Transportes	N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

Ações

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
12.1 Finalizar a implantação da plataforma MaaS (Mobilidade como Serviço), que informará, em tempo real, a lotação dos ônibus municipais e proverá a previsibilidade das viagens.	Plataforma MaaS em operação	2028	SMT/SPTrans	n/a

12.2 Implantar o Sistema de Monitoramento e Gestão Operacional (SMGO), permitindo uma gestão mais eficiente da rede de transportes, que oferecerá mais segurança, confiabilidade, rapidez e comodidade aos passageiros.	Sistema de Monitoramento e Gestão Operacional (SMGO) em operação	2028	SMT/SPTrans	n/a

META 13

Implementar painel digital informativo sobre todas as linhas de ônibus que passam no ponto, incluindo tempo de espera para chegada dos próximos ônibus, em 100% dos abrigos de ônibus.

Descrição

A meta consiste em ampliar a transparência e a previsibilidade do transporte coletivo para os usuários, por meio da disponibilização de informações em tempo real nos pontos de ônibus. O painel tornará o transporte mais previsível e confiável, incentivando a migração modal.

Indicador

Número de abrigos de ônibus com painéis digitais informativos/total de abrigos de ônibus (un)

Prazo

2032

Secretaria responsável

SMT

Secretaria de Apoio

SPTrans

Setor de Mitigação

Transportes

Risco Climático

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

Ações**Ação****Indicador****Prazo****Sec. Responsável****Sec. de Apoio**

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 14							
Adaptar 100% da infraestrutura da frota municipal de ônibus aos parâmetros de acessibilidade, conectividade digital e conforto térmico.							
Descrição							
A adaptação dos ônibus tende a aumentar a atratividade do transporte público municipal, reduzindo as emissões veiculares. Além disso, com o aumento médio da temperatura e a maior ocorrência de ondas de calor, o conforto térmico é essencial para um transporte público municipal de qualidade.							
Indicador							
Percentual da frota municipal de ônibus que atende os parâmetros de acessibilidade, conectividade digital e conforto térmico (%)							
Prazo							
2032							
Secretaria responsável		Secretaria de Apoio					
SMT		SPTrans					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Transportes		Ondas de calor					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Sec. Responsável	Sec. de Apoio			
14.1 Disponibilizar pontos de conexão USB e Wifi em 100% da frota de ônibus municipais.	Percentual da frota municipal de ônibus com USB e Wifi (%)	2032	SMT/SPTrans	n/a			
14.2 Disponibilizar ar-condicionado em 100% da frota de ônibus municipais.	Percentual da frota municipal de ônibus com ar-condicionado (%)	2032	SMT/SPTrans	n/a			
14.3 Disponibilizar 100% da frota de ônibus municipais com acessibilidade universal.	Percentual da frota municipal de ônibus acessível (%)	2032	SMT/SPTrans	n/a			

META 15

Atingir 750 milhões de passageiros beneficiados pelo Programa Domingão Tarifa Zero até 2028, chegando a 1,3 bilhão em 2032.

DESCRIÇÃO

A tarifa zero consiste em importante política de inclusão social, facilitando o deslocamento de milhares de pessoas. Além disso, contribui para a redução de emissões ao incentivar a migração modal para o transporte público.

INDICADOR

Número de passageiros beneficiados (un)

PRAZO

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMT

SECRETARIA DE APOIO

SPTrans

SETOR DE MITIGAÇÃO

Transportes

RISCO CLIMÁTICO

N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 10 – Redução das Desigualdades
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- 13 – Combate às alterações climáticas

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 16							
Ampliar a extensão da ciclofaixa de lazer no território da cidade.							
DESCRÍÇÃO							
A meta busca ampliar o acesso da população a espaços seguros e adequados para a mobilidade ativa, promovendo benefícios à saúde, à convivência urbana e à redução das emissões associadas ao transporte motorizado.							
INDICADOR							
Extensão de ciclofaixa de lazer implantados na Cidade de São Paulo (km)							
PRAZO							
2032							
SECRETARIA RESPONSÁVEL		SECRETARIA DE APOIO					
SMT/SEMTRA		CET, SEDP					
SETOR DE MITIGAÇÃO		RISCO CLIMÁTICO					
Transportes		N/A					
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL							
3 – Saúde e Bem-Estar 11 – Cidades e comunidades sustentáveis 13 – Ação Contra a Mudança do Clima							
AÇÕES							
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO			
16.1 Realizar estudo para avaliar a viabilidade de concessão da ciclofaixa de lazer.	Estudo publicado	2028	SMT	SEDP			
16.2 Estudar locais de interesse para implantação de novos trechos da ciclofaixa de lazer.	Estudo publicado	2028	SMT				
16.3 Estudar locais de interesse para ampliar o horário da ciclofaixa de lazer.	Estudo publicado	2028	SMT				
16.4 Ampliar o horário de funcionamento da ciclofaixa de lazer.	Quantidade de horas em funcionamento (un)	2032	SMT				

META 17

Publicar legislação de incentivo à instalação de bicicletários em escritórios, indústrias e edifícios comerciais sediados no Município.

DESCRIÇÃO

A iniciativa busca estimular a adoção da bicicleta como meio de transporte cotidiano, ao ampliar a oferta de infraestrutura de apoio segura e adequada nos locais de trabalho e atividade econômica. Ao remover barreiras ao uso da mobilidade ativa, a ação contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor de transportes, a melhoria da qualidade do ar e a promoção de hábitos de deslocamento mais saudáveis e sustentáveis no município.

INDICADOR

Legislação publicada

PRAZO

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMT/SEMTRA

SECRETARIA DE APOIO

CET

SETOR DE MITIGAÇÃO**RISCO CLIMÁTICO**

Transportes

N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 3 – Saúde e Bem-Estar
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- 13 – Ação Contra a Mudança do Clima

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 18

Implantar programa contínuo de manutenção, qualificação e ampliação da rede de ciclovias.

DESCRÍÇÃO

A meta pressupõe a expansão e qualificação da infraestrutura cicloviária, a integração com o transporte coletivo e a adoção de medidas de incentivo e segurança para os usuários. Ao promover a bicicleta como alternativa viável de deslocamento cotidiano, a iniciativa contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor de transportes, a melhoria da qualidade do ar e a promoção da saúde.

INDICADOR

Programa implantado

PRAZO

2050

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMT/SEMTRA

SECRETARIA DE APOIO

CET

SETOR DE MITIGAÇÃO

Transportes

RISCO CLIMÁTICO

N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 3 – Saúde e Bem-Estar
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- 13 – Ação Contra a Mudança do Clima

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
18.1 Implementar Plano de Monitoramento de Viagens em Bicicleta para São Paulo.	Plano implementado	2028	SMT/SEMTRA	CET
18.2 Instalar pelo menos 1000 paraciclos dentro equipamentos públicos municipais.	Quantidade de paraciclos instalados (un)	2032	SMT/SEMTRA	CET
18.3 Regulamentar a Política Municipal de Ciclogística (Lei Municipal 17.322/2020).	Política regulamentada	2028	SMT/SEMTRA	CET

META 19

Realizar ao menos uma parceria ao ano com organizações para promover eventos e atividades voltados ao uso da bicicleta como modal de transporte.

Descrição

A iniciativa busca estimular a mobilidade ativa por meio de iniciativas de sensibilização, educação e engajamento da população, fortalecendo a cultura cicloviária no município.

Indicador

Quantidade de parcerias por ano (un)

Prazo

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMT/SEMTRA

SECRETARIA DE APOIO

CET

SETOR DE MITIGAÇÃO

Transportes

RISCO CLIMÁTICO

N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3 – Saúde e Bem-Estar

11 – Cidades e comunidades sustentáveis

13 – Ação Contra a Mudança do Clima

Ações

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

C. Objetivo estratégico: Incentivar a descarbonização progressiva do transporte de serviços urbanos, transporte individual e de cargas.

META 20

Reducir, até 2038, as emissões em relação aos níveis de 2016, em 100% para CO₂ fóssil, 95% para material particulado (MP) e para óxidos de nitrogênio (NOx) para cada uma das seguintes frotas públicas:

- Ônibus do transporte público coletivo urbano;
- Veículos das concessionárias de coleta de resíduos domiciliares e de saúde;
- Transporte Escolar Municipal Gratuito (TEG);
- Veículos utilizados por prestadores de serviço contratados pela Prefeitura.

DESCRIÇÃO

A meta proposta deriva diretamente das disposições estabelecidas nas Leis Municipais nº 14.933/2009 (Política de Mudanças Climáticas) e nº 16.802/2018, que orientam o processo de transição energética e a redução progressiva das emissões provenientes das frotas públicas no município de São Paulo. A legislação de 2009 estabelece que as reduções de CO₂ de origem fóssil consideradas para fins de cumprimento da política climática referem-se exclusivamente às emissões associadas ao uso final dos insumos energéticos, ou seja, ao consumo efetivo de combustíveis pelas frotas no momento de sua operação.

INDICADOR

Emissão de CO₂ fóssil, MP e NOx (ton)

PRAZO

2038

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SPTTrans, SPRegula, SMT, SEGES	SECLIMA
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Transportes	N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
 13 – Combate às alterações climáticas

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
20.1 Substituir 100% dos veículos da frota de ônibus do transporte público municipal por alternativas que possuam propulsão a combustível não fóssil com considerável impacto na redução de emissões, de forma a atingir a meta proposta.	Percentual da frota substituída - ônibus de transporte público (%)	2038	SMT	SPTTrans
20.2 Substituir 100% dos veículos	Percentual da frota	2038	SMT	SPTTrans

da frota do serviço Atende+ por alternativas que possuam propulsão a combustível não fóssil com considerável impacto na redução de emissões, de forma a atingir a meta proposta.	de veículos do serviço Atende+ com tecnologias de baixas emissões (%)			
20.3 Substituir 100% dos veículos da frota de Transporte Escolar Gratuito (TEG) por alternativas que possuam propulsão a combustível não fóssil com considerável impacto na redução de emissões, de forma a atingir a meta proposta.	Percentual da frota substituída - TEG (%)	2038	SMT	N/A
20.4 Substituir 100% da frota de veículos usados em serviços de transporte contratados pela Prefeitura por alternativas que possuam propulsão a combustível não fóssil com considerável impacto na redução de emissões, de forma a atingir a meta proposta.	Percentual dos veículos de serviços contratados substituídos (%)	2038	SEGES	N/A
20.5 Exigir que, nos novos contratos de transporte firmados pela Administração Pública Direta e Indireta, a frota utilizada seja composta, no mínimo, por 30% de veículos com emissão zero até 2028, 70% até 2032, e 100% até 2038	Percentual inserido nos novos contratos de transporte da Administração Pública Municipal (%)	2028-2038	SEGES	N/A
20.6 Publicar instrução/normativa técnica estabelecendo os parâmetros de emissão para todas as tecnologias de propulsão avaliadas e aprovadas pelo Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frotas por Alternativas Mais Limpas – COMFROTA, com base na Legislação vigente.	Instrução/normativa técnica publicada	2027	SECLIMA	SPTRANS, SPRegula,SME
20.7 Substituir 100% da frota de veículos de coleta domiciliar e de saúde por modelos com zero emissão fóssil Substituir 100% dos veículos da	Percentual da frota substituída - veículos de coleta domiciliar e de saúde (%)	2038	SP Regula	N/A

frota de coleta de resíduos domiciliar e de saúde por alternativas que possuam propulsão a combustível não fóssil com considerável impacto na redução de emissões, de forma a atingir a meta proposta.

META 21

Instituir legalmente Zona Zero Emissão no Município de São Paulo.

DESCRÍÇÃO

Instituir legalmente Zonas Zero Emissão no Município de São Paulo buscando reduzir a emissão de poluentes atmosféricos, melhorar a qualidade do ar e promover a saúde pública. O estabelecimento de Zonas Zero Emissão deve levar em conta mapeamento e identificação de áreas prioritárias com base em critérios de vulnerabilidade, como alto índice de poluentes locais, elevada concentração de crianças de 0 a 6 anos e/ou idosos, e alta incidência de problemas respiratórios nessas faixas etárias vulneráveis, de modo a assegurar maior proteção a populações mais expostas e desproporcionalmente afetadas pela poluição do ar.

INDICADOR

Zona Zero emissão instituída

PRAZO

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SMT	CET, SECLIMA
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Transportes	N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 3 – Saúde e Bem-Estar
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- 13 – Combate às alterações climáticas

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
21.1 Realizar estudo de viabilidade de Zona Zero Emissão no município de São Paulo, incluindo mapeamento de áreas prioritárias com altos índices de poluentes locais e levantamento de práticas restritiva de veículos implementadas internacionalmente.	Estudo de viabilidade realizado	2026	SMT	CET, SECLIMA
21.2 Criar Grupo de Trabalho Intersecretarial para conduzir a implementação da meta.	Documento instituindo o grupo	2026	SECLIMA	SMT
21.3 Implementar projeto-piloto para definição de parâmetros de	Projeto-piloto	2028	SMT	CET, SECLIMA

operação da Zona Zero Emissão.	implementado			
21.4 Elaborar proposta de legislação específica estabelecendo a Zona Zero Emissão e previsões para expansão/replicabilidade em outras áreas.	Legislação elaborada	2030	SMT	CET, SECLIMA

META 22

Atingir o número de 6.000 pontos de recarga em estações públicas de carregamento de veículos elétricos operacionais na Cidade, em parceria com a iniciativa privada.

DESCRÍÇÃO

Pontos de recarga em estações públicas são unidades de carregamento de veículos elétricos instaladas em espaços de acesso público, cuja administração pública concede o uso do local, enquanto a operação é realizada por um parceiro privado (CPO – Charging Point Operator). Cada ponto corresponde a um conector capaz de carregar um veículo de forma independente e é acessível a qualquer usuário, com ou sem cobrança pelo serviço. O termo “público” refere-se exclusivamente ao acesso, não à propriedade ou gestão da infraestrutura, que permanece sob responsabilidade do operador privado autorizado.

INDICADOR

Número total de pontos de recarga para veículos elétricos em estações de acesso público na Cidade (un)

PRAZO

2036

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SMT	SECLIMA, CET, SEDP
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Transportes	N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 7 – Energia Acessível e Limpa
- 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- 13 – Combate às alterações climáticas
- 17 – Parcerias e Meios de Implementação

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
22.1 Instituir regulamentação sobre a operação de carregadores de veículos elétricos em vagas públicas de estacionamento no viário.	Regulamentação instituída	2026	SMT	SECLIMA, CET, SEDP

META 23

Implantar uma rede de miniterminais logísticos (MTL) em parceria com a iniciativa privada.

DESCRÍÇÃO

A iniciativa busca promover a consolidação e a redistribuição de mercadorias em pontos estratégicos da cidade, favorecendo o uso de veículos de menor porte e de baixa ou zero emissão no trecho final das entregas. Ao otimizar o fluxo logístico e reduzir a circulação de veículos pesados em áreas urbanas, a ação contribui para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, a melhoria da qualidade do ar e a qualificação do espaço urbano, em alinhamento com uma mobilidade mais sustentável e eficiente.

INDICADOR

Rede de miniterminais logísticos implantada

PRAZO

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMT

SECRETARIA DE APOIO

CET, SEDP

SETOR DE MITIGAÇÃO

RISCO CLIMÁTICO

Transportes

N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
11 – Cidades e comunidades sustentáveis

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
23.1 Entregar ao menos um estudo de viabilidade para implantação de rede de Miniterminais Logísticos no Município de São Paulo.	Estudo publicado	2030	SMT	CET

META 24							
Incluir a frota de transporte de carga no COMFROTA para apoiar a redução de emissões do setor e o uso de veículos sustentáveis em serviços de entrega.							
Descrição							
Ampliar o escopo do COMFROTA para abranger a frota de transporte por carga, entendida como o conjunto de veículos motorizados destinados ao transporte e à distribuição de mercadorias no território municipal, incluindo serviços de entrega urbana, logística comercial e operações associadas. A medida visa apoiar a redução das emissões do setor, estimular a transição para veículos de menor impacto ambiental e fortalecer o monitoramento e a gestão sustentável das atividades de transporte de carga no município.							
Indicador							
Frota de transporte de carga incluída no COMFROTA							
Prazo							
2032							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SECLIMA		N/A					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Transportes		N/A					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 13 – Ação Contra a Mudança do Clima							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Sec. Responsável	Sec. de Apoio			
24.1 Realizar diagnóstico da frota de transporte de carga urbana no Município, com foco em perfil veicular, padrões operacionais, consumo energético e emissões, integrando esses dados ao escopo de acompanhamento do COMFROTA.	Diagnóstico publicado e apresentado no COMFROTA	2027	SECLIMA	SMT, CET			
24.2 Realizar projeto-piloto de eletrificação e/ou adoção de veículos de baixas ou zero emissões fósseis na logística urbana e na distribuição de mercadorias em parceria com operadores logísticos, empresas de entrega, terceiro setor	Relatório de execução do projeto-piloto publicado e apresentado no COMFROTA	2029	SMT	CET e SECLIMA			

e a iniciativa privada.				
24.3 Realizar estudo de viabilidade de substituição da matriz energética da frota de embarcações do Transporte Público Hidroviário por alternativas mais limpas.	Estudos publicados	2028	SMT	SPTrans
24.4 Iniciar operação piloto com embarcações com tecnologias de baixas emissões.	Piloto implantado	2030	SMT	SPTrans
24.5 Desenvolver Manual de Padrões Técnicos para as embarcações do Transporte Público Hidroviário com tecnologias de baixas emissões.	Manual publicado	2032	SMT	SPTrans

D. Objetivo estratégico: Promover a gestão sustentável dos resíduos sólidos com base nos princípios da economia circular.

META 25							
Implementar mecanismo de monitoramento da geração de resíduos no Município de São Paulo, atendendo as legislações estaduais e federais vigentes, que dispõe sobre a logística reversa.							
DESCRIÇÃO							
Acompanhar e avaliar de forma sistemática o cumprimento das obrigações de logística reversa pelo setor privado, conforme estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais legislações federais e estaduais, assegurando a estruturação, operação e efetividade dos sistemas de retorno, reaproveitamento e destinação ambientalmente adequada de produtos e embalagens pós-consumo, com vistas à redução da disposição inadequada de resíduos, à diminuição de emissões associadas ao ciclo de vida dos produtos e ao fortalecimento da economia circular no município.							
INDICADOR							
Mecanismo de monitoramento implementado.							
PRAZO							
2032							
SECRETARIA RESPONSÁVEL		SECRETARIA DE APOIO					
SVMA (CGIRS)		SELIMP / SPREGULA / SECLIMA /					
SETOR DE MITIGAÇÃO		RISCO CLIMÁTICO					
Resíduos		N/A					
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL							
11 – Cidades e comunidades sustentáveis 12 – consumo e produção responsáveis 13 – Combate às alterações climáticas 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes							
AÇÕES							
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO			
25.1 Regulamentar a Lei nº 17.471/2020, que estabelece a obrigatoriedade da logística reversa no Município de São Paulo	Legislação regulamentada.	2028	SVMA (CGIRS)	SELIMP / SPREGULA / SECLIMA /			
25.2 Estabelecer mecanismo de monitoramento da geração de resíduos no Município de São Paulo, atendendo a Lei 17.471/2020, que estabelece a obrigatoriedade de logística reversa no Município de São Paulo.	Mecanismo de monitoramento implementado.	2028	SELIMP	N/A			

META 26							
Até 2050, implementar ao menos três ecoparques no Município de São Paulo.							
Descrição							
<p>Serão instalados 3 Ecoparques na Cidade de São Paulo. Cabe destacar que esses equipamentos apresentam uma série de tecnologias de tratamento de resíduos, visando que parte significativa dos resíduos coletados na cidade sejam desviados dos aterros, através de processos de tratamento mecânico, biológico e térmico. Serão implementadas a segregação mecânica dos resíduos, tecnologias de biodigestão e de tratamento térmico.</p>							
Indicador							
Número de ecoparques implementados (un)							
Prazo							
2050							
Secretaria responsável		Secretaria de Apoio					
SP Regula		SVMA (CGIRS)					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Resíduos		N/A					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
<p>11 – Cidades e comunidades sustentáveis 13 – Combate às alterações climáticas</p>							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Sec. Responsável	Sec. de Apoio			
26.1 Realizar estudo de viabilidade de produção de biometano como reaproveitamento dos resíduos da Unidade de Tratamento Biológico	Estudo publicado	2029	SP Regula	SVMA (CGIRS)			
26.2 Implementar uma Unidade de Tratamento Mecânico de Resíduos e Unidade de Tratamento Biológico na área do Aterro Bandeirantes.	Número de Unidades de Tratamento Mecânico de Resíduos e Unidade de Tratamento Biológico implementadas (un)	2029	SP REGULA	SVMA (CGIRS)			

26.3 Instalar Unidade de Tratamento Biológico de Resíduos (Compostagem) no Ecoparque Bandeirantes, com capacidade de 50 ton/dia.	Número de Unidades de Tratamento Biológico de Resíduos (un) implementadas (un)	2029	SP REGULA	SVMA (CGIRS)
26.5 Instalar três Unidades de Tratamento Mecânico de Resíduos em operação no Município.	Número de Unidades de Tratamento Mecânico de Resíduos instaladas (un)	2032	SP REGULA	SVMA (CGIRS)

E. Objetivo estratégico: Assegurar saneamento ambiental universal e eficiente, contribuindo para a qualidade da água e a mitigação de emissões.

META 27							
Publicar o Plano Municipal de Saneamento Ambiental Integrado.							
Descrição							
A publicação do Plano Municipal de Saneamento Ambiental Integrado tem como finalidade estabelecer um marco orientador para a atuação do município nos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana. O plano deverá articular essas políticas de forma integrada, incorporando a perspectiva ambiental e climática ao planejamento setorial e considerando os impactos das mudanças climáticas sobre os sistemas urbanos.							
Indicador							
Plano Publicado							
Prazo							
2026							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SMUL		N/A					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Resíduos		Inundação					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
3 – Saúde e Bem-Estar 6 - Água potável e saneamento 11 – Cidades e comunidades sustentáveis 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Sec. Responsável	Sec. de Apoio			
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A			

META 28

Atingir a universalização dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto no Município de São Paulo.

DESCRÍÇÃO

A universalização dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto no Município de São Paulo constitui uma prioridade para a garantia de direitos básicos e para a redução das desigualdades socioambientais. A meta pressupõe a expansão da cobertura e a melhoria da qualidade dos sistemas existentes, assegurando atendimento adequado a toda a população, inclusive em territórios historicamente menos atendidos. Ao fortalecer a infraestrutura de saneamento, a iniciativa promove benefícios diretos à saúde pública, à proteção dos corpos d'água e à resiliência urbana diante dos impactos das mudanças climáticas.

INDICADOR

Percentual de domicílios atendidos com abastecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgotos (%)

PRAZO

2029

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SMUL	SEPLAN
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Resíduos	Inundação

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 3 – Saúde e Bem-Estar
- 6 - Água potável e saneamento
- 10 - Redução das desigualdades
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- 13 – Ação Contra a Mudança do Clima

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
<p>28.1 Até 2029, atingir índice de atendimento por abastecimento de água de 99% dos domicílios do Município, incluindo áreas rurais e territórios de favelas e comunidades urbanas cuja intervenção foi autorizada pelo Município, e com especial atenção para a proteção da primeira infância.</p>	<p>Índice de atendimento por abastecimento de água (%)</p>	<p style="text-align: center;">2029</p>	<p style="text-align: center;">SMUL</p>	<p style="text-align: center;">SEPLAN</p>
<p>28.2 Atingir índice de atendimento por esgotamento sanitário de 99% dos domicílios do Município, incluindo áreas rurais e territórios de favelas e comunidades urbanas cuja intervenção foi autorizada pelo</p>	<p>Índice de atendimento por esgotamento sanitário (%)</p>	<p style="text-align: center;">2029</p>	<p style="text-align: center;">SMUL</p>	<p style="text-align: center;">SEPLAN</p>

Município, e com especial atenção para a proteção da primeira infância.				
28.3 Institucionalizar o monitoramento semestral dos indicadores de desempenho do serviço de esgotamento sanitário, garantindo a transparência e a fiscalização dos compromissos contratuais, com foco na qualidade e na universalização.	Publicação semestral dos indicadores de cobertura por redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e de tratamento de esgotos gerados	2027	SMUL	SEPLAN

META 29

Publicar normativa que estabeleça as diretrizes técnicas para a captura, queima controlada ou reaproveitamento energético do metano gerado nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) que operam no Município.

DESCRIÇÃO

A iniciativa tem como objetivo orientar a adoção de soluções tecnológicas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa associadas ao tratamento de esgoto, promovendo o aproveitamento do biogás como fonte energética sempre que viável. Ao qualificar a gestão dos efluentes e incorporar práticas de mitigação climática no saneamento, a ação contribui para a transição para uma economia de baixo carbono e para o fortalecimento da sustentabilidade ambiental dos serviços público.

INDICADOR

Normativa Publicada

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMUL

SECRETARIA DE APOIO

SEPLAN

SETOR DE MITIGAÇÃO

Resíduos

RISCO CLIMÁTICO

Inundação

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

6 - Água potável e saneamento

7 – Energia Acessível e Limpa

11 – Cidades e comunidades sustentáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança do Clima

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

AÇÕES**AÇÃO****INDICADOR****PRAZO****SEC. RESPONSÁVEL****SEC. DE APOIO**

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 30

Publicar normativa que estabeleça a obrigatoriedade de reportes periódicos das emissões de GEE associadas aos serviços de água e esgoto, especialmente tratamento de esgoto, por parte da Concessionária, com base em metodologias reconhecidas internacionalmente (GHG protocol), utilizando 2020 como ano base.

DESCRIÇÃO

A meta consiste na publicação de uma normativa que estabeleça a obrigatoriedade de reportes periódicos das emissões de gases de efeito estufa associadas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com especial atenção às emissões provenientes do tratamento de esgoto, por parte da Concessionária. A normativa deverá adotar metodologias reconhecidas internacionalmente, como o GHG Protocol, utilizando o ano de 2020 como linha de base para o monitoramento. A iniciativa contribui para o acompanhamento das metas climáticas, o aprimoramento da gestão dos serviços de saneamento e a orientação de ações de mitigação no município.

INDICADOR

Normativa Publicada

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMUL

SECRETARIA DE APOIO

SEPLAN

SETOR DE MITIGAÇÃO

Resíduos

RISCO CLIMÁTICO

N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 6 – Água Potável e Saneamento
11 – Cidades e comunidades sustentáveis
13 - Ação contra a mudança global do clima
16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 31

Publicar normativa que determine a redução de 60% do fator de emissões nos processos de abastecimento e tratamento de água e esgoto até 2050, utilizando 2020 como ano base.

DESCRIÇÃO

A publicação da normativa tem como finalidade direcionar a transformação gradual do setor de saneamento para padrões de menor intensidade de carbono. A medida deverá induzir a adoção de soluções tecnológicas, melhorias operacionais e fontes energéticas mais limpas, além de permitir o monitoramento sistemático do desempenho ambiental ao longo do tempo.

INDICADOR

Normativa Publicada

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMUL

SECRETARIA DE APOIO

SEPLAN

SETOR DE MITIGAÇÃO

Resíduos

RISCO CLIMÁTICO

N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 6 – Água Potável e Saneamento

13 - Ação contra a mudança global do clima 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SEC. RESPONSÁVEL

SEC. DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 32

Implementar plataforma inteligente de monitoramento de consumo de energia e de água com parâmetros por tipos de edificações e consumo por m², necessariamente incluindo todas as edificações de serviços de ensino e saúde e da administração direta.

DESCRIÇÃO

Disponibilizar para todos os órgãos da PMSP, plataforma inteligente de monitoramento de consumo de energia e de água com, no mínimo, parâmetros por tipos de edificações e consumo por m², necessariamente incluindo todas as edificações de serviços de ensino e saúde e da administração direta.

INDICADOR

Plataforma em funcionamento em todos os órgãos da Prefeitura de São Paulo

PRAZO

2026

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SEGES	N/A
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Energia/edificações	Secas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 6 – Água Potável e Saneamento
- 7 – Energia Acessível e Limpa
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- 13 - Ação contra a mudança global do clima

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SEC. RESPONSÁVEL	SEC. DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

F. Objetivo Estratégico: Aprimorar a gestão integrada de dados de consumo de energia, água e gases de efeito estufa para reduzir as emissões municipais

META 33							
Institucionalizar e publicar anualmente o Inventário de Emissões de GEE por Consumo do Município de São Paulo com desagregação que permita a análise da pegada de carbono.							
Descrição							
Disponibilizar e manter atualizado o Inventário de Emissões de GEE por Consumo do Município de São Paulo, com periodicidade anual e desagregação que permita a análise da pegada de carbono associada aos padrões de consumo. O inventário deverá subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas à descarbonização das edificações, das compras públicas e dos serviços municipais, bem como à redução do desperdício de alimentos, à gestão dos resíduos alimentares e à promoção de padrões de consumo e dietas de menor intensidade de emissões.							
Indicador							
Inventário publicado							
Prazo							
2027-2032							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SVMA		N/A					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Energia/edificações Resíduos		N/A					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
11 – Cidades e comunidades sustentáveis 12 – Consumo e Produção Responsáveis 13 - Ação contra a mudança global do clima							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Sec. Responsável	Sec. de Apoio			
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A			

9.2 Adaptar a cidade de hoje para o amanhã

G. Objetivo estratégico: Promover o acesso à moradia digna e sustentável, com urbanização inclusiva e infraestrutura adaptada à crise climática.

META 34							
Estruturar e promover políticas de atendimento habitacional para comunidades tradicionais (quilombolas e povos originários).							
DESCRÍÇÃO							
As populações indígenas e quilombolas em contexto urbano ou periurbano apresentam vulnerabilidades habitacionais e climáticas agravadas por desigualdades históricas. A gestão municipal deve buscar consolidar políticas permanentes de identificação de demandas, criação de critérios diferenciados e atendimento às necessidades habitacionais adequada às especificidades culturais e territoriais dessas comunidades.							
INDICADOR							
Ações concluídas							
PRAZO							
2050							
SECRETARIA RESPONSÁVEL		SECRETARIA DE APOIO					
SEHAB		SMDHC					
SETOR DE MITIGAÇÃO		RISCO CLIMÁTICO					
Energia/Edifícios		N/A					
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL							
ODS 1 – Erradicação da Pobreza ODS 10 – Redução das Desigualdades ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis							
AÇÕES							
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO			
34.1 - Formalizar cooperação técnica com órgãos competentes para garantir segurança fundiária e adequação territorial.	Publicação de ato normativo	2030	SEHAB	SMADS e SMDHC			
34.2 - Elaborar diagnóstico das necessidades habitacionais de comunidades tradicionais e de populações quilombolas e indígenas residentes nas periferias urbanas do município, para subsidiar políticas habitacionais específicas.	Diagnóstico elaborado	2035	SEHAB	SMADS e SMDHC			
34.3 - Atender, com programas de melhorias habitacionais culturalmente adequadas, ao	Percentual da demanda habitacional de	2040	SEHAB	n/a			

menos 50% da demanda habitacional das comunidades tradicionais identificadas, com participação dos envolvidos no processo.	comunidades tradicionais atendida (%)			
--	---------------------------------------	--	--	--

META 35							
Elaboração de diagnóstico e monitoramento ambiental dos projetos e obras sob responsabilidade da SEHAB, COHAB e SEPM							
Descrição							
O monitoramento sistemático de indicadores ambientais nos projetos e obras habitacionais e de urbanização de favelas é essencial para aprimorar o desempenho das futuras construções e orientar futuras decisões com base em evidências e experiências anteriores. Essa meta visa institucionalizar uma rotina de avaliação e retroalimentação técnica, fortalecendo a governança ambiental na temática da habitação.							
Indicador							
Ações concluídas							
Prazo							
2045							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SEHAB e SEPM		n/a					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Energia/Edifícios		N/A					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
11 – Cidades e comunidades sustentáveis 13 – Combate às alterações climáticas 16 – Paz, justiça e instituições eficazes							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Sec. Responsável	Sec. de Apoio			
35.1 - Elaboração de análise de risco, através de mapeamento consolidado dos pontos críticos identificados nas favelas, com envolvimento comunitário e científico (universidades e instituições de pesquisa), buscando classificar os pontos críticos com enchentes, ilhas de calor, solos instáveis e demais riscos associados aos territórios.	Publicação de relatório do mapeamento do risco climático	2030	SEHAB e SEPM	SMSUB, SMUL e SVMA			
35.2 - Implantar sistema institucional de monitoramento socioambiental das ações habitacionais, integrado ao PlanClima SP e ao GeoSampa, com atualização semestral dos indicadores nas comunidades beneficiadas.	Sistema implantado	2030	SEHAB e SEPM	SMUL			
35.3 - Criar metodologia de	Publicação de	2035	SEHAB e SEPM	n/a			

<p>avaliação de projetos com indicadores de desempenho socioambiental, como redução de riscos, conforto térmico, qualidade paisagística e uso de espaços públicos.</p>	<p>manual metodológico</p>			
<p>35.4 - Estruturar repositório técnico com experiências, projetos e soluções sustentáveis de baixo custo das obras e projetos desenvolvidos, para consulta pública e técnica.</p>	<p>Implantação de repositório técnico</p>	<p>2045</p>	<p>SEHAB e SEPM</p>	<p>n/a</p>

META 36							
Implementar diretrizes e práticas sustentáveis nos projetos e obras de provisões habitacionais e de urbanização de favelas da SEHAB/COHAB e SEPM							
Descrição							
As atividades conduzidas na etapa de projetos e execução das obras contratadas e adquiridos pela SEHAB, COHAB e SEPM possuem um impacto no território ao qual estarão inseridos e são fundamentais para a construção de comunidades resilientes, sustentáveis e com capacidade de enfrentar os efeitos das mudanças climáticas.							
Indicador							
Ações concluídas							
Prazo							
2050							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SEHAB e SEPM		n/a					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Energia/Edifícios		N/A					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
09 - Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação							
11 – Cidades e comunidades sustentáveis							
13 – Combate às alterações climáticas							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Sec. Responsável	Sec. de Apoio			
36.1 - Elaborar o Manual Técnico de Diretrizes Ambientais e Climáticas para Projetos Habitacionais, com caráter orientativo e normativo, que servirá como referência para futuros editais e projetos executivos, com parâmetros técnicos mínimos sobre desempenho ambiental, modelos de implantação e recomendações climáticas conforme as necessidades e fragilidades do território.	Publicação de manual metodológico	2030	SEHAB e SEPM	SIURB, SMUL e SMSUB			
36.2 - Tornar obrigatória, na aprovação de projetos de habitação e urbanização de favelas, a adoção de diretrizes ambientais e climáticas, com no mínimo duas medidas de sustentabilidade e adaptação climática em ao menos 20% dos projetos e obras.	Percentual de projetos e obras com diretrizes ambientais e climáticas inseridas (%)	2032	SEHAB e SEPM	n/a			

<p>36.3 - Submeter os projetos e obras elaborados e/ou executados, a premiações, certificações ambientais, congressos e demais meios de reconhecimento e divulgação das inovações e boas práticas promovidas na temática habitacional e urbanística.</p>	<p>Número de projetos/obras submetidos a certificações ou premiações (un)</p>	<p>2050</p>	<p>SEHAB e SEPM</p>	<p>n/a</p>
---	---	-------------	---------------------	------------

META 37

A partir de 2026, promover anualmente ao menos uma capacitação socioambiental voltada aos(as) moradores(as) de novos empreendimentos habitacionais ou aquisições e obras de urbanizações.

DESCRÍÇÃO

A meta visa implantar diretrizes, rotinas e instrumentos internos que permitam à SEPM incorporar, de forma progressiva, critérios de sustentabilidade, adaptação climática e soluções sustentáveis nos projetos, execução de obras e no trabalho social desenvolvido para a construção de comunidades resilientes, capazes de compreender e enfrentar os efeitos das mudanças climáticas no território, sejam estas através da provisão habitacional e/ou urbanização de favelas. As capacitações deverão abordar práticas de coleta seletiva, descarte adequado de resíduos e uso consciente de recursos naturais, em articulação com os serviços públicos de limpeza urbana e educação ambiental.

INDICADOR

Número de capacitações realizadas (un)

PRAZO

2050

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SEPM

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

Resíduos

RISCO CLIMÁTICO

N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 13 – Combate às alterações climáticas

ODS 16 – Paz, Justiça e instituições fortes

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 38

Elaborar e revisar a cada quadriênio o Plano Municipal de Habitação dos Mananciais – Billings e Guarapiranga.

DESCRIÇÃO

A meta busca reduzir riscos socioambientais, prevenir ocupações em áreas de alta vulnerabilidade climática e contribuir para a adaptação às mudanças do clima, especialmente frente a eventos hidrológicos extremos por meio da elaboração e revisão do Plano Municipal de Habitação dos Mananciais.

INDICADOR

Publicação do Plano Municipal de Habitação dos Mananciais e das revisões

PRAZO

2050

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SEPM

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Inundação
Secas meteorológicas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 10 – Redução das Desigualdades

ODS 6 – Água Potável e Saneamento

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 39

Estabelecer convênio, contrato ou similar com o Governo do Estado e Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE), ou outra operadora que venha substitui-la, em concordância com a normativa da ARSESP nº 1751/2025, para aporte de recursos financeiros e técnicos, dentro do âmbito do Programa Mananciais.

DESCRÍÇÃO

Tendo em vista a privatização da concessionária de água e esgoto SABESP e da gestão e propriedade de grande parte das áreas marginais das Represas Billings e Guarapiranga pela EMAE, se faz necessária a formalização de novos acordos contratuais para garantia do repasse de recursos que auxilia no custeio das obras de infraestrutura e provisão habitacional executadas por SEPM nestas áreas de mananciais.

INDICADOR

Formalizar o contrato junto à operadora

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SEPM

SECRETARIA DE APOIO

SEPLAN

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Inundação
Secas meteorológicas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 6 – Água Potável e Saneamento

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

39.1 - Utilizar os recursos provenientes do repasse financeiro firmado entre SEPM junto a operadora, em ao menos 20% das obras de urbanização de favelas e provisão habitacional.

Porcentagem das obras custeadas pelos recursos provenientes do contrato (%)

2050

SEPM

N/A

META 40

Fomentar a discussão, a partir de elementos técnicos, com vistas à promoção de contrato entre a SABESP e PMSP |SEPM, a fim de garantir repasses de recursos para as obras de urbanização de favelas e conjuntos habitacionais, em concordância com a normativa da ARSESP nº 1751/2025

Descrição

Tendo em vista a privatização da concessionária de água e esgoto, se faz necessária a formalização de novos acordos contratuais para garantia do repasse de recursos que auxilia no custeio das obras de infraestrutura e provisão habitacional.

Indicador

Formalizar o contrato junto a Concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SEPM	SEPLAN
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Energia/Edifícios	Inundação Secas meteorológicas

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 10 – Redução das Desigualdades

ODS 6 – Água Potável e Saneamento

Ações

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
40.1 - Utilizar os recursos provenientes do repasse financeiro firmado entre SEHAB e SEPM junto a Sabesp, em ao menos 20% das obras de urbanização de favelas e provisão habitacional	Porcentagem das obras custeadas pelos recursos provenientes do contrato (%)	2050	SEPM	N/A

H. Objetivo estratégico: Requalificar os espaços públicos de modo a favorecer a caminhabilidade, as atividades ao ar livre, a cultura e a convivência.

META 41

Realizar ao menos 1 ação de requalificação urbana por subprefeitura, para tornar os espaços públicos mais acessíveis, seguros e adequados à convivência, de forma progressiva: 10 até 2028, 20 até 2030, 32 até 2032.

Descrição

A requalificação urbana dos espaços públicos amplia as oportunidades de lazer, recreação e descanso, além de contribuir para o conforto térmico e o refrescamento urbano, especialmente em períodos de temperaturas elevadas, fortalecendo a resiliência climática e a qualidade de vida nos territórios.

INDICADOR				
Número de ações de requalificação urbana realizadas (un)				
PRAZO				
2028				
SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO			
SMSUB	N/A			
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO			
N/A	Ondas de Calor			
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL				
3 - Saúde e bem-estar 11 - Cidades e comunidades sustentáveis				
AÇÕES				
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 42

Atingir, até 2028, 1000 jardins de chuva, com prioridade para locais próximos de escolas públicas, pontos de transporte coletivo, parques urbanos e áreas com histórico de alagamentos e/ou inundações, chegando em 1500 até 2032 e 2000 até 2036.

Descrição

Jardins de chuva são um tipo de solução baseada na natureza (SbN) voltados à ampliação da área infiltrável em grandes cidades, reduzindo localmente os riscos de alagamentos e inundações. Sua instalação, portanto, deve focar regiões mais sujeitas a riscos hidrológicos. Os jardins de chuva podem também incentivar a mobilidade ativa ao oferecer ambientes mais agradáveis e seguros para a caminhada e o uso de bicicletas.

Indicador

Número de jardins de chuva construídos (un)

Prazo

2036

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SMSUB	SMT
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
N/A	Inundações

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

3 - Saúde e bem-estar
11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Ações

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 43

Alcançar, até 2028, 50 bosques urbanos de árvores e plantas nativas, com prioridade para locais próximos de escolas públicas, pontos de transporte coletivo e parques urbanos, chegando em 100 até 2032 e 150 até 2036.

Descrição

Bosques Urbanos são as áreas verdes de interesse ecológico, científico e educativo, situadas em zona urbana, destinadas à preservação da flora e da fauna. São compostos por floresta urbana heterogênea, por meio de plantio de mudas de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas nativas dos biomas regionais paulistas, atrativas para a fauna. Na criação dos Bosques Urbanos, deverão ser observadas diretrizes que promovam o plantio de espécies resilientes às mudanças climáticas, com alta capacidade de serviços ecossistêmicos, que proporcionem a biodiversidade e estabeleçam critérios para o seu adensamento. Será permitido o uso sustentável das áreas inseridas em Bosques Urbanos, respeitado o manejo ecológico aprovado, para atividades como: trilhas e passeios pedagógicos; programas de educação ambiental; pesquisa científica sobre biodiversidade, desde que compatíveis com a preservação e a conservação ambiental.

Indicador

Número de bosques urbanos no município (un)

Prazo

2036

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SMSUB	SVMA, SECLIMA
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Energia/Edifícios Transporte	Ondas de Calor Inundações Secas meteorológicas

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

3 - Saúde e bem-estar

11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Ações

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 44

Requalificar 500.000 m² de calçadas públicas até 2028, com prioridade para os entornos de escolas públicas, pontos de transporte coletivo, unidades de saúde e parques urbanos, chegando em 1 milhão em 2032 e 1,5 milhão em 2036.

Descrição

A requalificação de calçadas é medida fundamental para promover a mobilidade ativa, contribuindo para a redução da emissão de gases estufa do transporte rodoviário. Também é importante que as obras necessárias sejam realizadas com técnicas e materiais sustentáveis, contribuindo para a conservação do meio-ambiente.

Indicador

Extensão de calçadas requalificados (M²)

Prazo

2036

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMSUB

SECRETARIA DE APOIO

SMUL

SETOR DE MITIGAÇÃO

Transporte

RISCO CLIMÁTICO

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

3 - Saúde e bem-estar
9 - Indústria, inovação e infraestrutura
11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Ações

Ação

Indicador

Prazo

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 45

Publicar planos regionais em 100% das subprefeituras para implantação de rotas arborizadas que conectem equipamentos públicos, como parques, escolas e pontos de transporte coletivo, promovendo mobilidade sustentável e conforto térmico.

DESCRÍÇÃO

Rotas arborizadas estimulam a mobilidade ativa e ampliam a resiliência da cidade ao calor, além de contribuírem para o aumento da área infiltrável do solo urbano. Sua implementação deve seguir o planejamento presente no PLANPAVEL. Além disso, deve priorizar regiões mais vulneráveis às ondas de calor, promovendo a justiça climática.

INDICADOR

Percentual de subprefeituras com planos regionais de rotas arborizadas publicados (%)

PRAZO

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMSUB

SECRETARIA DE APOIO

SVMA, SMUL, SMT

SETOR DE MITIGAÇÃO

Transporte

RISCO CLIMÁTICO

Ondas de Calor

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 3 - Saúde e bem-estar
- 9 - Indústria, inovação e infraestrutura
- 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 46

Definir critérios técnicos para a regulamentação das Vagas Verdes na cidade de São Paulo

Descrição

Vagas Verdes consistem em espaços de estacionamento adaptados com predominância de superfícies permeáveis e elementos naturais, que contribuem para a melhoria da paisagem urbana, o fortalecimento das funções ecossistêmicas, a redução da poluição difusa e a gestão mais sustentável das águas pluviais. Estabelecimento de critérios técnicos e normativos para a regulamentação das Vagas Verdes como soluções baseadas na natureza no sistema viário, com o objetivo de ampliar a permeabilidade do solo, favorecer a drenagem urbana, mitigar ilhas de calor e fortalecer a adaptação do município aos impactos das mudanças climáticas.

Indicador

Norma publicada definindo os critérios técnicos para regulamentação de Vagas Verdes

Prazo

2036

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SMSUB	SVMA, SECLIMA
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Energia/Edifícios Transportes	Ondas de Calor Inundação

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

3 - Saúde e bem-estar
11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Ações

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 47

Implementar um programa de manutenção e restauração de pavimentos de paralelepípedos em ruas de baixo tráfego, integrando-o às soluções de Drenagem Sustentável, com reposição da estrutura original e reversão de recapeamentos realizados sem consulta prévia à comunidade local.

DESCRIÇÃO

A iniciativa busca ampliar a permeabilidade do solo, reduzir o escoamento superficial e os riscos de alagamento, preservar características urbanísticas e paisagísticas locais e fortalecer a adaptação da cidade às mudanças climáticas, assegurando a participação da comunidade nos processos de planejamento e execução das intervenções.

INDICADOR

Criação de programa e normas técnicas

PRAZO

2036

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMSUB

SECRETARIA DE APOIO

SMT, CET

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Inundação

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3 - Saúde e bem-estar

11 - Cidades e comunidades sustentáveis

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 48

Desenvolver sistemas de incentivo e/ou subsídios para o aumento da participação no Programa Adote uma Praça e a análise de viabilidade para criação do Programa Adote um Jardim de Chuva e Adote um Bosque Urbano.

DESCRÍÇÃO

Desenvolvimento de mecanismos de incentivo e subsídios para ampliar a adesão ao Programa Adote uma Praça, bem como análise de viabilidade para a criação dos programas Adote um Jardim de Chuva e Adote um Bosque Urbano. A meta busca estimular a corresponsabilização na manutenção de áreas verdes e soluções baseadas na natureza, contribuindo para a drenagem urbana sustentável, a redução de ilhas de calor e o fortalecimento da adaptação climática no município.

INDICADOR

Documentos técnicos publicados

PRAZO

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SMSUB	SVMA, SMUL
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
N/A	Ondas de Calor Inundação

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11 - Cidades e comunidades sustentáveis

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

I. Objetivo estratégico: Integrar a variável climática à governança municipal, com foco na institucionalização do orçamento climático e no uso estratégico de recursos para a ação climática.

META 49							
Instituir o Orçamento Climático Municipal							
Descrição							
O Orçamento Climático Municipal consiste em ferramenta de gestão que integra o planejamento climático ao orçamentário, contribuindo para a integração da variável climática no ciclo orçamentário. Trata-se, dessa forma, de iniciativa importante para que o município possa planejar e avaliar, de forma detalhada, a eficácia, efetividade e eficiência dos investimentos realizados nas áreas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.							
Indicador							
Orçamento Climático instituído							
Prazo							
2028							
Secretaria responsável		Secretaria de Apoio					
SEPLAN		SECLIMA					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
<ul style="list-style-type: none"> Transporte Energia/edifícios Resíduos 		<ul style="list-style-type: none"> Ondas de Calor Inundações Secas Meteorológicas 					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
3 - Saúde e bem-estar 12 - Consumo e produção sustentáveis 13 - Ação contra Mudança Global do Clima 14 – Proteger a vida terrestre							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria responsável	Secretaria de Apoio			
49.1 - Criar decreto de instituição de Comitê Técnico Intersecretarial de Orçamento Climático.	Decreto publicado	2026	SEPLAN	N/A			
49.2 - Propor projeto de legislação específica para o orçamento climático no âmbito da cidade de São Paulo.	Legislação instituindo o orçamento climático publicada	2027	SEPLAN	N/A			
49.3 - Realizar levantamento de boas práticas em orçamento climático.	Levantamento realizado	2026	SECLIMA	SEPLAN			
49.4 - Realizar dois workshops	Número de	2026	SECLIMA	SEPLAN			

sobre orçamentação climática para servidores da Prefeitura.	workshops realizados (un)			
49.5 - Publicar o cálculo de custo-efetividade das ações orçamentárias de mitigação com relação à redução da emissão de gases estufa.	Cálculo de custo-efetividade incluído no Orçamento Climático e/ou relatórios de acompanhamento	2026	SECLIMA	SEPLAN

META 50

<p>Implementar critérios de adaptação e/ou mitigação das mudanças climáticas para aprovação de projetos a serem financiados pelos fundos municipais (Fundurb, FMSAI e Fema)</p>								
DESCRIÇÃO								
<p>Estabelecer e aplicar critérios de adaptação e/ou mitigação das mudanças climáticas como condicionantes para a aprovação e o financiamento de projetos apoiados pelos fundos municipais, de modo a orientar a alocação de recursos públicos para iniciativas que contribuam para a redução de emissões de gases de efeito estufa, o aumento da resiliência climática e a promoção de soluções sustentáveis no território municipal.</p>								
INDICADOR								
<p>Norma definindo os critérios publicada</p>								
PRAZO								
2028								
SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO							
SECLIMA	N/A							
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO							
<ul style="list-style-type: none"> • Transporte • Energia/edifícios • Resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Ondas de Calor • Inundações • Secas Meteorológicas 							
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL								
<p style="text-align: center;">12 - Consumo e produção sustentáveis 13 - Ação contra Mudança Global do Clima</p>								
AÇÕES								
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO				
<p>50.1 - Criação de Grupo de Trabalho para estudo dos critérios climáticos a serem inseridos para concessão de financiamento</p>	<p>Grupo de Trabalho criado</p>	<p>2026</p>	<p>SECLIMA</p>	<p>N/A</p>				
<p>50.2 - Revisar a Política Municipal de Mudança do Clima (Lei 14.933/2009) para ampliar a promoção de estratégias de adaptação e incluir a utilização de recursos do Fundurb e do FMSAI, dentre outros, na implementação de medidas de mitigação e adaptação.</p>	<p>Lei 14.933/2009 revisada</p>	<p>2028</p>	<p>SECLIMA</p>	<p>N/A</p>				

50.3 - Publicação de norma regulamentando os critérios a serem adotados	Norma publicada	2028	SECLIMA	N/A
--	-----------------	------	---------	-----

J. Objetivo estratégico: Fortalecer a capacidade institucional e comunitária de prevenção e resposta aos riscos climáticos.

META 51							
Operar o Sistema de Detecção e Alerta Precoce para todos os principais riscos climáticos na cidade de São Paulo, incluindo chuvas intensas e inundações, ondas de calor e secas.							
Descrição							
Operação do Sistema de Detecção e Alerta Precoce para o monitoramento e a comunicação de riscos climáticos, buscando antecipar eventos extremos, apoiar a tomada de decisão, reduzir impactos sobre a população e serviços essenciais e fortalecer a capacidade de resposta e adaptação do município às mudanças climáticas.							
Indicador							
Sistema de Detecção e Alerta Precoce monitorando riscos climáticos							
Prazo							
2028							
Secretaria responsável		Secretaria de Apoio					
SIURB/CGE		SMSU/COMDEC					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
N/A		Ondas de Calor Inundação Secas meteorológicas					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
ODS 3 – Saúde e Bem-Estar ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria responsável	Secretaria de Apoio			
51.1 - Estabelecer parceria/grupo de trabalho entre Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU e Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas - CGE para integração dos sistemas Cell Broadcast com o sistema de alertas do CGE, ampliando o alcance deste.	Grupo de trabalho estabelecido	2028	SIURB/CGE	SMSU/COMDEC			
51.2 - Integrar os sistemas de alerta da SMSU e do CGE com a tecnologia Cell Broadcast.	Sistemas integrados	2028	SIURB/CGE	SMSU/COMDEC			

51.3 - Realizar estudo sobre a rede meteorológica para identificar as regiões que precisarão receber novas estações.	Estudo publicado	2026	SIURB/CGE	SVMA
51.4 - Implantar a suplementação da rede meteorológica do Município, de acordo com o estudo previamente elaborado.	Novas estações instaladas	2028	SIURB/CGE	SVMA
51.5 - Incorporar o monitoramento fluviométrico no Sistema de Detecção e Alerta Precoce.	Monitoramento fluviométrico incorporado	2028	SIURB/CGE	SVMA

META 52

Implantar, no mínimo, 1 Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC) por área de risco mapeada na cidade de São Paulo.

Descrição

Estabelecer Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil em áreas de risco previamente mapeadas no município, com vistas ao fortalecimento da organização comunitária, da prevenção e da capacidade de resposta a desastres.

Indicador

Número de NUPDECs por área de risco (un)

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMSU

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Ondas de Calor
Inundação
Secas meteorológicas

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Ações

Ação

Indicador

Prazo

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 53

Apoiar a estruturação de redes comunitárias de resposta a riscos climáticos em 100% das Subprefeituras.

DESCRÍÇÃO

Apoyo à estruturação e fortalecimento de redes comunitárias de resposta a riscos climáticos em todas as Subprefeituras do Município, com foco na organização local, capacitação de lideranças comunitárias e articulação com os órgãos públicos de defesa civil, saúde e assistência social, buscando ampliar a capacidade de prevenção, resposta e recuperação frente a eventos climáticos extremos, reduzindo vulnerabilidades socioambientais e fortalecendo a resiliência das comunidades.

INDICADOR

Percentual de distritos com redes comunitárias estabelecidas (%)

PRAZO

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMSU/COMDEC

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Ondas de Calor
Inundações
Secas Meteorológicas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11 - Cidades e comunidades sustentáveis

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

53.1 - Mapear lideranças locais e coletivos comunitários atuantes em áreas de risco climático para envolvimento em estratégias de resposta a emergências.

Mapeamento realizado

2028

SMSU/COMDEC

N/A

53.2 - Realizar 32 capacitações para a população residente de áreas de risco, com foco na redução de riscos e desastres.

Número de líderes comunitários por subprefeitura (un)

2032

SMSU/COMDEC

SMSUB

53.3 - Elaborar, em parceria com as redes locais, um protocolo simplificado de atuação comunitária frente a riscos 2032 climáticos por subprefeitura,

Número de subprefeituras com protocolos ativos (un)

2032

SMSU/COMDEC

N/A

adaptados às realidades locais e com linguagem acessível e inclusiva.

META 54

Realizar ao menos 12 reuniões por ano do Conselho Municipal de Defesa Civil do Município de São Paulo, a partir de 2028.

Descrição

A meta busca fortalecer a governança, a articulação interinstitucional e o acompanhamento das políticas de prevenção, preparação e resposta a desastres, contribuindo para o aprimoramento da capacidade institucional e para a adaptação do município aos riscos associados às mudanças climáticas.

Indicador

Número de reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil por ano (un)

Prazo

2032

Secretaria responsável

SMSU

Secretaria de Apoio

N/A

Setor de Mitigação

N/A

Risco Climático

Ondas de Calor
Inundações
Secas Meteorológicas

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria responsável

Secretaria de Apoio

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 55

Realizar anualmente ao menos 10 capacitações técnicas aos servidores da PMSP em temas de defesa civil, com foco na redução de riscos de desastres.

DESCRÍÇÃO

A realização das capacitações irá fortalecer as capacidades institucionais, padronizar procedimentos e aprimorar a atuação do poder público frente aos eventos climáticos extremos, contribuindo para a adaptação do município às mudanças climáticas.

INDICADOR

Número de capacitações técnicas para servidores realizadas (un)

PRAZO

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMSU

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Ondas de Calor
Inundação
Secas meteorológicas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 – Educação de Qualidade

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 56

Publicar Plano de Contingência para Secas Meteorológicas, incluindo medidas para assegurar abastecimento.

DESCRIÇÃO

A meta visa definir diretrizes, procedimentos e medidas destinadas a prevenir, mitigar e responder aos impactos de períodos prolongados de estiagem, sendo uma iniciativa essencial para a adaptação do município às mudanças climáticas.

INDICADOR

Plano Publicado

PRAZO

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMUL

SECRETARIA DE APOIO

SIURB/CGE

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Secas Meteorológicas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

6 - Água potável e saneamento

11 – Cidades e comunidades sustentáveis

AÇÕES**AÇÃO****INDICADOR****PRAZO****SEC. RESPONSÁVEL****SEC. DE APOIO**

56.1 - Realizar estudo de condições para o racionamento de emergência e ser elaborado sobre o embasamento técnico científico disponível.

Estudo Realizado

2028

SMUL

N/A

META 57

Implantar o Sistema Integrado de Monitoramento Climático do Município de São Paulo, voltado para a produção, integração, armazenamento, sistematização e consolidação de dados primários sobre parâmetros de clima em plataforma municipal de acesso público.

DESCRÍÇÃO

Implantar o Sistema Integrado de Monitoramento Climático do Município de São Paulo irá permitir que todas as informações acerca de monitoramento climático sejam centralizadas em um único portal, em formato de acesso público, o que irá ajudar no trabalho de diversos setores da Administração Municipal e diminuir riscos para PMSP e para a cidade de São Paulo.

INDICADOR

Sistema implantado, operante e de acesso público.

PRAZO

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SVMA

SECRETARIA DE APOIO

SIURB, SMSUB, SMIT, SMUL

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

- Ondas de Calor
- Inundações
- Secas Meteorológicas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
57.1 - Levantar e estabelecer parâmetros de conciliação entre os diferentes sistemas de monitoramento climático existentes para o Município de São Paulo.	Relatório publicado	2027	SVMA	SIURB, SMSUB, SMIT, SMUL, SMSU
57.2 - Desenvolver o projeto do Sistema de Monitoramento Climático do Município de São Paulo.	Relatório publicado	2028	SVMA	SIURB, SMSUB, SMIT, SMUL, SMSU
57.3 - Implementar, para operar	Sistema	2030	SVMA	SIURB,

funcionalmente, o Sistema de Monitoramento Climático do Município de São Paulo.	implantado na rede municipal de internet			SMSUB, SMIT, SMUL, SMSU
57.4 - Disponibilizar na plataforma SampaClima o Atlas das Temperaturas do Município de São Paulo, compilando dado das temperaturas do ar e da superfície.	Atlas publicado	2028	SVMA	N/A
57.5 - Aperfeiçoar os sistemas existentes de alertas preventivos para eventos climáticos extremos	Atlas publicado	2030	SMSU	SIURB, SMSUB, SMIT, SMUL, SMSU
57.6 - Disponibilizar publicamente o Sistema Integrado de Monitoramento Climático do Município de São Paulo	Acesso público pela internet liberado	2032	SVMA	SIURB, SMSUB, SMIT, SMUL, SMSU

META 58	
Publicar protocolo de ações para o trânsito em eventos climáticos extremos.	
Descrição	
Elaboração e publicação de protocolo operacional para a gestão do trânsito em situações de eventos climáticos extremos, como chuvas intensas, inundações e outros eventos associados às mudanças do clima. O protocolo deverá estabelecer procedimentos preventivos e de resposta rápida, definindo responsabilidades, fluxos de comunicação, critérios para interdições viárias, desvios de tráfego e priorização do transporte coletivo e de serviços essenciais, de modo a reduzir riscos à população, minimizar impactos na mobilidade urbana e aumentar a resiliência do sistema viário municipal frente a eventos climáticos extremos.	
Indicador	
Protocolo publicado	
Prazo	
2028	
Secretaria responsável	
SMT	
Setor de Mitigação	
N/A	
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	
11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	

AÇÕES				
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
58.1 Integrar os protocolos do Centro de Gerenciamento de Emergência (CGE) com o Centro de Operações (COP) da SPTrans e da CET.	Protocolos integrados entre COP e CGE	2028	SMT	SIURB/CGE, SPTrans, CET

K. Objetivo estratégico: Transformar as unidades educacionais da rede municipal em polos de resiliência climática, infraestrutura verde e promoção do bem-estar, com foco na proteção de crianças e adolescentes.

META 59							
Atingir 60% de escolas municipais com área verde em até 2040, priorizando aquelas em regiões com maior temperatura superficial e com maior vulnerabilidade social.							
Descrição							
A ampliação de áreas verdes nas escolas municipais constitui uma estratégia central de adaptação climática e promoção da equidade socioambiental, especialmente em territórios mais expostos ao calor extremo e à vulnerabilidade social. Além de reduzir a temperatura superficial e ampliar o conforto térmico, a iniciativa fortalece a resiliência climática, qualifica os ambientes escolares e promove benefícios ambientais, sociais e educacionais para a comunidade escolar e seu entorno.							
Indicador							
Percentual de escolas municipais com ao menos 20% de cobertura verde (%)							
Prazo							
2040							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SME		SVMA					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Energia/Edifícios		Inundações Ondas de Calor					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
11 - Cidades e comunidades sustentáveis 13 – Combate às alterações climáticas							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria Responsável	Secretaria de Apoio			
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A			

META 60

Até 2028, implementar projeto-piloto de medidores de qualidade do ar de baixo custo em escolas municipais, de modo a coletar dados em tempo real sobre a presença de poluentes e umidade.

Descrição

A iniciativa busca ampliar o monitoramento ambiental em ambientes escolares, qualificando a produção de informações para subsidiar ações de prevenção, comunicação de riscos e proteção da saúde de crianças e adolescentes. Ao fortalecer a vigilância da qualidade do ar em espaços sensíveis, a ação contribui para a adaptação às mudanças climáticas e para a promoção de ambientes escolares mais saudáveis.

Indicador

Projeto-piloto de medidores de qualidade do ar implementado

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SME

SECRETARIA DE APOIO

SECLIMA

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

- 3 - Saúde e bem-estar
- 11 - Cidades e comunidades sustentáveis
- 13 – Combate às alterações climáticas

Ações

Ação

Indicador

Prazo

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

L. Objetivo estratégico: Orientar a regulação urbana e o uso do solo para a adaptação da cidade aos impactos da mudança do clima.

META 61							
Incorporar as zonas críticas inundáveis na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo							
Descrição							
A meta visa orientar o ordenamento territorial e o desenvolvimento urbano com base na redução do risco de inundações, na prevenção de ocupações inadequadas em áreas suscetíveis a eventos hidrológicos extremos e no fortalecimento da resiliência urbana frente aos impactos das mudanças climáticas, promovendo maior segurança da população e proteção da infraestrutura e dos serviços públicos.							
Indicador							
Zonas críticas inundáveis incluídas na LPUOS							
Prazo							
2032							
Secretaria responsável		Secretaria de Apoio					
SMUL		SMSU/COMDEC, SEHAB					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
N/A		Inundações					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
11 – Cidades e comunidades sustentáveis 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Sec. Responsável	Sec. de Apoio			
61.1 - Publicar mapeamento das zonas críticas inundáveis por bacia hidrográfica do Município de São Paulo, considerando a perspectiva de ocorrência de eventos climáticos extremos.	Mapeamento publicado	2028	SIURB	SMSU/COMDEC, SEHAB			
61.2 - Publicar orientações para restringir a ocupação das áreas críticas sujeitas a cheias, definindo critérios e requisitos a serem observados pelo poder público e por particulares.	Recomendações publicadas	2028	SIURB	SMSU/COMDEC, SEHAB			
61.3 - Atualizar as manchas inundáveis nas plataformas de informação municipais (como o Geosampa e o GeoAmbiental),	Manchas atualizadas	2028	SIURB	SMSU/COMDEC, SEHAB			

utilizando também como subsídio os reportes de municíipes.

META 62

Publicar norma com diretrizes e critérios para aumento da permeabilidade, para adoção da administração pública municipal em todas as obras e serviços

DESCRIÇÃO

A iniciativa busca orientar o planejamento, o projeto e a execução de intervenções urbanas de modo a ampliar áreas permeáveis e soluções de drenagem sustentável, reduzindo o escoamento superficial e os riscos de alagamentos.

INDICADOR

Norma publicada

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMUL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Inundações

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11 – Cidades e comunidades sustentáveis

13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

AÇÕES**AÇÃO****INDICADOR****PRAZO****SEC. RESPONSÁVEL****SEC. DE APOIO**

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 63

Publicar manual de soluções de Drenagem Sustentável identificando medidas ou dispositivos de retenção e infiltração de materiais aplicáveis às diferentes tipologias de edificação de espaços públicos.

DESCRIÇÃO

A iniciativa busca reduzir o risco de alagamentos e inundações, ampliar a infiltração no solo, qualificar o espaço urbano e fortalecer a adaptação da cidade aos impactos das mudanças climáticas.

INDICADOR

Manual de soluções de drenagem sustentável publicado

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SIURB

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Inundações

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

6 - Água potável e saneamento

11 – Cidades e comunidades sustentáveis

AÇÕES**AÇÃO****INDICADOR****PRAZO****SEC. RESPONSÁVEL****SEC. DE APOIO**

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 64

Incluir os critérios e soluções de drenagem sustentável nas contratações de obras e serviços pelos órgãos municipais, compreendendo a regulamentação necessária.

Descrição

Estabelecer, no âmbito das contratações públicas municipais, exigências técnicas e normativas que incorporem soluções de drenagem sustentável nas obras e serviços executados pelos órgãos municipais. A medida contribui para a redução do risco de alagamentos e inundações, promove a adaptação às mudanças climáticas e qualifica a infraestrutura urbana do município.

Indicador

Critérios e soluções de drenagem sustentável incluídos nas contratações

Prazo

2028

Secretaria responsável

SIURB

Secretaria de Apoio

N/A

Setor de Mitigação

N/A

Risco Climático

- Inundações

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria responsável

Secretaria de Apoio

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 65

Implementar ao menos um projeto de microdrenagem com soluções baseadas na natureza (SbN) por distrito até 2032, chegando a no mínimo dois projetos até 2036.

DESCRÍÇÃO

A implementação de projetos de microdrenagem com Soluções Baseadas na Natureza (SbN) nos distritos do município visa integrar infraestrutura verde às redes de drenagem urbana, promovendo o manejo sustentável das águas pluviais em escala local. Ao alcançar ao menos um projeto por distrito até 2032 e, progressivamente, no mínimo dois projetos até 2036, a iniciativa fortalece a adaptação da cidade às mudanças climáticas, qualifica o espaço público e amplia os benefícios ambientais e sociais nos territórios.

INDICADOR

Número de projetos de microdrenagem com SbN implantados por distrito (un)

PRAZO

2036

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMSUB

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

Transportes
Energia/Edifícios

RISCO CLIMÁTICO

Inundações
Ondas de Calor

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11 - Cidades e comunidades sustentáveis

13 – Combate às alterações climáticas

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 66

Regulamentar os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV), incluindo a obrigatoriedade de análise de vulnerabilidade climática, estratégias de adaptação e medidas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

DESCRÍÇÃO

A regulamentação dos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) com a inclusão obrigatória da análise de vulnerabilidade climática, de estratégias de adaptação e de medidas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) visa incorporar de forma sistemática a dimensão climática no licenciamento e no planejamento urbano. A iniciativa fortalece a prevenção de riscos, orienta a implantação de empreendimentos mais resilientes e de menor impacto ambiental e contribui para o alinhamento do desenvolvimento urbano do município às metas de enfrentamento das mudanças climáticas.

INDICADOR

EIV regulamentado

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMUL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

Energia/Edifícios

RISCO CLIMÁTICO

Inundações
Ondas de Calor

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11 - Cidades e comunidades sustentáveis

13 – Combate às alterações climáticas

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
66.1 - Realizar estudo técnico-jurídico sobre a legislação municipal vigente aplicável aos EIVs, com identificação de lacunas e levantamento de boas práticas nacionais e internacionais que integram variáveis climáticas (vulnerabilidade, adaptação e mitigação).	Estudo técnico-jurídico sobre a legislação Municipal vigente aplicável aos EIVs realizado	2028	SMUL	N/A
66.2 - Elaborar minuta de instrumento normativo que estabeleça critérios climáticos	Minuta de critérios para EIV elaborada	2028	SMUL	N/A

obrigatórios nos Estudos de Impacto de Vizinhança, incluindo diretrizes para análise de vulnerabilidade, medidas de adaptação e mitigação de emissões de GEE.				
---	--	--	--	--

META 67

Articular Grupo de Trabalho Intergovernamental (Município e Estado) para a elaboração de documento norteador (Nota técnica) que fomenta a revisão e compatibilização das Leis Estaduais das Bacias Billings e Guarapiranga para melhor aproveitamento do potencial construtivo previsto no uso e ocupação do solo (Lei 18.177/2024), adotando os critérios específicos para as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS-4, prevalecendo o Decreto de HIS. (DECRETO Nº 63.728 de 10 de setembro de 2024).

DESCRÍÇÃO

Articulação de Grupo de Trabalho Intergovernamental entre Município e Estado para elaboração de nota técnica que oriente a revisão e compatibilização das Leis das Bacias Billings e Guarapiranga, visando ao melhor aproveitamento do potencial construtivo e prevalência das diretrizes do Decreto de Habitação de Interesse Social.

INDICADOR

Publicação das alterações das legislações vigentes

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SEPM

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

Energia/Edifícios

RISCO CLIMÁTICO

Inundação
Secas meteorológicas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11 - Cidades e comunidades sustentáveis

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 68

Até 2030, incorporar as Zonas Críticas Inundáveis no Plano Diretor de Drenagem, revisando as obras prioritárias.

Descrição

A incorporação das Zonas Críticas Inundáveis ao Plano Diretor de Drenagem permitirá direcionar investimentos para as áreas mais suscetíveis a alagamentos e inundações, ampliando a eficácia das soluções estruturais e não estruturais, reduzindo danos socioambientais e fortalecendo a adaptação da cidade aos impactos das mudanças climáticas.

Indicador

Percentual de Zonas Críticas Inundáveis incorporadas ao Plano Diretor de Drenagem.

Prazo

2030

Secretaria Responsável

SIURB

Secretaria de Apoio

N/A

Setor de Mitigação

N/A

Risco Climático

- Inundações

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

6 – Água Potável e Saneamento

11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria Responsável

Secretaria de Apoio

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

9.3 Proteger Pessoas e Bens

M. Objetivo estratégico: Combater o desperdício de alimentos e aumentar a segurança alimentar em todo o Município.

META 69							
Ampliar a arrecadação de alimentos para o Banco de Alimentos Municipal em 30% até 2028, 40% até 2032 e 50% até 2036.							
Descrição							
O aumento progressivo da arrecadação permitirá ampliar o atendimento às entidades socioassistenciais e às populações em situação de vulnerabilidade, fortalecendo a política municipal de segurança alimentar e nutricional. Para alcançar esse objetivo, é fundamental fortalecer parcerias com o setor supermercadista, a indústria de alimentos e organizações da sociedade civil, bem como investir em comunicação institucional para ampliar a visibilidade das ações do Banco de Alimentos e sensibilizar novos doadores.							
Indicador							
Percentual de crescimento da quantidade de alimentos arrecadados para o Banco de Alimentos Municipal (%)							
Prazo							
2036							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SESANA		N/A					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
N/A		N/A					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável ODS 10 – Redução das Desigualdades ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria Responsável	Secretaria de Apoio			
69.1 - Até 2028, estabelecer parceria com a Associação Paulista de Supermercados – APAS.	Parceria estabelecida	2028	SESANA	N/A			
69.2 - Até 2036, executar plano de comunicação institucional, utilizando os canais oficiais da Prefeitura (site, redes sociais, eventos e campanhas), para ampliar a visibilidade das ações do Banco de Alimentos e sensibilizar novos doadores.	Plano executado	2036	SESANA	N/A			

69.3 - Até 2028, desenvolver plano de aprimoramento da triagem e logística de distribuição dos alimentos arrecadados, com foco na redução de perdas e na eficiência do repasse às entidades cadastradas.	Plano desenvolvido	2028	SENASA	N/A
69.4 - Estabelecer canal de comunicação com o setor da indústria de alimentos e com organizações da sociedade civil para ampliação da arrecadação de alimentos para o Banco de Alimentos Municipal	Atas de reuniões publicadas	2028	SENASA	N/A

META 70

Até 2028, implantar 10 novas lojas do Programa Armazém Solidário.

Descrição

A expansão do programa contribui para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, reduz desigualdades no acesso ao abastecimento e apoia estratégias de combate à fome. A criação de um Grupo de Trabalho com participação da sociedade civil garante escuta territorial para definição dos locais de instalação, assegurando que os novos Armazéns Solidários atendam às reais necessidades das comunidades beneficiadas.

Indicador

Número de lojas implementadas (un)

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SESANA

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

ODS 10 – Redução das Desigualdades

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria Responsável

Secretaria de Apoio

70.1 - Estabelecer Grupo de Trabalho com participação da sociedade civil para a instalação de novos Armazéns Solidários.

Atas de reuniões

2028

SESANA

N/A

META 71

Até 2028, ampliar o programa da Rede Cozinha Escola para mais 12 unidades, alcançando 24 unidades até 2032.

Descrição

Com a expansão do programa, mais comunidades poderão contar com espaços que promovem a alimentação saudável, o aproveitamento integral dos alimentos e o fortalecimento da segurança alimentar, especialmente em regiões com maior vulnerabilidade.

Indicador

Número de unidades educacionais com o Rede Cozinha Escola implementado (un)

Prazo

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SESANA	N/A
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
N/A	N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

ODS 4 – Educação de Qualidade

ODS 10 – Redução das Desigualdades

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Ações

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 72

Ampliar o programa Cardápio Sustentável para todas as unidades dos programas de segurança alimentar de SESANA, por meio da substituição da proteína animal por vegetal, sem perda de valor nutricional, pelo menos 1 vez por semana.

Descrição

A iniciativa visa incentivar hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis, reduzir impactos ambientais e fortalecer práticas alinhadas à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Indicador

Percentual de unidades com o programa Cardápio Sustentável implantado (%)

Prazo

2027

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SESANA

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria Responsável

Secretaria de Apoio

72.1 Desenvolver e implementar um programa de capacitação para os profissionais envolvidos na elaboração e execução dos cardápios, incluindo nutricionistas, equipes de cozinha e responsáveis de todas as unidades, abordando os benefícios nutricionais, ambientais e técnicas de preparo de refeições à base de vegetais.

Programa de capacitação implantado

2027

SESANA

N/A

N. Objetivo estratégico: Fortalecer a capacidade do sistema de saúde para prevenir, monitorar e responder aos impactos das mudanças climáticas com equidade e resiliência.

META 73							
Oferecer, anualmente, 9 atividades formativas em mudanças climáticas a profissionais e equipes dos serviços de saúde municipais.							
Descrição							
Oferta de atividades formativas em mudanças climáticas destinadas a profissionais e equipes dos serviços de saúde municipais, de forma a qualificar os trabalhadores da saúde para a identificação, prevenção e resposta aos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde da população, fortalecendo a capacidade do sistema municipal de saúde na adaptação aos eventos climáticos extremos e na proteção dos grupos mais vulneráveis.							
Indicador							
Número de atividades formativas em mudanças climáticas oferecidas a profissionais e equipes da saúde municipal por ano (un)							
Prazo							
2028							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SMS		N/A					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
N/A		Ondas de Calor Inundação Secas meteorológicas					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
ODS 3 – Saúde e Bem-Estar ODS 4 – Educação de Qualidade ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria Responsável	Secretaria de Apoio			
73.1 Formar 180 profissionais da saúde na preparação e resposta a eventos climáticos extremos no Município de São Paulo.	Número de profissionais da saúde formados na preparação e resposta a eventos climáticos extremos (un)	2028	SMS	N/A			

META 74

Oferecer, em pelo menos 80% das ocorrências de eventos extremos (altas e baixas temperaturas, desastres hidrológicos e/ou tecnológicos), orientações a municípios atingidos.

Descrição

A meta tem como propósito informar a população sobre medidas de autoproteção, acesso a serviços públicos e procedimentos de emergência, contribuindo para a redução de riscos à saúde e à integridade física, bem como para o fortalecimento da capacidade de resposta e adaptação da cidade frente a eventos extremos.

Indicador

Percentual de ocorrência de eventos extremos com oferecimento de orientações a vítimas (%)

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SMS	N/A
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
N/A	Ondas de Calor Inundação Secas meteorológicas

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar
ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis
ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima
ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Ações

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 75

Alcançar 3 milhões de usuários do sistema de saúde com atividades orientativas e educativas em mudanças climáticas.

DESCRIÇÃO

A meta busca ampliar o conhecimento da população sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde, promover práticas preventivas e estimular comportamentos de redução de riscos, contribuindo para o fortalecimento da adaptação e da resiliência da população frente aos eventos climáticos extremos.

INDICADOR

Número de usuários do sistema de saúde que participaram de atividades orientativas e educativas em mudanças climáticas (un)

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SMS	N/A
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Transportes Energia/Edifícios Resíduos	Ondas de Calor Inundação Secas meteorológicas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar
ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis
ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima
ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 76

Aperfeiçoar as ações de vigilância às arboviroses, mantendo, a partir de 2026, o índice de infestação Predial abaixo de 1.

Descrição

Aperfeiçoamento contínuo das ações de vigilância, prevenção e controle das arboviroses, contribuindo para a redução de doenças sensíveis às variações climáticas e para o fortalecimento da capacidade de adaptação do sistema municipal de saúde aos impactos das mudanças climáticas.

Indicador

Índice anual de Infestação Predial (%)

Prazo

2050

Secretaria Responsável

SMS

Secretaria de Apoio

N/A

Setor de Mitigação

N/A

Risco Climático

Ondas de Calor

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria Responsável

Secretaria de Apoio

76.1 - Realizar 8 atividades de sensibilização da população, para reduzir o número de recipientes com acúmulo de água parada e realizar a manutenção adequada de reservatórios.

Número de atividades de sensibilização realizadas (un)

2028

SMS

N/A

76.2 - Implementar o monitoramento do Aedes aegypti em todas as 28 Unidades de Vigilância em Saúde (UVIS).

Número de UVIS com monitoramento do Aedes aegypti implementadas (un)

2028

SMS

N/A

META 77

Manter o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) em pelo menos 73% das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município e ampliá-lo a 80% até 2030 e 85% em 2032, priorizando distritos com baixa cobertura vegetal e alta ocorrência de eventos climáticos extremos (altas e baixas temperaturas, qualidade do ar etc.).

Descrição

A expansão do PAVS fortalece a ligação entre saúde pública e adaptação climática, focando em regiões vulneráveis com baixa cobertura verde e expostas a eventos extremos (como ondas de calor). A iniciativa contribui para a justiça climática ao direcionar ações para áreas mais impactadas.

Indicador

Percentual de UBS com o PAVS em atividade (%)

Prazo

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SMS	N/A
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
Transportes Energia/Edifícios Resíduos	Ondas de Calor Inundação Secas meteorológicas

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar
ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima
ODS 10 – Redução das Desigualdades

Ações

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
77.1 - Desenvolver 1.020 projetos que abordam o tema da mudança do clima desenvolvidas nas unidades básicas de saúde e seus territórios de abrangência com a participação da comunidade no planejamento.	Número de projetos que abordam a mudança do clima desenvolvidos em UBS (un)	2028	SMS	N/A
77.2 - Realizar 4.000 ações socioambientais do PAVS que abordam o tema da mudança do clima desenvolvidas nas unidades básicas de saúde e seus territórios de abrangência.	Número de ações socioambientais do PAVS que abordam a mudança do clima realizadas em UBS (un)	2028	SMS	N/A
77.3 - Realizar 35.000 visitas	Número de visitas	2028	SMS	N/A

ambientais domiciliares do PAVS que abordam o tema da mudança do clima desenvolvidas nas unidades básicas de saúde e seus territórios de abrangência.	domiciliares do PAVS que abordam o tema da mudança do clima (un)			
77.4 - Desenvolver e incorporar nos instrumentos de visita domiciliar do PAVS um roteiro com orientações e itens de verificação sobre riscos e adaptações climáticas no domicílio.	Roteiro com orientações sobre riscos e adaptações climáticas incorporado aos instrumentos de visita domiciliar do PAVS/ACS	2028	SMS	N/A
77.5 - Ampliar o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) a 80% até 2030 e 85% em 2032, priorizando distritos com baixa cobertura vegetal e alta ocorrência de eventos climáticos (altas e baixas temperaturas, qualidade do ar).	Percentual de UBS com o PAVS em atividade (%)	2032	SMS	N/A

META 78

Identificar e notificar 80% dos agravos relacionados à poluição atmosférica nas Unidades Sentinelas do VIGIAR.

DESCRIÇÃO

Esta ação fortalece o sistema de vigilância em saúde, monitorando e registrando problemas de saúde causados pela poluição do ar. A iniciativa apoia ainda estratégias de alerta à população em dias de pior qualidade do ar.

INDICADOR

Percentual dos agravos relacionados à poluição atmosférica identificados e notificados nas Unidades Sentinelas do VIGIAR (%)

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMS

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Secas Meteorológicas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

78.1 - Criar código de procedimento no Sistema SIGA Saúde para os atendimentos de casos para o monitoramento das unidades sentinelas do VIGIAR.

Código de procedimento no SIGA Saúde criado

2026

SMS

N/A

META 79

Realizar, por meio de Grupo de trabalho de Mudanças Climáticas da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS), ao menos 20 encontros relativos à elaboração do Plano de Adaptação e Resposta às Emergências Climáticas da SMS.

Descrição

Esses encontros têm como objetivo elaborar um plano para preparar a rede de saúde de São Paulo frente aos riscos climáticos. A ação é essencial para institucionalizar a resiliência climática no setor, protegendo a população e minimizando os impactos sanitários das mudanças do clima.

Indicador

Número de encontros do GT de Mudanças Climáticas da SMS relativos à elaboração do Plano realizado (un)

Prazo

2028

Secretaria Responsável	Secretaria de Apoio
SMS	N/A
Setor de Mitigação	Risco Climático
Energia/Edifícios	Ondas de Calor Inundação Secas meteorológicas

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar
ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima
ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Ações

Ação	Indicador	Prazo	Secretaria Responsável	Secretaria de Apoio
79.1 - Publicar portaria implantando o Grupo de Trabalho de Mudanças Climáticas da SMS.	Portaria implantando o Grupo de Trabalho de Mudanças Climáticas da SMS publicada	2026	SMS	N/A
79.2 - Realizar, a partir de 2027, 1 reunião ordinária a cada 6 meses de acordo com cronograma pré-definido pelo Grupo de Trabalho	Número de reuniões ordinárias do GT realizadas a cada seis meses (un)	2050	SMS	N/A

META 80

Publicar o Plano de Contingência para Resposta aos Desastres Hidrológicos (enchentes, alagamentos, inundações) da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS).

Descrição

Ao fortalecer o planejamento e a capacidade de resposta institucional por meio da publicação do Plano de Contingência para Resposta aos Desastres Hidrológicos, a iniciativa contribui para a adaptação às mudanças climáticas, o aumento da resiliência do sistema municipal de saúde e a redução dos riscos associados a desastres hidrológicos.

Indicador

Plano de Contingência para Resposta a Desastres Hidrológicos da SMS publicado

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMS

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Inundações

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Ações

Ação

Indicador

Prazo

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

80.1 - Elaborar no Grupo de Trabalho de Mudanças Climáticas da SMS o Plano de Contingência para Resposta aos Desastres Hidrológicos.

Plano de Contingência para Resposta a Desastres Hidrológicos da SMS elaborado

2027

SMS

n/a

80.2 - Capacitar profissionais dos serviços de saúde do município às diretrizes do Plano de Contingência para Desastres Hidrológico da SMS.

Número de profissionais dos serviços de saúde do município capacitados no Plano de Contingência para

2028

SMS

n/a

	Desastres Hidrológicos (un)			
80.3 - Adaptar os fluxos de trabalho dos serviços de saúde do município às diretrizes do Plano de Contingência para Desastres Hidrológico da SMS.	Fluxos de trabalho dos serviços de saúde do município adaptados ao Plano de Contingência para Desastres Hidrológicos	2028	SMS	n/a

META 81

Instalar brise e/ou vidros insulados em 2 hospitais municipais para promoção de conforto térmico.

Descrição

A instalação de brise e/ou vidros insulados promove o conforto térmico nos ambientes internos, reduzindo a necessidade de climatização artificial, por meio da minimização da incidência direta de radiação solar e as trocas excessivas de calor. Assim, reduz as emissões oriundas do consumo de energia, ao mesmo tempo que contribui para a adaptação aos riscos de ondas de calor.

Indicador

Número de hospitais municipais que receberam brise e/ou vidros insulados para conforto térmico (un)

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMS

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

Energia/Edificações

RISCO CLIMÁTICO

Ondas de Calor

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

ODS 7 – Energia Limpa e Acessível

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 82

Instalar placas fotovoltaicas em 2 hospitais municipais.

Descrição

A meta busca reduzir o consumo de energia proveniente de fontes fósseis, diminuir as emissões de gases de efeito estufa e aumentar a eficiência energética e a autonomia dos hospitais. Ao incorporar soluções de energia limpa na infraestrutura pública, a iniciativa contribui para a mitigação das mudanças climáticas, a redução de custos operacionais no médio e longo prazo e o fortalecimento da sustentabilidade ambiental dos serviços de saúde do município.

Indicador

Número de hospitais com placas fotovoltaicas instaladas (un)

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMS

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

Energia/Edificações

RISCO CLIMÁTICO

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

ODS 7 – Energia Limpa e Acessível

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria Responsável

Secretaria de Apoio

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 83

Construir reservatório de captação de águas pluviais em 2 hospitais municipais.

Descrição

A meta visa possibilitar o reaproveitamento da água da chuva para usos não potáveis, como limpeza, irrigação de áreas verdes e outros serviços operacionais, contribuindo para a adaptação às mudanças climáticas e para o aumento da resiliência frente a períodos de escassez hídrica. Ao fortalecer a gestão sustentável dos recursos hídricos, a iniciativa também promove maior eficiência e segurança no funcionamento dos serviços públicos de saúde.

Indicador

Número de hospitais municipais com reservatório de captação de águas construído (un)

Prazo

2028

Secretaria Responsável

SMS

Secretaria de Apoio

N/A

Setor de Mitigação

N/A

Risco Climático

Secas Meteorológicas

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

ODS 6 – Água Potável e Saneamento

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria Responsável

Secretaria de Apoio

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 84

Implantar melhorias para substituição de gases por meio de alternativas como gases ecológicos (R410A, R32 e outros fluidos baixos GWP) em pelo menos 2 hospitais municipais.

Descrição

A meta tem como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa associadas aos sistemas de refrigeração e climatização hospitalar, ao mesmo tempo em que promove maior eficiência e segurança operacional dos equipamentos. Ao modernizar a infraestrutura dos serviços de saúde, a iniciativa contribui para a mitigação das mudanças climáticas e para o fortalecimento da sustentabilidade ambiental dos equipamentos públicos do município.

Indicador

Número de hospitais com implantação de mecanismos de substituição de gases por alternativas ecológicas (un)

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMS

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

Energia/Edificações

RISCO CLIMÁTICO

Ondas de Calor

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

ODS 7 – Energia Limpa e Acessível

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Ações**AÇÃO****INDICADOR****PRAZO****SECRETARIA RESPONSÁVEL****SECRETARIA DE APOIO**

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

O. Objetivo Estratégico: Promover a centralidade da primeira infância nas políticas climáticas, assegurando sua proteção, participação e vínculo com a natureza.

META 85							
Realizar ao menos uma ação por ano de sensibilização dos agentes públicos municipais sobre os efeitos das mudanças climáticas para a primeira infância, especialmente ondas de calor.							
Descrição							
Ações de incidência na temática da primeira infância são importantes para aumentar a conscientização dos gestores municipais sobre a maior vulnerabilidade dessa faixa etária aos eventos climáticos extremos, particularmente as ondas de calor. Devem ser priorizados gestores que atuem em áreas vinculadas ao tema, como saúde, prevenção de riscos e desastres, educação, entre outras.							
Indicador							
Número de ações de incidência em primeira infância realizadas para servidores municipais (un)							
Prazo							
2028							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SEPE		SECLIMA					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
N/A		Ondas de Calor Secas Meteorológicas					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
ODS 3 – Saúde e Bem-Estar ODS 4 – Educação de Qualidade ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria Responsável	Secretaria de Apoio			
85.1 - Até 2028, incluir a temática da primeira infância como pauta em, ao menos, 1 reunião por ano do Plano Preventivo de Chuvas (PPC) e 1 reunião por ano do Plano de Contingência de Baixa Umidade (PCBU).	Número de reuniões do PPC e PCBU, no ano, em que foi incluída a pauta da Primeira Infância (un)	2028	SECLIMA	SEPE			
85.2 - Até 2028, realizar, no mínimo, uma campanha educativa por ano sobre os efeitos da baixa qualidade do ar sobre a saúde da primeira infância para profissionais da	Número de campanhas educativas sobre baixa qualidade do ar e primeira infância para	2028	SME	SEPE, SECLIMA			

educação municipal.	profissionais da educação municipal (un)			
85.3 - Até 2028, realizar, no mínimo, uma campanha educativa sobre os efeitos das altas temperaturas sobre a saúde da primeira infância para profissionais da educação municipal.	Número de campanhas educativas sobre altas temperaturas e primeira infância para profissionais da educação municipal (un)	2028	SME	SEPE, SECLIMA
85.4 - Até 2028, realizar eventos e produzir materiais de sensibilização para agentes públicos municipais e sociedade civil sobre os efeitos das mudanças climáticas para a primeira infância, bem como medidas práticas para enfrentamento do fenômeno.	Número de materiais publicados e eventos realizados (un)	2028	SEPE	SECLIMA

META 86

Até 2032, implementar ao menos 2 (dois) protocolos que orientem os equipamentos públicos que atendem crianças, principalmente na primeira infância, e a população em geral sobre os procedimentos a serem adotados em casos de baixa qualidade do ar e altas temperaturas.

DESCRÍÇÃO

A implementação de protocolos voltados à proteção da saúde diante de episódios de baixa qualidade do ar e de altas temperaturas tem como objetivo orientar a atuação dos equipamentos públicos que atendem crianças, especialmente na primeira infância, bem como a população em geral.

INDICADOR

Número de protocolos implementados (un)

PRAZO

2032

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
Intersecretarial	SEPE, SME, SMS, SMSU, SECLIMA
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
N/A	Ondas de Calor Secas Meteorológicas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
<p>86.1 Até 2030, realizar ao menos uma campanha por ano de divulgação do protocolo "ORIENTAÇÕES DE SAÚDE PARA AMBIENTE ESCOLAR DURANTE AS ALTAS TEMPERATURAS E BAIXA UMIDADE DO AR" (Nota Técnica SMS/SEABEVS/CAB/COVISA e SME nº 2, de 12/09/2024)</p>	<p>Número de campanhas de divulgação (un)</p>	<p>2030</p>	<p>SME</p>	<p>SMS, SEPE</p>
<p>86.2 Até 2030, desenvolver protocolos emergenciais específicos para atendimento às infâncias em unidades básicas de saúde em casos de altas temperaturas</p>	<p>Protocolo desenvolvido</p>	<p>2030</p>	<p>SMS</p>	<p>SEPE, SECLIMA</p>

e em casos de baixa qualidade do ar (níveis N3, N4 e N5 da CETESB)				
86.3 Viabilizar anualmente, com o apoio da Comissão Técnica da Primeira Infância e Comitês Gestores Regionais da Primeira Infância, a ampla divulgação dos Protocolos de orientação aos equipamentos que atendem crianças na primeira infância sobre os procedimentos a serem adotados em casos de baixa qualidade do ar e altas temperaturas.	Protocolos disseminados	2030	SEPE	SECLIMA, SMS, SME
86.4 Desenvolver, junto à SMS, informes técnicos específicos para atendimento às infâncias em unidades básicas de saúde em casos de altas temperaturas.	Protocolos disseminados	2030	SMS	SEPE, SECLIMA

P. Objetivo estratégico: Adaptar a política de assistência social aos impactos das mudanças climáticas, promovendo proteção e inclusão para populações vulneráveis.

META 87								
Assegurar que todas as Vilas Reencontro contem com hortas comunitárias em suas dependências, totalizando 20 unidades até 2028, em consonância com o número previsto de Vilas a serem implantadas até esse período.								
Descrição								
A Vila Reencontro é um programa da Prefeitura de São Paulo que oferece moradia transitória e apoio socioassistencial a pessoas e famílias em situação de rua. A meta promove a convivência comunitária, a educação ambiental e a reinserção profissional dos usuários das Vilas Reencontro por meio da produção de alimentos. A iniciativa alia a prática socioassistencial ao desenvolvimento de competências relacionadas a uma economia de baixo carbono.								
Indicador								
Número de Vilas Reencontro com hortas comunitárias (un)								
Prazo								
2028								
Secretaria Responsável	Secretaria de Apoio							
SMADS	N/A							
Setor de Mitigação	Risco Climático							
N/A	N/A							
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável								
ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável ODS 10 – Redução das Desigualdades ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima								
Ações								
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria Responsável	Secretaria de Apoio				
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A				

META 88

Promover, ao menos uma vez por ano até 2028, ações de capacitação e profissionalização voltadas à economia verde, economia circular e agricultura urbana, destinadas aos usuários das Vilas Reencontro.

Descrição

A iniciativa busca ampliar oportunidades de qualificação, geração de trabalho e renda para os usuários das Vilas Reencontro, alinhando a promoção da assistência social com o desenvolvimento de competências para a transição para uma economia de baixo carbono.

Indicador

Número de ações de capacitação e/ou profissionalização voltadas à economia verde e agricultura urbana realizadas para usuários das Vilas Reencontro por ano (un)

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMADS

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

Resíduos

RISCO CLIMÁTICO

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Ações

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 89

Integrar o formulário eletrônico de vítimas de eventos climáticos extremos ao Plano Preventivo de Chuvas (PPC)

Descrição

Promover a integração do formulário eletrônico de registro de vítimas de eventos climáticos extremos ao Plano Preventivo de Chuvas (PPC), de modo a sistematizar a coleta, o compartilhamento e a análise de informações em tempo oportuno. Essa integração visa qualificar o monitoramento dos impactos sociais dos eventos extremos, apoiar a tomada de decisão pelos órgãos responsáveis, aprimorar as ações de resposta e prevenção e fortalecer a proteção da população mais vulnerável.

Indicador

Formulário integrado ao PPC

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMADS

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Inundações

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

3 – Saúde e Bem-Estar

16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria Responsável

Secretaria de Apoio

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 90

Até 2028, realizar semestralmente, em parceria com o Espaço do Aprender Social (ESPASO), ao menos seis ciclos formativos voltados à qualificação técnica e ao acompanhamento de práticas socioassistenciais adaptadas às mudanças climáticas.

Descrição

O ESPASO planeja e executa a formação continuada das equipes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade de São Paulo. A meta tem como objetivo fortalecer as capacidades de profissionais e agentes da rede socioassistencial para a incorporação da perspectiva climática em suas práticas, qualificando o atendimento a populações vulneráveis diante de eventos extremos e outros impactos climáticos.

Indicador

Número de ciclos formativos para qualificação de práticas socioassistenciais adaptadas às mudanças climáticos realizado por semestre (un)

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMADS

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

SECRETARIA DE APOIO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

Inundações
Ondas de Calor

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 4 – Educação de Qualidade

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Ações

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

9.4 Cuidar dos Biomas, fortalecer a cidade

Q. Objetivo estratégico: Reforçar os ecossistemas e os serviços ambientais como estratégias de adaptação, mitigação e de proteção da biodiversidade no território.

META 91							
Publicar o Mapeamento de Nascentes do Município de São Paulo.							
DESCRIÇÃO							
<p>Coordenação das ações da PMSP para proteção e requalificação de nascentes, com soluções baseadas na natureza (SbN). A proteção das nascentes será incrementada por intervenções físicas ou estruturais, promovendo a prestação de serviços ambientais e ecossistêmicos. Apesar da dificuldade que nascentes oferecem para o mapeamento, dado que são elementos dinâmicos da paisagem, o mapeamento das nascentes apoiará sua proteção e, com isso, a conservação das águas no Município, para além de seu uso potencial em educação ambiental.</p>							
INDICADOR							
Mapeamento de nascentes publicado							
PRAZO							
2032							
SECRETARIA RESPONSÁVEL		SECRETARIA DE APOIO					
SVMA		SIURB, SMSUB, SMUL, SMADS, SMS					
SETOR DE MITIGAÇÃO		RISCO CLIMÁTICO					
N/A		<ul style="list-style-type: none"> • Ondas de Calor • Inundações 					
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL							
<p>6 – Água Potável e Saneamento 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima 15 – Vida Terrestre</p>							
AÇÕES							
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO			
91.1 - Levantar as iniciativas existentes de mapeamento de nascentes no Município.	Levantamento de iniciativas de mapeamentos realizados	2026	SVMA	SIURB, SMSUB, SMUL, SMADS, SMS			
91.2 - Desenvolver ferramenta digital para mapeamento participativo de nascentes.	Ferramenta digital em operação	2028	SVMA	SIURB, SMSUB, SMUL, SMADS, SMS,			

				SMIT, PRODAM
91.3 - Consolidar as diferentes informações disponíveis em uma base de dados unificada sobre as nascentes no Município.	Base de dados sobre nascentes consolidada	2032	SVMA	SIURB, SMSUB, SMUL, SMADS, SMS, SMIT, PRODAM
91.4 - Estabelecer diretrizes e critérios para a continuidade do mapeamento.	Diretrizes e critérios publicados	2032	SVMA	SIURB, SMSUB, SMUL, SMADS, SMIT, PRODAM
91.5 - Implementar processo participativo, que pode ser intitulado como "guardiões das nascentes", para capacitar e realizar oficinas em escolas públicas, associações comunitárias e coletivos ambientais alimentarem a plataforma.	Processo participativo implementado	N/A	SVMA	N/A
91.6 - Criar um sistema de gamificação ou certificação para engajar voluntários e escolas que participarem ativamente.	Sistema de gamificação ou certificação criado	N/A	SVMA	N/A

META 92							
Ampliar em 50% a quantidade de provedores contemplados no Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA Mananciais), passando de 24 (em 2024) para 36 em 2048, 48 até 2032 e, no mínimo, 100 até 2040.							
DESCRIÇÃO							
A iniciativa busca fortalecer a conservação e a recuperação ambiental das áreas de mananciais por meio do incentivo econômico a práticas sustentáveis de uso e manejo do território. Ao valorizar os serviços ecossistêmicos prestados por proprietários e comunidades locais, a ação contribui para a proteção dos recursos hídricos e para a adaptação às mudanças climáticas.							
INDICADOR							
Percentual de aumento de provedores contemplados por PSA (%)							
PRAZO							
2028-2040							
SECRETARIA RESPONSÁVEL		SECRETARIA DE APOIO					
SVMA		N/A					
SETOR DE MITIGAÇÃO		RISCO CLIMÁTICO					
Transportes Resíduos Energia/Edifícios		<ul style="list-style-type: none"> • Ondas de Calor • Inundações • Secas Meteorológicas 					
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL							
6 – Água Potável e Saneamento 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima 15 – Vida Terrestre							
AÇÕES							
AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO			
92.1 - Lançar o segundo edital de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) até 2028, mantendo a diretriz de lançamento de novos editais até 2050.	Número de editais de PSA em vigência (un)	2028	SVMA	N/A			
93.2 - Disponibilizar publicamente as atualizações da camada Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com dados extraídos do Cadastro das Áreas	Camada de PSA atualizada e publicada	2028	SVMA	N/A			

Prestadoras de Serviços Ambientais (CADPSA).				
92.3 - Publicar versões resumidas em linguagem cidadã dos relatórios técnicos, contendo infográficos e indicadores-chave, para ampliar o alcance social e a compreensão da sociedade sobre o CADPSA.	Versões resumidas dos relatórios publicados	2028	SVMA	N/A

META 93							
Implantar os corredores verdes, considerando as diretrizes presentes no Guia Metodológico de Diretrizes para implantação de Corredores Verdes.							
Descrição							
<p>A iniciativa tem como objetivo estruturar e conectar áreas verdes por meio de soluções baseadas na natureza (SbN), promovendo a continuidade ecológica, a melhoria do microclima urbano e o aumento da biodiversidade. Ao integrar planejamento urbano, infraestrutura verde e adaptação às mudanças climáticas, a ação contribui para a redução de ilhas de calor, aumento da infiltração da água no solo e para a ampliação dos serviços ecossistêmicos.</p>							
Indicador							
Corredores verdes implantados (un)							
Prazo							
2032							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SVMA		N/A					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Transportes Energia/Edifícios		Inundações Ondas de Calor					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
3 – Saúde e Bem-Estar 11 - Cidades e comunidades sustentáveis 13 – Combate às alterações climáticas 15 – Vida Terrestre							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria Responsável	Secretaria de Apoio			
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A			

META 94							
Elaborar cronograma de produção de mudas nativas da flora paulistana climaticamente resilientes, nos viveiros municipais de produção da SVMA.							
Descrição							
A iniciativa visa orientar o planejamento e a organização da produção de espécies adequadas às condições climáticas atuais e futuras, garantindo o fornecimento contínuo de mudas para ações de arborização urbana, recuperação ambiental e conservação da biodiversidade.							
Indicador							
Cronograma elaborado							
Prazo							
2032							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SVMA		N/A					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Energia/Edificações		<ul style="list-style-type: none"> • Ondas de Calor • Inundações 					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis 13 – Ação Contra a Mudança do Clima 15 – Vida Terrestre							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria Responsável	Secretaria de Apoio			
94.1 - Estabelecer e publicar listagem com as espécies nativas da flora paulistana.	Listagem de espécies publicada	2028	SVMA	N/A			
94.2 - Elaborar estudo que estabeleça os parâmetros para definição de espécies da flora resilientes às mudanças climáticas.	Estudo de parâmetros de resiliência	2028	SVMA	N/A			
94.3 - Elaborar pesquisa focada na produção das espécies da flora resilientes às mudanças climáticas.	Pesquisa sobre produção da flora publicada	2030	SVMA	N/A			

META 95

Revisar o Manual Técnico de Arborização Urbana.

DESCRIÇÃO

O Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) previu, em seu Plano de Ação, a Ação 7 (página 389), sobre a revisão do Manual Técnico de Arborização Urbana, o que também foi incorporado pelo PlanClima SP, reforçando a integração entre os instrumentos de planejamento e a atualização das orientações técnicas para a arborização urbana no município. A revisão do manual permitirá aprimorar as diretrizes técnicas para o planejamento, implantação e manejo da arborização no município, incorporando critérios de adaptação às mudanças climáticas, resiliência ambiental e qualificação do espaço urbano.

INDICADOR

Revisão do Manual publicada

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SVMA

SECRETARIA DE APOIO

SMSUB, SIURB, CET

SETOR DE MITIGAÇÃO

Energia/Edifícios
Transportes

RISCO CLIMÁTICO

- Ondas de Calor
- Inundações

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

15 – Vida Terrestre

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

9.5 Gerar trabalho e riqueza sustentáveis

R. Objetivo estratégico: Fomentar uma economia verde e inclusiva, com geração de trabalho digno, inovação e práticas sustentáveis nos territórios.

META 96							
Descrição							
Indicador							
<p>Criar 10 cursos com foco em economia verde e economia circular nos programas de capacitação empreendedora e qualificação profissional voltadas para o mercado de trabalho.</p>							
Prazo							
2032							
Secretaria responsável		Secretaria de Apoio					
SMDET		N/A					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Resíduos		N/A					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
<p>ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</p> <p>ODS 4 – Educação de Qualidade</p> <p>ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis</p> <p>ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima</p>							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria responsável	Secretaria de Apoio			
96.1 - Identificar, a partir da metodologia de "Empregos verdes: Rumo ao Desenvolvimento Sustentável", quais as habilidades verdes e/ou de economia circular que são demandadas pelo mercado de trabalho.	Mapeamento entregue	2026	SMDET	N/A			
96.2 - Mapear quais cursos e qualificações ofertados nos programas municipais de capacitação empreendedora e	Mapeamento entregue	2026	SMDET	N/A			

qualificação profissional voltadas para o mercado de trabalho incluem essas habilidades e, portanto, podem ser considerados verdes e/ou de economia circular.				
---	--	--	--	--

META 97

A partir de 2026, realizar anualmente 25 oficinas para o público geral sobre compostagem de resíduos, minhocário e outras técnicas de aproveitamento, com finalidade de promover a conscientização.

Descrição

Promover ações continuadas de educação ambiental voltadas à disseminação de práticas de aproveitamento de resíduos orgânicos, por meio de atividades formativas abertas à população, estimulando a redução da geração de resíduos, o desvio de materiais dos aterros e a adoção de soluções sustentáveis no cotidiano.

Indicador

Número de oficinas oferecidas (un)

Prazo

2050

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMDET

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

Resíduos

RISCO CLIMÁTICO

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

4 – Educação de qualidade

11 – Cidades e comunidades sustentáveis

12 – Consumo e produção responsáveis

13 – Ação contra a mudança do clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 98

Realizar 1 capacitação por ano sobre o tema 'compostagem' para os locais de agricultura atendidos pelo Programa Sampa+Rural, estimulando a realização da compostagem "in loco".

Descrição

A meta busca fortalecer capacidades técnicas dos agricultores para o manejo adequado de resíduos orgânicos, promovendo sua transformação em composto para uso no próprio local. Dessa forma, contribui para a redução da quantidade de resíduos destinados à coleta e disposição final, para a diminuição das emissões associadas ao tratamento de resíduos e para o fortalecimento da economia circular.

Indicador

Quantidade de capacitações realizadas sobre o tema "compostagem"

Prazo

2040

Secretaria Responsável

SMDET

Secretaria de Apoio

SELIMP

Setor de Mitigação

Resíduos

Risco Climático

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria Responsável

Secretaria de Apoio

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 99

Ampliar a circularidade a partir da distribuição de resíduos de poda para mais 50 locais de agricultura e hortas.

Descrição

A ação promove o reaproveitamento dos resíduos de poda como insumo produtivo, especialmente para cobertura do solo e melhoria da fertilidade, reduzindo o envio de resíduos para disposição final e as emissões associadas ao tratamento. Ao integrar a gestão de resíduos à produção de alimentos e à agricultura urbana, a iniciativa contribui para a economia circular, o fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis e o aumento da resiliência climática local.

Indicador

Número dos locais de agricultura atendidos pelo Sampa+Rural que recebem composto e resíduo de poda triturada para fins agrícolas (un)

Prazo

2028

Secretaria responsável

SMDT

Secretaria de Apoio

N/A

Setor de Mitigação

Resíduos

Risco Climático

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

ODS 15 – Vida Terrestre

Ações

Ação	Indicador	Prazo	Secretaria responsável	Secretaria de Apoio
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

META 100

Acelerar, no âmbito do GREEN SAMPA por VAI TEC, 200 startups de tecnologias verdes até 2032, 300 até 2036 e 400 até 2040.

Descrição

A meta visa fomentar a inovação e o empreendedorismo sustentável no município, oferecendo apoio técnico, capacitação, mentoria e acesso a redes de financiamento e mercado. Ao estimular soluções voltadas à mitigação das emissões de gases de efeito estufa, à adaptação às mudanças climáticas e à eficiência no uso de recursos, a iniciativa contribui para a transição para uma economia de baixo carbono, a geração de empregos verdes e o fortalecimento do ecossistema de inovação climática em São Paulo.

Indicador

Número de startups de tecnologias verdes aceleradas (un)

Prazo

2028

Secretaria responsável

SMDT

Secretaria de Apoio

N/A

Setor de Mitigação

Resíduos
Transportes
Energia/Edifícios

Risco Climático

Inundações
Ondas de Calor
Secas Meteorológicas

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria responsável

Secretaria de Apoio

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 101

Ampliar o número de Escolas Estufa para 13 unidades.

DESCRIÇÃO

A ampliação do número de Escolas Estufa para 13 unidades tem como objetivo fortalecer a educação ambiental e climática no município. As Escolas Estufa atuam como espaços demonstrativos e pedagógicos, integrando práticas de agricultura urbana, uso eficiente de recursos naturais e conscientização socioambiental.

INDICADOR

Número de estufas-escola implementadas (un)

PRAZO

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMDET

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

Resíduos
Transportes
Energia/Edifícios

RISCO CLIMÁTICO

Inundações
Ondas de Calor
Secas Meteorológicas

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

ODS 4 – Educação de Qualidade

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

101.1 - Garantir a inserção dos moradores locais nas ações de geração de trabalho e renda nas Escolas Estufa.

Quantidade de bolsistas do POT Agricultura ativos nas Escolas Estufa

2028

SMDET

N/A

META 102

Beneficiar 3 mil pessoas para geração de trabalho e qualificação profissional voltada à inclusão socioeconômica de pessoas em vulnerabilidade social.

Descrição

A meta visa promover a inclusão socioeconômica de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio da oferta de oportunidades de geração de trabalho, renda e qualificação profissional. Ao fortalecer competências profissionais e ampliar o acesso ao mercado de trabalho, a iniciativa contribui para a redução das desigualdades sociais e para o aumento da resiliência das populações mais vulneráveis frente aos impactos das mudanças climáticas.

Indicador

Pessoas beneficiadas pelo POT Zeladoria

Prazo

2028

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SMDT

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 1 – Erradicação da Pobreza

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria Responsável

Secretaria de Apoio

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 103

Até 2030, dobrar o número de feiras de produtores orgânicos em áreas periféricas e de “desertos alimentares”.

Descrição

Ampliar de forma significativa a presença de feiras de produtores orgânicos em áreas periféricas e em desertos alimentares, visando fortalecer o acesso da população a alimentos saudáveis e de qualidade. A iniciativa contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, para a promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis e para a redução das desigualdades socioespaciais no abastecimento alimentar do município.

Indicador

Número de feiras de produtores orgânicos em áreas periféricas e desertos alimentares (un)

Prazo

2030

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SESANA	SMADS e SMSUB
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
N/A	N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

ODS 10 – Redução das Desigualdades

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

Ações

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
103.1 - Até 2026 realizar um estudo para identificar os “desertos alimentares” e os espaços públicos com potencial para abrigar novas feiras (praças, terrenos subutilizados, áreas próximas a terminais de transporte).	Estudo publicado	2026	SESANA	SMADS/SMSUB
103.2 - A partir de 2027, iniciar a implementação de feiras de produtores orgânicos nas áreas mapeadas.	Número de feiras implementadas (un)	2027	SESANA	SMDET

S. Objetivo estratégico: Transformar as escolas em territórios educadores para a justiça climática.

META 104							
Até 2030, certificar 15.000 profissionais da Educação em temáticas da mudança do clima, 50.000 até 2040 e 80.000 até 2050.							
Descrição							
A meta tem como objetivo fortalecer as capacidades do corpo educacional para a abordagem qualificada do tema do clima nos processos pedagógicos e na gestão escolar, promovendo a disseminação de conhecimentos sobre mitigação, adaptação e sustentabilidade. Ao ampliar a formação continuada de educadores, a iniciativa contribui para a educação climática de longo prazo, o engajamento das comunidades escolares e a construção de uma cultura de resiliência e responsabilidade ambiental no município.							
Indicador							
Número de certificados emitidos (un)							
Prazo							
2028							
Secretaria Responsável		Secretaria de Apoio					
SME		N/A					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
Transportes Resíduos Energia/Edifícios		Secas Meteorológicas Inundações Ondas de Calor					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
4 – Educação de Qualidade 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria Responsável	Secretaria de Apoio			
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A			

META 105

Até 2030, no âmbito da educação ambiental formal, realizar 10 atividades de formação e conscientização sobre mudanças climáticas para estudantes da rede municipal, 30 até 2040 e 50 até 2050.

Descrição

As iniciativas deverão integrar conteúdos pedagógicos, práticas educativas e ações de engajamento, abordando temas como mitigação, adaptação e sustentabilidade de forma adequada às diferentes faixas etárias. Ao ampliar o alcance da educação climática nas escolas municipais, a ação contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, para a promoção de comportamentos sustentáveis e para o fortalecimento da resiliência climática no longo prazo.

Indicador

Número de atividades de formação e/ou conscientização sobre mudanças climáticas para estudantes da rede realizadas (un)

Prazo

2050

Secretaria responsável

SME

Secretaria de Apoio

N/A

Setor de Mitigação

N/A

Risco Climático

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

4 – Educação de Qualidade

13 – Ação contra a Mudança Global do Clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

Secretaria responsável

Secretaria de Apoio

N/A

N/A

N/A

N/A

N/A

META 106

Garantir a realização de ao menos 01 projeto por ano sobre educação ambiental em todas as unidades educacionais da RMSP, em conformidade com o Currículo de Educação Ambiental.

Descrição

As iniciativas deverão integrar conteúdos pedagógicos, práticas educativas e ações de engajamento, abordando temas como mitigação, adaptação e sustentabilidade de forma adequada às diferentes faixas etárias. Ao ampliar o alcance da educação climática nas escolas municipais, a ação contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, para a promoção de comportamentos sustentáveis e para o fortalecimento da resiliência climática no longo prazo.

Indicador

Percentual de Unidades Escolares com ao menos um projeto de Educação Ambiental (%)

Prazo

2050

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SME

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

4 – Educação de Qualidade

13 – Ação contra a Mudança Global do Clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

106.1 Até 2050, manter ações contínuas de implementação do Currículo de Educação Ambiental municipal, promovendo ao menos 2 formações anuais sobre o documento curricular.

Número de formações anuais de implementação do Currículo de Educação Ambiental (un)

2050

SME

N/A

106.2 Até 2050, garantir a entrega de documentos físicos (OPEA e demais materiais relacionados à Educação Ambiental) para as novas unidades educacionais.

Percentual de novas unidades educacionais com recebimento dos documentos físicos relacionados à Educação Ambiental (%)

2050

SME

N/A

106.3 Até 2027, garantir que todos os materiais da RMESP

Percentual dos materiais da

2027

SME

N/A

abordem a Educação Ambiental Crítica e suas interseccionalidades.	RMESP que abordam a Educação Ambiental Crítica (%)			
106.4 Até 2028, deliberar a criação de Comitês de Educação Ambiental, normatizando sua estrutura e funcionamento dentro das unidades educacionais.	Norma instituindo e estruturando os Comitês de Educação Ambiental publicada	2028	SME	N/A
106.5 Até 2029, consolidar o Rolê Agroecológico como ação pedagógica, garantindo a participação de pelo menos 80% das turmas a quem se destinar a ação, definidas anualmente.	Percentual anual de turmas contempladas pelo Rolê Agroecológico (%)	2029	SME	N/A
106.6 Até 2030, garantir projetos de Educação Ambiental para todas as etapas e modalidades de todos os segmentos da educação municipal.	Percentual de etapas e modalidades atendidas por projetos de Educação Ambiental (%)	2030	SME	N/A

META 107

Qualificar o uso pedagógico de espaços educadores para a promoção da Educação Ambiental Crítica e garantia da discussão sobre as mudanças climáticas no cotidiano da comunidade escolar.

Descrição

A meta busca favorecer o entendimento de espaços diversos como educadores, incluindo-se a oferta de saídas pedagógicas para conhecer outros espaços da cidade.

Indicador

Número de formações e de saídas pedagógicas na perspectiva da Educação Ambiental Crítica e das mudanças climáticas (un)

Prazo

2030

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SME

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

4 – Educação de Qualidade

13 – Ação contra a Mudança Global do Clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

107.1 Até 2030, realizar ao menos 5 formações anuais sobre espaços educadores na perspectiva da Educação Ambiental Crítica para profissionais da educação da RMESP.

Número de formações anuais sobre espaços educadores na perspectiva da Educação Ambiental Crítica para profissionais da educação da RMESP realizadas (un)

2030

SME

N/A

107.2 Garantir no mínimo 10 saídas pedagógicas anuais ligadas a Educação Ambiental Crítica, para os estudantes e educadores da RMESP, promovidas pela SME.

Número de saídas pedagógicas anuais ligadas à Educação Ambiental Crítica realizadas (un)

2030

SME

N/A

META 108

Ampliar o programa Cardápio Escolar Sustentável para as escolas municipais por meio da substituição da proteína animal por vegetal, sem perda de valor nutricional, pelo menos 1 vez por semana, nos cardápios de todas as unidades educacionais sob administração municipal.

DESCRÍÇÃO

Visa promover hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis desde a infância, ao mesmo tempo em que reduz os impactos ambientais associados ao sistema alimentar. Integrando critérios de saúde, sustentabilidade e educação alimentar no ambiente escolar, a iniciativa contribui para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, a educação climática e o fortalecimento de sistemas alimentares de baixo carbono no município.

INDICADOR

Percentual de unidades educacionais com Cardápio Escolar Sustentável com periodicidade semanal implementado (%)

PRAZO

2030

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SME	N/A
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
N/A	N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima

AÇÕES

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
<p>108.1 Oferecer formações para, ao menos, 1 representante da equipe da cozinha e 1 representante da equipe de cada unidade escolar, sobre o programa, os benefícios ambientais e de saúde da redução do consumo de proteína animal e aumento do consumo de vegetais.</p>	<p>Percentual de unidades escolares atendidas pelas formações por ano (%)</p>	<p>2030</p>	<p>SME</p>	<p>N/A</p>

META 109

Garantir que 80% das Unidades Educacionais tenham realizado formações sobre Currículo da Cidade: Educação Alimentar e Nutricional - Orientações Pedagógicas.

DESCRÍÇÃO

A iniciativa busca fortalecer a abordagem da educação alimentar e nutricional no ambiente escolar, incentivando práticas pedagógicas integradas, a promoção da alimentação adequada e saudável e a formação de hábitos alimentares conscientes.

INDICADOR

Percentual de escolas que tenham realizado formações (%)

PRAZO

2030

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SME

SECRETARIA DE APOIO

N/A

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

N/A

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

4 – Educação de Qualidade

AÇÕES

AÇÃO

INDICADOR

PRAZO

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

109.1 Divulgar documento para rede municipal.

Número de campanhas de divulgação realizadas

2026

SME

N/A

META 110

Ampliar em 20% o número de Unidades Educacionais com hortas ativas.

Descrição

A ampliação de Unidades Educacionais com hortas ativas fortalece a educação ambiental e alimentar no ambiente escolar, promovendo práticas pedagógicas integradas, o contato direto com a natureza e a valorização da alimentação saudável. A iniciativa contribui para o desenvolvimento de hábitos sustentáveis, para a sensibilização sobre sistemas alimentares e para o engajamento da comunidade escolar.

Indicador

Percentual de unidades educacionais com hortas ativas (%)

Prazo

2030

SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
SME	N/A
SETOR DE MITIGAÇÃO	RISCO CLIMÁTICO
N/A	N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

4 – Educação de Qualidade

13 – Ação contra a Mudança Global do Clima

Ações

AÇÃO	INDICADOR	PRAZO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	SECRETARIA DE APOIO
110.1 Oferecer formação para ao menos 1 membro das equipes das unidades educacionais com hortas ativas ou em fase de implantação, abordando temas pertinentes ao manejo da horta e sustentabilidade	Percentual de unidades educacionais com hortas ativas que receberam formação sobre manejo (%)	2030	SME	N/A

T. Objetivo estratégico: Promover a Educação Ambiental para o público geral, incorporando abordagens de mitigação e adaptação climática.

META 111							
Até 2030, implementar o Plano Municipal de Educação Ambiental de São Paulo (PMEA-SP), em especial as ações relacionadas à temática da mudança do clima.							
Descrição							
A meta busca fortalecer a compreensão dos impactos climáticos no território, estimular práticas sustentáveis, apoiar a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas e integrar a educação ambiental às políticas públicas municipais, contribuindo para a construção de uma cidade mais resiliente, justa e ambientalmente responsável.							
Indicador							
Plano de Ação do PMEA (2025-2028) implementado							
Prazo							
2030							
Secretaria responsável		Secretaria de Apoio					
SVMA		N/A					
Setor de Mitigação		Risco Climático					
N/A		N/A					
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável							
4 – Educação de qualidade 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima							
Ações							
Ação	Indicador	Prazo	Secretaria responsável	Secretaria de Apoio			
111.1 Até 2026, elaborar o Plano Municipal de Educação Climática de São Paulo, como um dos planos setoriais previstos na meta 4.2 do PMEA-SP.	Plano de Ação do PMEA (2025-2028) implementado	2026	SVMA	N/A			
111.2 Até 2028, atingir 240 mil pessoas com atividades de Educação Ambiental.	Número de pessoas atingidas com atividades de Educação Ambiental (un)	2028	SVMA	N/A			
111.3 Até 2028, capacitar 2 mil servidores em Educação Ambiental.	Número de servidores capacitados (un)	2028	SVMA	N/A			

META 112

Até 2026, garantir o lançamento e a implementação de uma campanha municipal robusta de comunicação e educação, em parceria com organizações da sociedade civil, que promova os múltiplos benefícios (saúde, clima, economia e direitos animais) da alimentação com maior base vegetal.

Descrição

A iniciativa buscará ampliar o conhecimento da população sobre os benefícios desse padrão alimentar para a saúde pública, a mitigação das mudanças climáticas, a economia e a proteção dos direitos dos animais. Por meio de estratégias de sensibilização, materiais educativos e ações de engajamento social, a campanha contribuirá para a promoção de hábitos alimentares mais sustentáveis e para o fortalecimento de sistemas alimentares de baixo carbono no município.

Indicador

Campanha implementada

Prazo

2026

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SESANA

SECRETARIA DE APOIO

SECOM/SME/SMS/CET

SETOR DE MITIGAÇÃO

N/A

RISCO CLIMÁTICO

N/A

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Ações

Ação

Indicador

Prazo

SECRETARIA RESPONSÁVEL

SECRETARIA DE APOIO

112.1 Utilizar a rede de canais e espaços públicos de comunicação, incluindo espaços publicitários no transporte público, murais em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e canais de comunicação escolares, além de firmar parcerias com a mídia, para garantir que as campanhas de educação alimentar alcancem a cobertura máxima no Município.

Lista de veículos utilizados na campanha

2026

SESANA

SECOM/SME/SMS/CET

10. GOVERNANÇA PARA A AÇÃO CLIMÁTICA

As mudanças climáticas impactam diversos setores da sociedade simultaneamente. Da saúde à educação, do planejamento orçamentário à gestão de resíduos sólidos, setores diversos da administração pública precisam adequar suas práticas às transformações causadas pelas mudanças climáticas. Por um lado, a gestão municipal deve trabalhar para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa na cidade de São Paulo. Por outro, precisa também preparar o município para as consequências da mudança do clima, como o aumento da temperatura média e de chuvas fortes.

O caráter diverso das mudanças climáticas demanda soluções intersetoriais, baseadas na cooperação horizontal entre diversos órgãos da gestão municipal. Trata-se de um desafio, visto que os governos, ao longo da história, acostumaram-se a atuar de forma departamentalizada.

A São Paulo (Município), por meio da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas (SECLIMA), vem desenvolvendo e aprimorando mecanismos de governança intersetorial que promovem a cooperação entre órgãos e Secretarias para consecução dos objetivos climáticos do Município.

10.1 Instâncias de governança para ação climática

O órgão que tem por missão centralizar a governança da ação climática na cidade de São Paulo é a SECLIMA. Conforme o Decreto nº 60.290/2021, a SECLIMA “tem por finalidade inserir a variável climática, a mudança do clima e a melhoria da gestão dos recursos ambientais nos processos decisórios do Governo Municipal”. À SECLIMA cabe também o acompanhamento da implementação do PlanClima SP, com a elaboração do Relatório Anual de Acompanhamento, assim como a revisão quadrienal do Plano. Além disso, a Secretaria deve servir como órgão de articulação com a sociedade civil, inclusive em âmbito internacional, para promoção da ação climática e do desenvolvimento sustentável.

A principal instância de interlocução entre órgãos da Prefeitura e a sociedade civil no âmbito da mudança do clima é o Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia (CMMCE), instituído pela Política de Mudança do Clima do Município de São Paulo (Lei nº 14.933/2009). Trata-se de órgão colegiado e consultivo, composto por representantes do Poder Público Municipal, Estadual e da sociedade civil. A Secretaria Executiva do CMMCE é exercida pela SECLIMA, do qual também fazem parte outras Secretarias Municipais, além de representantes de instituições como a USP, ICLEI, entre outras. O CMMCE consiste em espaço para troca de informações e articulação intersecretarial e da Prefeitura com a sociedade civil, permitindo o acompanhamento das atividades exercidas pela SECLIMA, assim como de demais projetos na área de mudanças climática desenvolvidos por outras secretarias e instituições.

Outra instância de governança intersetorial coordenada pela SECLIMA é o COMFROTA - Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frotas por Alternativas Mais Limpas, instituído pela Lei 14.933/2009. O objetivo principal do COMFROTA é contribuir para atingir as metas de redução de emissão das frotas municipais definidas pela Lei 14.933/2009, acompanhando

a melhoria anual dos indicadores de emissão, elaborando relatórios técnicos, avaliando novas tecnologias que permitam maior redução de emissões, entre outras atribuições.

10.2 Orçamento Climático

Instituído pelo Decreto 64.688/2025, o Orçamento Climático do Município de São Paulo (OCMSP) consiste em instrumento de integração entre o planejamento climático e o orçamento municipal, visando atingir as metas de redução de emissões da Política Municipal de Mudança do Clima e do PlanClima SP, além de viabilizar a adaptação da cidade aos riscos climáticos.

A principal instância de governança do OCMSP é o Comitê Gestor Intersetorial do Orçamento Climático - CGI-Clima, com papel estratégico e deliberativo. A coordenação é realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência (SEPLAN), tendo também como membros a SECLIMA e a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA). O CGI-CLIMA tem como atribuições definir as diretrizes e prioridades do OCMSP, além de realizar o monitoramento físico-orçamentário das ações climáticas.

Ao integrar o planejamento climático, sintetizado no PlanClima SP, ao planejamento orçamentário, o OCMSP confere à gestão municipal um instrumento robusto de gestão, monitoramento e avaliação das ações climáticas. Entre as possibilidades conferidas pelo OCMSP, estão a identificação e análise dos gastos e investimentos municipais vinculados à adaptação e mitigação das mudanças climáticas, a construção de indicadores de custo-efetividade de ações orçamentárias vinculadas à mudança do clima, a territorialização dos gastos para promoção da justiça climática, entre outras.

O primeiro OCMSP foi publicado em 2025 como Anexo IV do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029, cumprindo a Meta 114 do Programa de Metas (PdM) 2025-2028. Seu desenvolvimento contou com o apoio de parceiros estratégicos da São Paulo (Município), notadamente a organização de cidades C40 e a rede *City Data Alliance – Bloomberg Philanthropies*.

O OCMSP foi construído a partir da identificação e marcação das ações orçamentárias com benefícios para a adaptação e/ou mitigação das mudanças climáticas, em processo metodológico internacionalmente conhecido como etiquetagem climática ou *climate tagging*. Em sua primeira versão, o OCMSP projeta R\$ 122,2 bilhões de investimentos para o quadriênio 2026-2029, aproximadamente 20% do orçamento planejado para o período, centrados em três eixos principais: adaptação, mitigação e equidade.

10.3 Atores externos

A ação climática no Município de São Paulo conta com a cooperação e participação constante de atores externos à gestão municipal. Além do GTP e da Consulta Pública realizada para a revisão do PlanClima SP, a sociedade civil participa do CMMCE, acompanhando as atividades da SECLIMA. Ademais, há inúmeras parcerias firmadas com universidades, organizações do terceiro setor, entre outras, com vistas ao desenvolvimento de políticas de mitigação e adaptação alinhadas às expectativas da sociedade civil e às melhores práticas adotadas no setor privado.

O PlanClima SP, publicado em 2021, foi desenvolvido com extenso apoio da rede de cidades C40, que também acompanhou o processo de revisão do Plano. A iniciativa *City Data Alliance – Bloomberg Philanthropies* colaborou diretamente para a construção do OCMSP. Além disso, a

SECLIMA realiza diversas atividades com vistas ao engajamento da sociedade civil na ação climática, como evento Hackaton São Paulo pelo Clima – Rumo à COP 30, realizado no dia 7 de novembro de 2025, que contou com a participação de grupos de estudantes de diversas universidades. Os alunos desenvolveram sugestões de ações climáticas e políticas públicas alinhadas às diretrizes e objetivos do PlanClima SP. Uma banca de servidores da Prefeitura avaliou os projetos e os quatro melhores foram selecionados para terem sua implementação avaliada pelas Secretarias municipais.

Por meio de iniciativas como o Hackathon, a SECLIMA exerce sua função de articulação com a sociedade civil com vistas ao desenvolvimento e melhoria das políticas de adaptação e mitigação da cidade.

10.4 Sistema de Monitoramento e Reporte

Em dezembro de 2025, já se encontram disponíveis quatro Relatórios de Acompanhamento do PlanClima SP, referentes ao monitoramento dos exercícios de 2021, 2022, 2023 e 2024. No último relatório, foi identificado que 86% das ações do PlanClima SP estavam em andamento ou concluídas.

Para a elaboração dos relatórios, a SECLIMA institui e coordena um Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) que engloba todas as Secretarias com metas e ações no Plano. O GTI é atualizado a cada ano, de modo a manter os representantes das Secretarias atualizados. As Secretarias são responsáveis por enviar os dados relativos aos indicadores de monitoramento das ações de sua responsabilidade no PlanClima SP. A SECLIMA realiza a análise e compilação dos dados recebidos, utilizando-os para escrever o Relatório Anual.

Em 2025, o desenvolvimento do Relatório referente a 2024 passou por uma evolução metodológica. A SECLIMA passou a utilizar o módulo de Planos Setoriais do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Estratégico (SMAE) para reporte dos dados pelas Secretarias, tornando o processo mais ágil, confiável e seguro.

10.5 Plataformas de visualização e reporte de dados do Município de São Paulo

Visualização e consulta (acesso público):

- Sampa Clima – compartilhamento de dados, informações sobre temperatura, vegetação, morfologia urbana, boas práticas e estratégias de adaptação à mudança do clima. Disponível em: <https://sampaclima.prefeitura.sp.gov.br/indicadoresinternet/>
- ObservaSampa - portal da Prefeitura que centraliza e divulga dados, indicadores e estudos sobre a cidade e suas políticas públicas, com o objetivo de monitorar e avaliar a gestão, além de promover a transparência e a participação cidadã, oferecendo dados abertos sobre diversos temas como educação, saúde, mobilidade, meio ambiente, entre outros. Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/index.php>
- Infocidade - Disponibiliza indicadores e informações à população paulistana em 18 temas, a partir de dados fornecidos pelas próprias secretarias municipais que prestam os serviços públicos e por outras fontes, como IBGE, Fundação Seade, Ministérios do Trabalho e

Emprego, Saúde e Educação. Disponível em:
https://prefeitura.sp.gov.br/web/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade

- Inventário de emissões de GEE - Disponibiliza as estimativas de emissão de gases causadores do efeito estufa no Município de São Paulo. Os inventários são disponibilizados anualmente com referência ao terceiro ano anterior. Disponível em:
https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/comite_do_clima/284393
- Programa de Metas - Consiste em plano que define as prioridades para um período de quatro anos da Prefeitura. Anualmente, são publicados relatórios de execução. O Programa de Metas 2025-2028 pode ser acessado em:
<https://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/#/>
- Relatórios anuais de acompanhamento das ações do PlanClima SP – Disponibilizam os dados relativos ao monitoramento do avanço das ações do PlanClima SP. São publicados anualmente, sempre com referência ao ano anterior. Podem ser acessados em:
https://prefeitura.sp.gov.br/web/secretaria_executiva_de_mudancas_climaticas/w/acesso_a_informacao/acoes_e_programas/planclimasp/31599

Reporte (acesso interno da Prefeitura):

- SMAE – Sistema de Monitoramento e Avaliação Estratégica: software livre e de código aberto que foi desenvolvido com o objetivo de promover melhores práticas na gestão da informação e garantir a consistência na coleta de dados relativos ao Programa de Metas e outros Planos da cidade – como o PlanClima SP. O uso do SMAE está sendo aprimorado para garantir no futuro o reporte comum entre planos da cidade, alcançando a integração e alinhamento de dados entre os planos.

11. EQUIPE TÉCNICA

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

COORDENAÇÃO GERAL

José Renato Nalini - Secretário Executivo da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas

Luciana Feldman - Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas

EQUIPE TÉCNICA DE COORDENAÇÃO - SECLIMA

Alessandro Bender – Coordenador da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas

José Teles Mendes

Ludmila Mello de Amorim

Luiza Alegre Caballero

Mariana Teixeira Xavier

Murilo Martins Oliveira

EQUIPE DE APOIO – SECLIMA

Camila Cristina da Costa Moreira

Fabio Mariano Espíndola da Silva

GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAL PARA A REVISÃO 2025 DO PLANCLIMA SP

CET

Marcelo Guidolim

Silvio Shoiti Hagiwara

SEGES

Bayard do Couto e Silva Junior

Mariana Correa Barra

SEHAB/SEPM

Daisy Pinato

Maria Teresa Cardoso Fedeli

SEPLAN

Gustavo Guimarães de Campos Rabello
Maria Beatriz de Oliveira Monteiro

SGM/SEPE

Amanda Theodoro de Souza
Elizete Regina Nicolini

SIURB

Douglas de Paula D'Amaro
Rafael Alexandre do Nascimento Purificação

SMADS

Cristiane Leonora da Conceição
Refferson Lima Silva

SMDET

Bruno Nascimento Araújo de Paula
Guilherme Arbache
Guilherme Pereira Roncoletta
Talitha Mota Justino

SMDHC

Adriana Vasconcellos Vieira de Oliveira Luiz
Regina Célia da Silveira Santana

SMDHC/SESANA

Jordana da Silva Menon
Mouzart Nogarol Filho

SME

Beatriz Sampaio Miguel
Eduardo Murakami da Silva

SMS

Gianlucca Vergian Dalenogare
Luiz Carlos Paranhos

SMSU

Cleudson Barreiros Gonçalves
Edson Bispo dos Santos

SMSUB

Ernesto Massayoshi Sumi
Gabriel Santos da Mota

SMSUB/SELIMP

Barbara Dionisio Chagas
Luciana Claro Artilheiro

SMT

Felipe L. Vogel
Fernando S. Miquelin

SMT/SETRAM

Nicolas Xavier de Carvalho
Rafael Mielnik

SMUL

Diego Xavier Leite
Sarita Tobias de Andrade

SP-REGULA

David Tegangno
Mauro Haddad Nieri

SPTRANS

Felipe Ramon de Carvalho
Wilma Xavier dos Santos

SVMA

Débora Cristina Santos Diogo
Laura Lucia Vieira Ceneviva

GRUPO DE TRABALHO PARTICIPATIVO PARA A REVISÃO 2025 DO PLANCLIMA SP**ANHEMBI MORUMBI**

Andrea Gonçalves Carneiro

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS – ANTP

Olímpio Alvares

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS GESTORES AMBIENTAIS – APGAM

Caroline Kerestes

C40 CITIES CLIMATE LEADERSHIP GROUP

Diego Blanc

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO – CEBRAP

Alexandre Fontenelle

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE – FGVces

Mariana Nicoletti

CIDADE A PÉ

Ana Carolina Nunes

Cauê Janini

Elio Jovart

Juliana Trento

Rosemeiry Leite

CIDADES SUSTENTÁVEIS

Naira Samezina

Nina Orlow

COALIZÃO PELO CLIMA, CRIANÇAS E ADOLESCENTES – CLICA

Júlia Gouveia

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB

Ana Carolina Medeiros de Camargo

Daniel Soler Huet

Omar de Almeida Cardoso

COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO – COMGÁS

Dellaney Vidal Di Maio Neto

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – CADES

Liliane Neiva Arruda Lima

COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA DA CAPELA DO SOCORRO – COOPERCAPS

Carol Carreiro

Telines Basilio

DEPARTAMENTO DE HIDRÁULICA E SANEAMENTO – SHS/EESC/USP

Eduardo Mario Mediondo

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO – ENEL

Lincoln Sant Ana Morales

Mateus Basilio Gomes

Priscila Erosa Sebastiao

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES – EACH/USP

Alexandre Igari

Marina Briant

Paulo Almeida

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – EESC/USP

Eduardo Mario Mediondo

FACULDADE DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN – FAU/USP

Denise Helena Silva Duarte

FACULDADE DE MEDICINA – FM/USP

Paulo Saldiva

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA – FSP/USP

Gabriela Di Giulio

Thiago Nogueira

FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS – FMU

Elisangela Ronconi

Patrícia de Lima Nishi

FORMIGAS DE EMBAÚBA

Rafael Ribeiro Visconti

GT CARBONO

Lilian Sarrouf

Ruy Monteiro

INSTITUTO ÁRVORES VIVAS

Juliana Gatti Pereira Rodrigues

INSTITUTO CAMINHABILIDADE

Leticia Leda Sabino

INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE – IEE/USP

Célio Bermann

Paulo Antonio de Almeida

Pedro Roberto Jacobi

Priscila Rosseto Camiloti

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS – IEA/USP

Carlos Nobre

Felipe Chibas Ortiz

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPT

Filipe Antonio Marques Falcetta

INSTITUTO LIMPA BRASIL

Silvia Regina Linberger dos Anjos

INSTITUTO PÓLIS

Nelson Saule Júnior

Rodrigo Iacovini

INTERNATIONAL COUNCIL FOR LOCAL ENVIRONMENTAL INITIATIVES – ICLEI

Aline Cardoso

Ana Wernke

INTERNATIONAL COUNCIL ON CLEAN TRANSPORTATION – ICCT

André Gaspar Cieplinski

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB

Adriana Martorelli

Ana Brito

Edvania Cristina Bolonhin

Fernanda Tanure

Luciana Lanna

Mauro Przewonzinski

Pedro Baracui

Renan Rosolem Machado

Stella Vivona

SCIPOPULIS

Roberto Speicys

Thayane Carvalho

SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS DE SÃO PAULO – STM

Mariana Ohira Hashimoto

SINDICATO DA HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – SECOVI

Carlos Borges

Patrícia Bittencourt

SOCIEDADE CIVIL

Flávio Soares

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA

Julia Lopes

Luiz Eduardo Bittencourt Amorim

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP

Dan Levy

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC – UFABC

Luciana Travassos

URBAN95 | CECIP – CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR

Dayana Araújo

Marieta Colucci Ribeiro

12. REFERÊNCIAS

C40 CITIES. **Climate action planning.** Disponível em: <https://www.c40.org/what-we-do/raising-climate-ambition/1-5c-climate-action-plans/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

C40 CITIES. **Paris to Belém: A Decade of Local Climate Action.** 2025. Disponível em: <https://www.c40.org/wp-content/uploads/2025/06/Paris-to-Belem-A-Decade-of-Local-Climate.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2025.

ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DO INSTITUTO DE ASTRONOMIA, GEOFÍSICA E CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS–IAG/USP. **Dados meteorológicos da cidade de São Paulo.** Disponível em: <https://www.estacao.iag.usp.br/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: São Paulo (SP). Panorama.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 29 dez. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios – São Paulo.** 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 29 dez. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais.** 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 29 dez. 2025.

INMET. INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **São Paulo registra 8 horas consecutivas de rajadas de vento acima de 70 km/h.** Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/s%C3%A3o-paulo-registra-8-horas-consecutivas-de-rajadas-de-vento-acima-de-70-km-h>. Acesso em: 29 dez. 2025.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Special Report on Climate Change and Cities.** Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/special-report-on-climate-change-and-cities/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Climatologia e atmosfera – Dados.** Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/licenciamento/w/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/meio_ambiente/climatologia_e_atmosfera/333885#5_01_02. Acesso em: 29 dez. 2025.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Gráficos Infocidade.** Disponível em:
https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/grficos_infocidade_dados_2023_temperatura_1723127789.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Indicadores — SampaClima.** Disponível em:
<https://sampaclima.prefeitura.sp.gov.br/indicadoresinternet/indicadores>. Acesso em: 29 dez. 2025.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Município de São Paulo.** São Paulo, 2025. Disponível em:
https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/comite_do_clima/284393. Acesso em: 29 dez. 2025.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Mapa da Cidade.** Disponível em:
<https://prefeitura.sp.gov.br/web/subprefeituras/subprefeituras/mapa>. Acesso em: 29 dez. 2025.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Mapeamento Digital da Cobertura Vegetal no Município de São Paulo.** Disponível em:
[https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/RelCobVeg2020_vFIN_AL_compressed\(1\).pdf](https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/RelCobVeg2020_vFIN_AL_compressed(1).pdf). Acesso em: 29 dez. 2025.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **ObservaSampa.** Disponível em:
<https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/index.php>. Acesso em: 29 dez. 2025.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Plano de Ação Climática do Município de São Paulo 2020–2050 (PlanClima SP).** São Paulo, 2021. Disponível em:
https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/PlanClimaSP_BaixaResolucao.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Programa de Metas 2025–2028.** Disponível em:
<https://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Relatórios Anuais de Acompanhamento do PlanClima SP (2021–2024).** Disponível em:
https://prefeitura.sp.gov.br/web/secretaria_executiva_de_mudancas_climaticas/w/acesso_a_informacao/acoes_e_programas/planclimaspl/315991. Acesso em: 29 dez. 2025.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **IDHM Municípios 2010.** Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010>. Acesso em: 29 dez. 2025.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. **Seade Municípios**. Disponível em <https://municipios.seade.gov.br/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

UN-HABITAT. UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENT PROGRAM. **Cities and Climate Action–World Cities Report 2024**. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2024/11/wcr2024_full_report.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – UNEP. **Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer – TEAP 2010 Progress Report**.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. **State of the Global Climate 2024**. Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/43a9c636ab3345bfabcb11236c266153>. Acesso em: 29 dez. 2025.

WRI BRASIL. **10 conclusões do Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 2023**. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-mudancas-climaticas-de-2023>. Acesso em: 29 dez. 2025.